

**PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE LICENCIATURA
EM CIÊNCIAS HUMANAS**

FACULDADE
SESI
DE EDUCAÇÃO

Faculdade Sesi-SP de Educação
Rua Carlos Weber, 835 - Vila Leopoldina
(11) 93440-3922/ 3836-7350 / (11) 3833-1097
www.faculdadesesi.edu.br

Sumário

MANTENEDOR	6
FACULDADE Sesi-SP DE EDUCAÇÃO	31
BREVE HISTÓRICO	31
ÁREA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	32
MISSÃO	36
VISÃO	36
FINALIDADES	36
VALORES	37
OBJETIVOS E METAS	37
1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	39
1.1. CONTEXTO EDUCACIONAL	39
1.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	53
1.2.1. POLÍTICAS PARA O ENSINO	54
1.2.2. POLÍTICAS PARA A PESQUISA E A EXTENSÃO	57
1.3. OBJETIVO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS	60
1.4. PERFIL DO EGRESSO	65
1.5. ESTRUTURA CURRICULAR	70
1.5.1 PRESSUPOSTOS GERAIS PARA A CONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA CURRICULAR	73
1.5.2 PRESSUPOSTOS ESPECÍFICOS PARA A CONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA CURRICULAR	77
1.6. MATRIZ CURRICULAR	79
1.7. CONTEÚDOS CURRICULARES	84
1.7.1. EIXOS FORMADORES E UNIDADES CURRICULARES	95
1.8. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA	98
1.9. METODOLOGIA DE ENSINO	179
1.10. RESIDÊNCIA EDUCACIONAL E ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.	185

1.10.1. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	188
1.10.2. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO - RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA	190
1.11. NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES (ATIVIDADES COMPLEMENTARES)	203
1.12. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	205
1.13. APOIO AO DISCENTE.....	209
1.13.1. PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO	209
1.13.2. PROGRAMA DE NIVELAMENTO.....	211
1.13.3. PROGRAMA DE MONITORIA	211
1.13.4. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	212
1.13.5. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL.....	213
1.13.6. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS	214
1.14. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	214
1.15. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM E ATIVIDADES DE TUTORIA	218
1.16. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	221
1.17. ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS	225
<u>2 CORPO DOCENTE E TUTORIAL.....</u>	228
2.1 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE.....	228
2.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	229
2.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR	230
2.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO	233
2.5 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO	233
2.6 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO	234
2.7 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	235
2.8 EXPERIÊNCIA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR DO CORPO DOCENTE	236
2.9 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	236
2.10 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO	237

3	<u>INFRAESTRUTURA</u>	<u>240</u>
3.1	ESPAÇO DE TRABALHO PARA PROFESSORES TEMPO INTEGRAL – TI	240
3.2	ESPAÇO DE TRABALHO PARA A COORDENAÇÃO DO CURSO	240
3.3	SALA COLETIVA DE PROFESSORES	241
3.4	SALAS DE AULA.....	241
3.5	ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	242
3.6	BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR.....	243
3.7	LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA.....	245
3.8	COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)	246
3.9	AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO	247
4	<u>REFERÊNCIAS.....</u>	<u>250</u>

PARÂMETROS OPERACIONAIS DO CURSO

Mantenedora: Serviço Social da Indústria (SESI)

Av. Paulista, 1.313

São Paulo CEP 01311-923

Telefone: (11) 3322-0050

Decreto-lei nº 9.403 de 25 de junho de 1946

Inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Livro "A", número um, sob o número de ordem 55, em data de 07 de agosto de 1946.

FACULDADE SESI - SP DE EDUCAÇÃO

Rua Carlos Weber, 835, Vl. Leopoldina

São Paulo CEP 05303-902

Telefone: (11) 3836-7350

CNPJ:

Registro no MEC sob nº

Credenciamento: Portaria MEC nº. 724, de 14 de julho de 2015, publicado em 15/07/2015.

LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS

Rua Carlos Weber, 835, Vl. Leopoldina

São Paulo CEP 05303-902

Telefone: (11) 3836-7350

Autorização: Portaria Seres n. 584, de 17 de agosto de 2015, publicado em 18/08/2015.

Número de vagas: 40 vagas

Turnos de funcionamento: noturno

Período de integralização: mínimo: 4 anos

máximo: 8 semestres

APRESENTAÇÃO DA IES

A Faculdade Sesi-SP de Educação (FASESP) é mantida pelo Departamento Regional do Sesi do Estado de São Paulo (SESI-SP) e resulta da experiência desta instituição com ações educacionais, sobretudo na Educação Básica e na educação não formal sociocultural desenvolvida em todo o Estado, no qual mantém extensa rede, inclusive com unidades que propiciam Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

O histórico do Mantenedor, a seguir, demonstra a evolução deste no campo educacional, a qual propicia a criação de uma Faculdade, consolidando e institucionalizando suas ações.

MANTENEDOR

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI)

O Serviço Social da Indústria (SESI) é uma entidade nacional de direito privado, nos termos da lei civil, estruturada federativamente com Departamentos Regionais autônomos em cada Estado e no Distrito Federal, que visa ao bem-estar social dos trabalhadores industriais e de atividades assemelhadas em todo o país.

Pelo Decreto-lei nº 9.403 de 25 de junho de 1946, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) recebeu o encargo de sua criação, com "a finalidade de estudar, planejar e executar, direta ou indiretamente, medidas que contribuíssem para o bem-estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão geral de vida no país e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico e o desenvolvimento do espírito de solidariedade entre as classes".(Artigo 1º)

Já, então, era estabelecido que, na execução dessas finalidades, o Serviço Social da Indústria deveria ter em vista, especialmente, entre outras, *atividades educativas e culturais*, visando à valorização do homem e aos incentivos à atividade produtora.

Suas atividades em todo o território nacional são disciplinadas pelo Regulamento Geral assinado pelo Ministro do Trabalho e aprovado por Decreto da Presidência da República.

O Regulamento Geral em vigor foi aprovado pelo Decreto n.º 57.375, de 02 de dezembro de 1965, publicado no Diário Oficial da União de 03 de dezembro do mesmo ano, com retificação no dia 08 do mesmo mês e ano, tendo sido alterado, em 05 de novembro de 2008, pelo Decreto nº 6.637/2008.

Esse Decreto realça a missão educativa do Sesi, prescrevendo que, em toda e qualquer atividade, *a instituição dará realce ao processo educativo como meio de valorização da pessoa do trabalhador*. Nesse sentido, vincula, no seu orçamento geral, parcela da receita líquida da contribuição compulsória para a educação. Compreendendo as *ações de Educação Básica e Continuada, bem como ações educativas relacionadas com o esporte, a cultura, o lazer e a saúde* destinados a estudantes, conforme diretrizes e regras definidas pelo Conselho Nacional de Educação, determinou que metade dessa parcela ficasse vinculada à gratuidade nessas ações e acrescentou, ainda, que o Sesi estimulará e facilitará a *continuidade dos estudos do trabalhador*.

O Sesi vem exercendo papel fundamental no desenvolvimento social, colaborando efetivamente para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador da indústria, seus familiares e comunidade em geral por meio de seus serviços nos campos da educação, saúde, lazer e esporte, cultura, alimentação e outros.

É, também, parceiro das empresas, fornecendo apoio ativo na implantação e desenvolvimento de projetos de benefícios sociais para funcionários.

Missão

Promover a educação para o desenvolvimento econômico e social, contribuindo para elevação da competitividade da indústria e melhoria dos padrões de vida do beneficiário da indústria e seus dependentes.

Visão

Ser líder na promoção do desenvolvimento social que apoia a competitividade da indústria e o crescimento sustentável da economia.

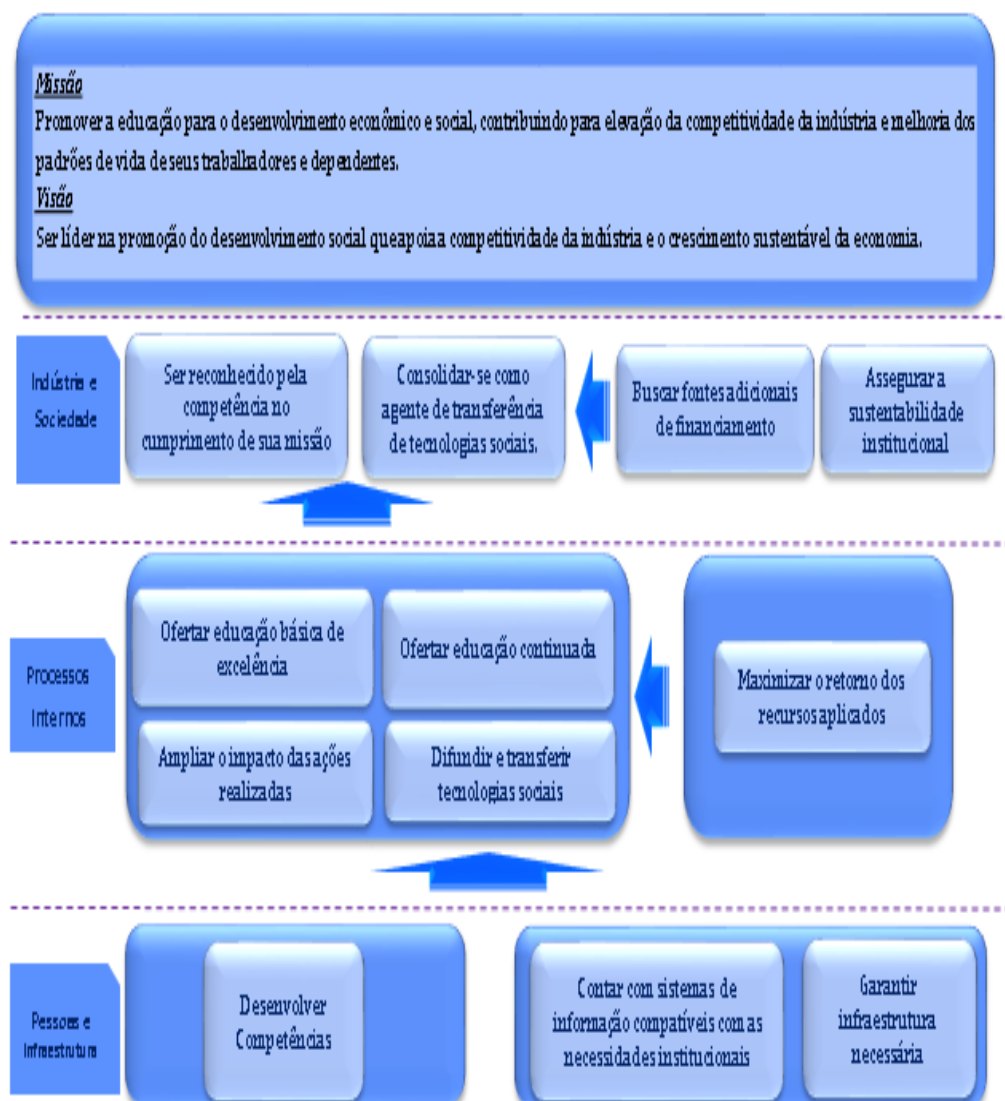
Valores

- Comprometimento e responsabilidade com a missão institucional.
- Confiança pautada nos preceitos de integridade, lealdade e dignidade.
- Valorização do ser humano e da harmonia nas relações sociais.
- Respeito ao meio ambiente.
- Busca permanente da eficiência e da inovação em serviços, produtos e processos.
- Transparência na relação entre colaboradores, clientes e fornecedores.

Objetivos

- Organizar os serviços sociais adequados às necessidades e possibilidades locais, regionais e nacionais;
- Utilizar os recursos educativos e assistenciais existentes, tanto públicos, como particulares;
- Estabelecer convênios, contratos e acordos com órgãos públicos profissionais e particulares;
- Promover quaisquer modalidades de cursos e atividades especializadas de serviço social;
- Conceder bolsas de estudo, no país e no estrangeiro, ao seu pessoal técnico, para formação e aperfeiçoamento;
- Contratar técnicos, dentro e fora do território nacional, quando necessários ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de seus serviços;
- Participar de congressos técnicos relacionados com suas finalidades;
- Realizar, direta ou indiretamente, no interesse do desenvolvimento econômico-social do país, estudos e pesquisas sobre as circunstâncias vivenciais dos seus usuários, sobre a eficiência da produção individual e coletiva, sobre aspectos ligados à vida do trabalhador e sobre as condições socioeconômicas das comunidades;
- Servir-se dos recursos audiovisuais e dos instrumentos de formação da opinião pública, para interpretar e realizar a sua obra educativa e divulgar os princípios, métodos e técnicas de serviço social.

Ilustração 1 – Mapa Estratégico do SESI-SP



Estrutura Organizacional

O Sesi, sob o regime de unidade normativa nacional e de descentralização executiva nos Estados, atua visando à propositura de um sistema nacional com objetivos e de planos gerais, adaptáveis aos meios peculiares das várias regiões do país.

O sistema compõe-se de órgãos normativos (Conselho Nacional e Conselhos Regionais) e de órgãos de administração (abrangendo o Departamento Nacional e 27 Departamentos Regionais).

O Sesi tem um comando nacional diretivo que é seu Departamento Nacional, e um, deliberativo máximo, o Conselho Nacional. No âmbito estadual, a Diretoria Regional e o Conselho Regional são seus órgãos máximos de direção e deliberação, respectivamente.

O Departamento Nacional do Sesi é dirigido pelo Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Nos Departamentos Regionais (Estaduais), cabe ao Presidente da respectiva Federação das Indústrias o comando diretivo.

O Sesi é mantido por recursos provenientes de contribuições mensais recolhidas compulsoriamente das indústrias em geral, incluídas aí as de telecomunicações, da pesca, da construção civil e do transporte ferroviário.

A contribuição, no valor de 1,5% do montante da remuneração paga aos empregados, é arrecadada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), órgão do Ministério da Previdência Social, o qual retém 3,5% do total, a título de reembolso de despesas operacionais. O restante é transferido ao Sesi, sendo distribuídos 75% para o Departamento

Regional em cujo âmbito situam as empresas contribuintes e 25% para o Departamento Nacional.

Ao Sesi é facultado auferir receitas próprias, por intermédio da prestação de serviços, sem, entretanto, que esta ocorrência acabe por descaracterizar sua imunidade constitucional tributária, haja vista que lhe é impedida a obtenção de lucros advindos de tais atividades/serviços, devendo, caso registre o ingresso de receitas adicionais, consideradas "próprias", revertê-las às suas atividades finalísticas.

O Sesi no Estado de São Paulo

O Departamento do Estado de São Paulo está inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Livro "A", número um, sob o número de ordem 55, em data de 07 de agosto de 1946, publicada no Diário Oficial da União de 22 de outubro do mesmo ano, página 14.421.

O Sesi-SP estabeleceu-se logo em seguida à sua criação, em 25 de julho de 1946. Sua sede, atualmente, localiza-se na Avenida Paulista, 1.313, São Paulo, Capital, bairro Cerqueira César, CEP 01311-923 - site www.sesisp.org.br.

Sua atuação inclui, entre outros, Centros de Atividades, Escolas, Centros de Reabilitação, Teatros, Galeria de Artes.

São seus campos de atuação a Educação Básica, o Lazer e Esporte, o Desenvolvimento Sociocultural, a Saúde, a Nutrição. Todo atendimento é estruturado segundo duas linhas de oferta: Educação Básica e Educação Permanente do trabalhador.

A Educação configura-se como prioritária para o Sesi-SP, conferindo caráter eminentemente educacional para todas as ações empreendidas. Esta opção pela Educação se evidencia não somente

pelos serviços ofertados no âmbito da Educação Básica, mas, também, pelo conjunto de ações educativas empreendidas nos demais campos.

O Sesi-SP e a Educação Básica

Desde sua fundação, o Sesi-SP optou por privilegiar a Educação, tendo seu primeiro projeto educacional em 1947, destinado ao atendimento de jovens e adultos, contribuindo na sua inserção para o mundo do trabalho. Porém, sua intenção educacional não contemplava apenas as técnicas elementares de leitura, escrita e cálculo, mas a desenvolver hábitos e atitudes que permitam “vida mais completa e mais feliz, de forma a adaptar-se com mais facilidade à modificação de seu meio” (Caderno Sesi – 18 anos. São Paulo: Editor Paulo de Costa Correia, 1965).

A partir do final dos anos 50 e começo dos 60, ampliou o atendimento educacional para crianças em fase pré-escolar e primária, em classes localizadas em paróquias e vilas industriais, com currículo organizado de acordo com as normas vigentes, sem prejuízo de uma concepção de educação voltada para aprendizagem, com o estudante como sujeito do processo.

Nesse cenário, de 1.600 crianças atendidas, passou para, aproximadamente, 77.000 de 1959 a 1964, período em que se fortaleceu como rede.

Na década de 70, por força da Lei nº 5.692/1971, ampliou para oito anos a escolaridade obrigatória de 1º Grau, nas Unidades Escolares existentes, além de instalar mais escolas no Estado.

Outras concepções inspiraram novos paradigmas, introduzindo outro marco na história da Educação do Sesi-SP, como o *Projeto Telecurso 2000 - Educação a Distância - EAD*, para atender à Educação de Jovens e Adultos – EJA, nas etapas do Ensino Fundamental e do Médio, para os que não tiveram acesso à escola na idade apropriada. Este Projeto foi desenvolvido, em parceria do Sesi-SP, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/SP) com a Fundação Roberto Marinho (FRM).

Em 2008, com a denominação de *Novo Telecurso*, os vídeos e materiais impressos de todas as áreas de conhecimento foram revisados e atualizados, permanecendo inalterada sua metodologia. Assim, o sistema de ensino Sesi-SP continua sua trajetória contribuindo para a formação da cidadania, atendendo, aproximadamente, 58 mil estudantes.

Em 2001 o Sesi-SP consolidou um projeto de formação continuada dos seus profissionais da Educação, iniciado com a contratação de analistas pedagógicos especialistas nas diversas áreas de conhecimento, que atuaram diretamente como parceiros dos professores, promovendo reflexões sobre a prática em sala de aula, construindo nova proposta educativa implementada em 2003, inaugurando novo capítulo em sua história.

Em 2007 foi implantado o Ensino Médio articulado com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio do SENAI-SP, visando a oferecer oportunidades educacionais que possibilitam o acesso ao trabalho e a continuidade de estudos.

Implantou, também, gradativamente, o Ensino Fundamental de 09 anos com *Educação Integral em Tempo Integral*, em todas as unidades escolares localizadas nos Centros de Atividades e Treinamento (CATs),

que constitui uma prestação de serviços integrados do Sesi-SP, na educação, esporte, lazer, cultura, saúde e alimentação.

Com a ampliação, o atendimento deixou de ser um programa paralelo e passou a integrar o Ensino Fundamental de 09 anos, estabelecendo-se como “Ensino Fundamental de 09 anos - Educação Integral em Tempo Integral”, com oferta em todas as escolas localizadas nos Centros de Atividades e Treinamento (CATs), e em escolas que funcionam em prédios próprios do Sesi, no Estado de São Paulo. Estes Centros se tornaram o *locus* privilegiado para a localização das escolas por terem espaços arquitetônicos com áreas para esporte, lazer, atividades artísticas, culturais e, ainda, por possuírem laboratórios de informática, de ciência e tecnologia, salas multidisciplinares e bibliotecas devidamente informatizadas.

Iniciando em 2010 uma política de expansão e de qualificação dos serviços educacionais, o Sesi-SP passou a desenvolver um programa de construção de novos prédios escolares, com modernas instalações e espaços arquitetônicos privilegiados que contemplam laboratórios para as diversas áreas de conhecimento; salas de informática; bibliotecas, administrada por bibliotecário qualificado, com acervo variado para atender aos interesses e às necessidades dos usuários, organizado de acordo com as normas bibliográficas padronizadas, acesso às informações digitais que funciona como espaço de aprendizagem, quadras de esportes; espaço aquático, na maioria delas; e em algumas unidades, teatro com capacidade para mais de 200 pessoas.

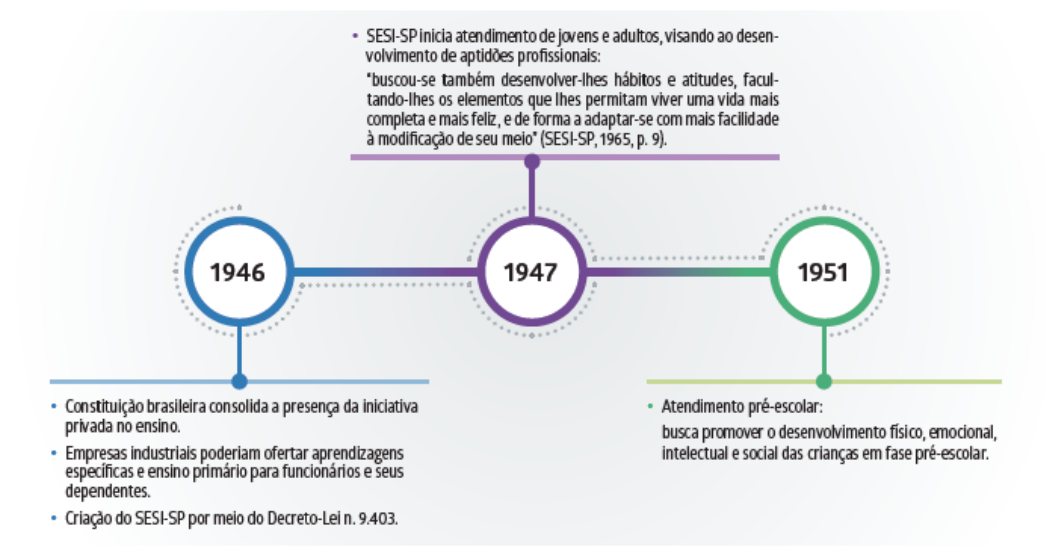
Destaca-se que os ambientes informatizados estão contribuindo efetivamente para a construção de saberes e para a transformação das estratégias pedagógicas, introduzindo, entre outros, o componente fundamental no processo de ensino e de aprendizagem: a interação entre os atores envolvidos e os objetos do conhecimento.

Conforme citado anteriormente, em 2003 foram publicados os Referenciais Curriculares da Rede Escolar Sesi-SP. A partir de 2010, estudantes e professores do Ensino Fundamental passaram a contar com material didático para o Ensino Fundamental de 09 anos e, em 2013, com material para o Ensino Médio. É um instrumento relevante para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, elaborado de modo a considerar as diferentes formas de ensinar e aprender, propondo práticas educativas que vão além da mera transmissão de informações e de conteúdos conceituais, possibilitando assim, combinar unidades de diferentes áreas de conhecimento, promovendo o diálogo entre os campos dos saberes.

Desde sua origem, o Sesi-SP tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida no país e para o aperfeiçoamento do espírito de solidariedade entre as classes sociais, desenvolvendo ações nas áreas de saúde, lazer, educação e trabalho para os trabalhadores da indústria e seus dependentes.

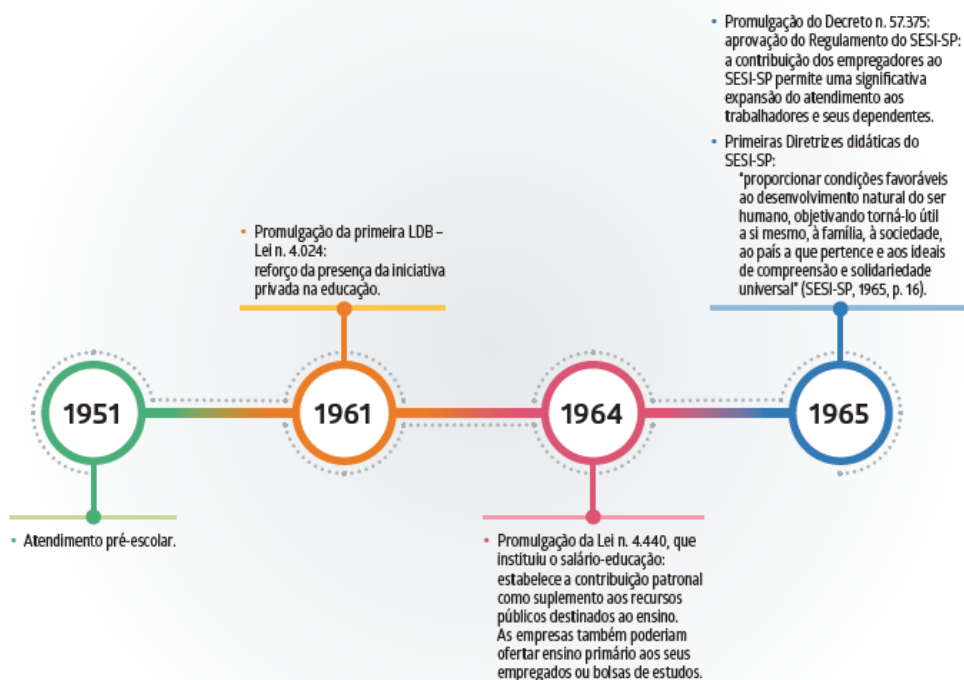
Ainda hoje o Sesi-SP busca promover a educação para o desenvolvimento econômico e social, contribuindo para a elevação da competitividade da indústria e a melhoria dos padrões de vida de seus trabalhadores e dependentes, proporcionando uma educação de qualidade, pertinente, inovadora e equitativa, que contribua para a formação integral de todos os estudantes.

É com esses objetivos que o Sesi-SP continua a desenvolver sua missão na sociedade. Seu ano de criação coincidiu com o período pós-guerra, marcado no Brasil pela transição da economia agrária para a industrial, por intensos movimentos migratórios, elevadas taxas de natalidade e de analfabetismo, bem como por um sistema escolar incipiente para as necessidades do país.



Educação no Sesi-SP: 1946-1951.

Em 1951, primando pela melhoria das condições de vida dos filhos de beneficiários das indústrias, o Sesi-SP passou a disponibilizar atendimento em fase pré-escolar para as crianças de 5 e 6 anos, com o propósito educacional de promover seu desenvolvimento nos aspectos físicos, emocionais, intelectuais e sociais, em caráter preparatório para o primeiro grau. Nos anos posteriores, notadamente entre 1959 e 1964, houve significativo crescimento do Sesi-SP, ampliando o atendimento de 1,6 mil estudantes para, aproximadamente, 77 mil (SESI-SP, 1965, p. 53; 57). À época, o Sesi-SP também passou a atender crianças no nível primário, em salas de aula localizadas em paróquias e vilas Industriais.

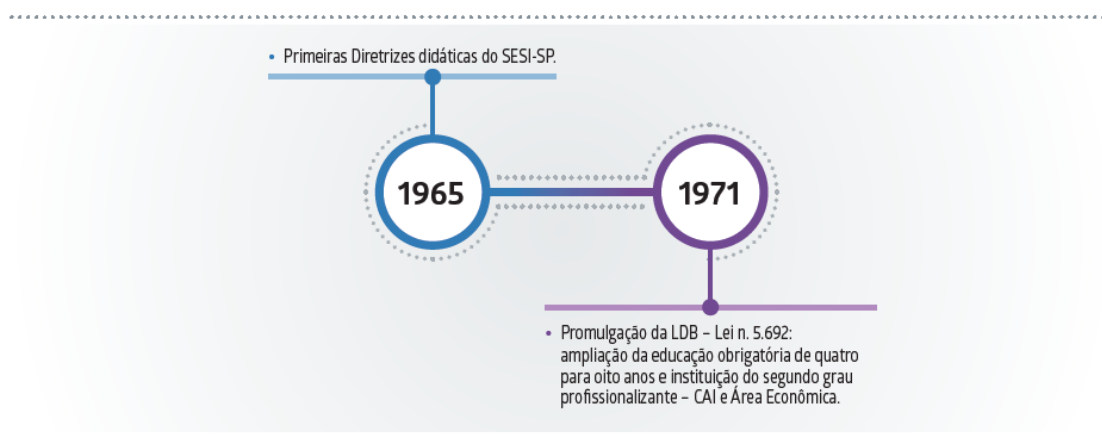


Educação no Sesi-SP: década de 1960.

Para atender às necessidades de um sistema escolar que se ampliava e se consolidava como o maior de natureza privada do Estado de São Paulo na década de 1960, organizou-se no Sesi-SP uma equipe central. Com essa estrutura, buscava-se responder às especificidades próprias dos níveis e das modalidades de ensino, desenvolvendo ações de orientação e acompanhamento pedagógico-administrativo nas unidades escolares.

A preparação para o trabalho era desenvolvida por intermédio de cursos extracurriculares realizados em Centros de Aprendizados Industriais (CAI). Neles, estudantes que já haviam concluído a 4ª série e ainda não tinham atingido a idade mínima para o trabalho (14 anos) recebiam, durante dois anos, treinamentos para iniciarem sua atividade profissional nas indústrias.

Os cursos promoviam a aplicação dos conhecimentos adquiridos na escola primária, o desenvolvimento de trabalhos manuais e artísticos, bem como a difusão de hábitos e atitudes profissionais.



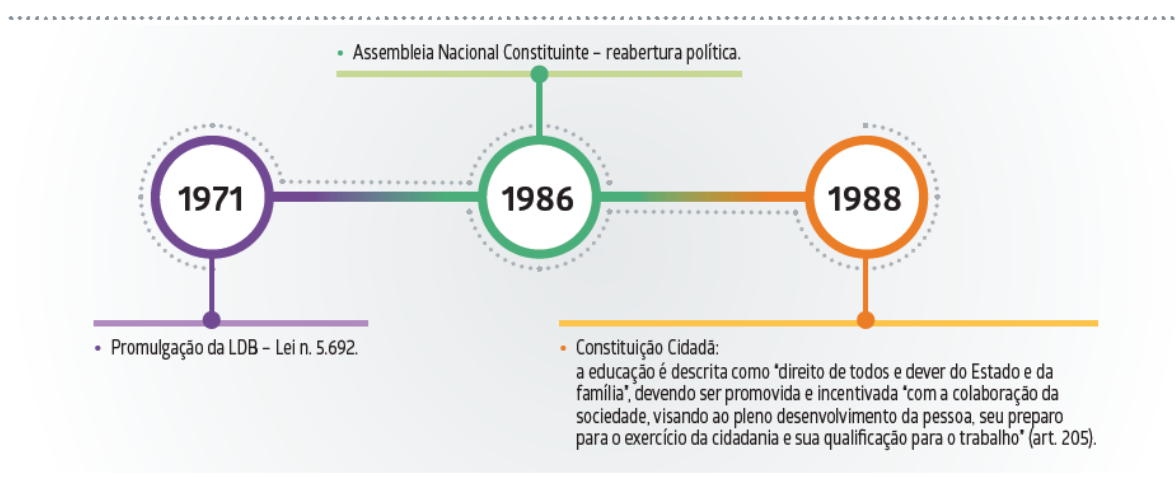
Educação no Sesi-SP: década de 1970.

No início da década de 1970, a experiência dos CAI no preparo para o trabalho foi incorporada à parte diversificada do currículo com a denominação de Área Econômica, no oferecimento de aulas de marcenaria, hidráulica, eletroeletrônica, entre outras, a partir da 5ª série.

Na mesma época, com o aumento das mulheres no mercado de trabalho, o Sesi-SP começou a idealizar um serviço de regime de semi-internato destinado à primeira infância. Foram criados os Núcleos de Formação Humana na Divisão de Melhoria da Saúde. A medida tinha como objetivo o desenvolvimento biopsicossocial infantil, com ações voltadas aos “cuidados físicos” e à “guarda” de crianças de 0 a 6 anos, no período em que as mães cumpriam suas jornadas de trabalho.

O final da década de 1970 e o início dos anos de 1980 marcaram a abertura política do país após o regime militar iniciado em 1964. A redemocratização abriu novas perspectivas para um longo processo de construção de consciência política. Resgatou-se a relevância da

educação fundamentada em paradigmas que atribuísssem novos significados à cidadania e à participação, transformando as relações de convívio social e incentivando a construção da democracia.



Educação no Sesi-SP: década de 1980.

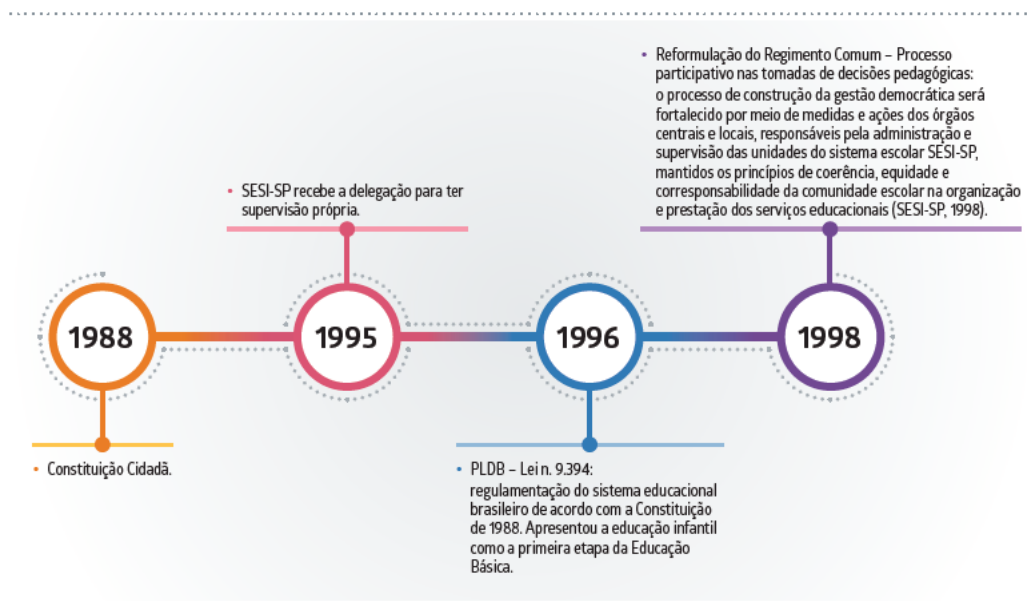
A partir desse momento, amplia-se o investimento na qualificação dos profissionais da educação no Sesi-SP, abrindo espaços para discussão, capacitação em serviço (com oferecimento do Curso de Aperfeiçoamento e Aprimoramento Profissional – CAAP), treinamento e formação dos profissionais envolvidos, realizados pela Divisão de Educação Fundamental.

Em paralelo ao trabalho da Divisão de Melhoria da Saúde, que atendia crianças de 0 a 6 anos, algumas das unidades escolares do ensino fundamental da rede Sesi-SP dispunham de salas destinadas a crianças de 6 anos, em um programa educacional voltado para a alfabetização.

Anos depois, com a reestruturação da organização da entidade, a Divisão de Melhoria da Saúde foi substituída pela Divisão da Promoção da Saúde. Assim, o Núcleo de Formação Humana (NFH) se responsabilizou pelas crianças de 0 a 3 anos e a Divisão de Promoção Social se responsabilizou pela educação das crianças de 4 a 6 anos, a

partir da implantação dos Centros de Vivência Infantil, um novo serviço que visava expandir o atendimento inicialmente em período integral, envolvendo profissionais das áreas da educação, saúde e serviço social para o desenvolvimento dos trabalhos educativos.

Esse trabalho desenvolvido pelos Centros de Vivência Infantil teve significativa expansão no início dos anos 1990 e passou a elaborar projetos de pré-alfabetização. Em meados dessa mesma década, uma série de mudanças se concretiza: os Centros de Vivência Infantil passaram a ser denominados Centros de Educação Infantil, fundamentados na concepção sociointeracionista de aprendizagem; integração da educação infantil na rede Sesi-SP de ensino, atendendo a crianças de 0 a 6 anos de idade; adequação da proposta educativa do CEI para o atendimento desse público. É nesse mesmo contexto que o Sesi-SP recebe a delegação da supervisão própria em todas as modalidades de ensino.



Educação no Sesi-SP: década de 1990.

O processo participativo nas decisões pedagógicas implicou uma contínua

reflexão e ação sobre o cotidiano escolar, levando em conta a participação de professores e gestores na discussão sobre o processo de ensino e aprendizagem, a função dos conteúdos das áreas do conhecimento, a avaliação enquanto processo formativo e o reconhecimento do estudante como cidadão atuante na sociedade.

No ensino fundamental, o trabalho conjunto entre o corpo docente e a equipe técnica ajudou a definir, em 1999, sua organização em ciclos, em vez de séries como era até então.

Além disso, em substituição à nota, o sistema de avaliação passou a utilizar as menções *progressão satisfatória* e *progressão insatisfatória*. Esse processo exigiu que o currículo fosse repensado, tendo em vista o domínio de conhecimentos, habilidades e competências, sendo organizado em uma parte de base nacional comum e outra parte diversificada, de modo que o exercício da cidadania e a preparação para o trabalho fossem objetivos de todas as áreas do conhecimento. Referente à educação infantil, o atendimento às crianças passou a ser em tempo parcial em 35 unidades da rede.

Com o reconhecimento da educação infantil como uma etapa fundamental do processo educativo e com a publicação de seus Referenciais Curriculares, em 2003, o Sesi-SP fortaleceu a proposta educativa da educação infantil, abrindo debates em torno da organização do trabalho didático-pedagógico.

Nesse contexto, a Diretoria de Educação Básica do Sesi-SP foi reestruturada para que as mudanças previstas se concretizassem nas escolas. As novas ideias levaram a práticas mais integradoras e coerentes com as transformações propostas, como o trabalho integrado da equipe técnica da educação infantil e do ensino fundamental.

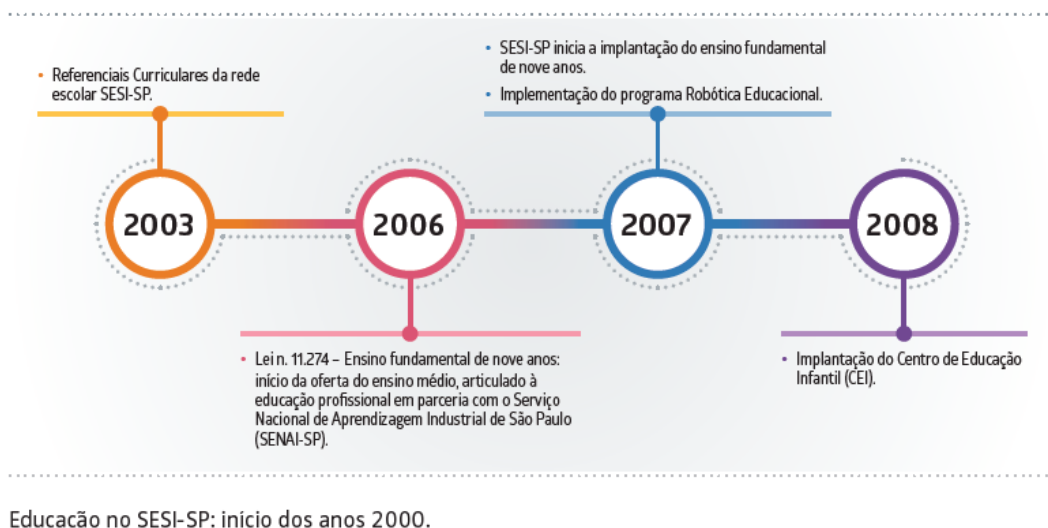


Educação no Sesi-SP: início dos anos 2000.

Para a elaboração do Referencial Curricular em 2003, o currículo foi repensado tanto do ponto de vista do conteúdo e organização quanto da prática, buscando respostas para o que se faz necessário ensinar e aprender e qual o conjunto de aprendizagens básicas a serem garantidas, que envolvem saberes comuns, competências, habilidades e procedimentos de estudo. Foram inseridos conceitos que fortaleceram a prática pedagógica do Sesi-SP, como habilidades e competências, unidades significativas, expectativas de ensino e aprendizagem e procedimentos metodológicos. Os encontros de formação continuada realizados nos anos seguintes contribuíram para a consolidação desses conceitos na nova organização curricular.

A partir de 2007, a rede escolar Sesi-SP iniciou o processo de implantação das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), investindo em laboratórios de informática educacional e desenvolvendo aulas de informática e iniciação tecnológica. Estabeleceu-se o programa Robótica Educacional, que busca, por meio de atividades práticas, favorecer uma aprendizagem que amplie conhecimentos científico e tecnológico e estimule a criação, a experimentação e o trabalho em

equipe. Tal programa possibilitou que, já em 2009, o Sesi-SP estivesse presente em diversos torneios nacionais e internacionais de robótica.



Entre os anos de 2009 e 2013, foi realizada a revisão do Referencial Curricular do sistema Sesi-SP de ensino, com o objetivo de reorganizar as expectativas de ensino e aprendizagem da educação infantil e do ensino fundamental. Além disso, a homologação do novo Regimento Comum da rede escolar Sesi-SP reestruturou e reorganizou o ensino fundamental, com sistemática avaliativa representada por notas. Todavia, não se perdeu a lógica do princípio pedagógico orientador do respeito ao ritmo de aprendizagem e às experiências do educando, procurando com isso consolidar os avanços conquistados e realizar aqueles que estão próximos de serem atingidos.

Os professores começam a utilizar as expectativas de ensino e aprendizagem modificadas e, na intenção de consolidar seu sistema educacional, o Sesi-SP busca a elaboração e publicação de material didático próprio para o ensino fundamental, constituído por três volumes: o livro do estudante, denominado Movimento do aprender; o livro do

professor, intitulado Fazer pedagógico; e uma coletânea de textos, dos mais diversos gêneros textuais, chamada Muitos textos... tantas palavras. Assim, os pilares da proposta educacional do Sesi-SP passaram a se sustentar nos Referenciais Curriculares, no material didático e na opção estratégica de investimento na formação continuada dos seus profissionais.

Atentas à direção imposta pela contemporaneidade de que a busca de parceria e alianças estratégicas constitui questão central em qualquer modelo de atuação, novas iniciativas do Sesi-SP vão se delineando, respondendo ao compromisso da entidade com a sociedade paulista. Diante do objetivo consubstancial de melhorar a qualidade da educação e elevar a escolaridade dos brasileiros, o Departamento Regional do Sesi-SP passa, a partir de 2009, a expandir sua atuação, possibilitando a realização de convênios de cooperação técnica entre o sistema Sesi-SP de ensino e redes municipais de ensino.

Dentro dessa perspectiva, passa a somar esforços, difundindo, junto às redes conveniadas, as experiências educacionais subsidiadas e implementadas pelo Sesi-SP, atuando de modo a reforçar sua convicção de que a educação de qualidade para todos é o alicerce para o desenvolvimento sustentável do país e solução na busca pela equidade social. Desta maneira, os profissionais da rede Sesi-SP iniciaram sua atuação junto às redes educacionais conveniadas, disseminando a tecnologia social da entidade e compartilhando sua metodologia com os técnicos e educadores, por meio de formação continuada para as equipes estora e docente, realizada *in loco*.



O trabalho voltado para a educação infantil também é estabelecido nos municípios do Estado de São Paulo, inicialmente em formato de assessoria. Impulsionado por uma visão estratégica e pelo anseio de uma educação de qualidade para todos, em 2012 o Sesi-SP lança mão de mais uma iniciativa, colocando em funcionamento cursos técnicos de nível médio.

Na constante busca de ações que ampliassem a qualidade da educação, no final de 2012 uma nova estratégia de atuação e acompanhamento é estruturada junto às unidades escolares da rede. Foram criadas as Supervisões Estratégicas de Atendimento (SEA), formadas por equipes de técnicos para o acompanhamento, formação continuada dos docentes da rede e fomento de ações referentes à ciência e tecnologia, à legislação e organização educacional e à escola promotora de saúde.

Tal organização se expressou na ideia de aproximação cada vez maior dos técnicos ao *locus* da escola, permitindo a flexibilidade prática e a construção de propostas coletivas, assim como, de projetos formativos específicos para contribuir com a resolução dos problemas específicos de cada unidade escolar.

Nas SEA também foram constituídas as equipes técnicas que atuavam com os municípios conveniados, trabalho que passou a ter um expressivo aumento de atendimentos.

Na intenção de documentar a trajetória e a especificidade da educação infantil da rede Sesi-SP e também subsidiar o trabalho realizado no CEI e nos municípios conveniados, em 2013 é realizada a publicação das Orientações didáticas do Movimento do aprender no sistema Sesi-SP de ensino para o professor de crianças de 4 e 5 anos e do livro Movimento do aprender para as crianças.

Entre os anos de 2013 e 2017 foram realizadas adequações na proposta curricular do Sesi-SP, visando atender às demandas sociais apresentadas ao sistema Sesi-SP de ensino. O Referencial Curricular do ensino fundamental foi amplamente revisado, assim como as expectativas de ensino e aprendizagem. Estas, por sua vez, foram organizadas de forma gradativa e espiralada, permitindo uma organização curricular diferenciada e dando maior autonomia aos professores no momento de fazer suas opções didáticas. Paralelamente a esse trabalho, o material do ensino fundamental foi inteiramente revisado e implementado progressivamente na rede Sesi-SP.

Dentro do processo de adequação realizado, o Sesi-SP reestruturou sua organização de atendimento e formação da rede. As antigas SEA, em 2015, deram lugar às Regiões Estratégicas de Atendimento (REA), que passaram a priorizar a formação dos coordenadores pedagógicos e diretores escolares para que pudesse desenvolver a formação dos docentes de suas respectivas unidades escolares. A formação dos docentes da rede deixa de ser centralizada, dando aos coordenadores pedagógicos condições para realizar a formação dos docentes a partir das necessidades existentes nas unidades escolares. No ano seguinte, é publicado o *Referencial Curricular do*

sistema Sesi-SP de ensino da educação infantil e, em 2017, as *Orientações didáticas e práticas pedagógicas na educação infantil: crianças de 0 a 3 anos* são revisadas, visando atender ao programa de formação docente dos municípios conveniados.

Inspirado em modelos mundiais disruptivos, o Sesi-SP implantou em 2017 uma escola com proposta educacional inovadora: a escola Sesi “João e Belinha Ometto”, localizada em Limeira, constituída por galpões, expressa o conceito de escola sem paredes. Com projeto arquitetônico inovador, seus espaços são multifuncionais e integrados às tecnologias móveis, o que favorece a construção de diferentes agrupamentos e atividades, possibilitando a organização dos estudantes de forma multietária.

Essa busca por um ensino inovador e a ênfase no protagonismo dos estudantes fizeram com que a rede Sesi-SP, também em 2017, implementasse os Eixos Integradores em seu currículo.

Organizados por área de conhecimento, buscavam desenvolver, por meio da pesquisa e dos problemas e questionamentos apresentados pelos alunos, uma relação mais estreita entre a pesquisa, os saberes escolarizados e o cotidiano dos estudantes, em uma perspectiva de trabalho interdisciplinar, relacionando os saberes das áreas do conhecimento entre si a partir da pesquisa e das demandas de interesse dos alunos. Nesse mesmo ano, ocorre uma competição de robótica exclusiva para alunos da rede escolar Sesi-SP, que viria a se repetir no ano de 2018: nesse momento a Robótica Educacional está consolidada na rede escolar Sesi-SP, tornando-se referência para outras instituições de ensino.

Em 2019 foi realizado um importante movimento na rede Sesi-SP, que consistiu num processo de estudo, discussão e implantação da base nacional comum curricular (BNCC), integrando toda a equipe escolar

nesses trabalhos. Com o objetivo de promover uma ampla reflexão sobre a BNCC, relacionando aos princípios educacionais que regem a proposta pedagógica e as expectativas de ensino e aprendizagem do Sesi-SP, diversos estudos foram realizados nas unidades escolares e nas Regiões Estratégicas de Atendimento (REA), que socializavam suas reflexões com toda a rede. O material elaborado está subsidiando o processo de implementação da BNCC em toda a rede Sesi-SP, consolidando sua gestão democrática e a construção coletiva.

Outras iniciativas que consolidam a rede Sesi-SP têm sido realizadas, como a dinâmica e valorização da área de Ciência e Tecnologia, a atualização e inovação constante dos recursos didáticos, o acompanhamento e monitoramento dos projetos formativos, o olhar atento ao cumprimento da legislação vigente, a ampliação e inovação dos prédios escolares com novos e estruturados espaços educativos, a ressignificação constante do trabalho em tempo integral, além do desenvolvimento de projetos institucionais que ampliam a qualidade do ensino oferecido, elevando os padrões educacionais do Sesi-SP.

Os princípios que permeiam a organização curricular para os próximos anos são:

- Igualdade e equidade no processo educativo
- Autonomia e responsabilidade na construção e na reconstrução dos saberes
- Qualidade nos processos de ensino e aprendizagem
- Gestão democrática
- Valorização dos profissionais da educação
- Valorização da experiência extraescolar

Formação continuada de docentes

As solicitações de profissionais e de escolas, inclusive as da rede do Sesi-SP, mostram que existe lacuna no sistema de ensino entre a formação inicial nas Licenciaturas e as exigências reais do processo escolar de aprendizagem dos estudantes, razão pela qual sempre foi imperativa a necessidade de desenvolver programas para formação continuada dos seus profissionais, para atendimento desta demanda.

As Licenciaturas oferecidas no país, no geral, são segmentadas, formando docentes por disciplina, desconhecendo o tratamento por áreas do conhecimento, a interdisciplinaridade e as estratégias de contextualização preconizadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais e outras normas emitidas pelos Conselhos Nacional e Estadual de Educação. Tais Licenciaturas não levam em conta, na maioria das vezes, a diversificação de competências hoje requeridas do professor, as quais não se limitam às atividades em sala de aula, mas englobam ações plurais intra e extraescolares. Além disso, muitos destes cursos não acompanham a evolução tecnológica e a rapidez das informações, que determinam a necessidade de desenvolver competências sintonizadas com o conhecimento e a aplicação das tecnologias de informação e comunicação na escola.

Por essas razões, as instituições de ensino têm se preocupado em desenvolver ações de formação continuada para seus profissionais, a fim de suprir as lacunas apontadas na sua formação inicial. O Sesi-SP desenvolveu larga e proveitosa experiência de formação continuada de docentes, mantendo atividades e programas, sempre visando à atualização e à qualidade de sua atuação educacional. Destarte, promove reuniões e encontros pedagógicos, congressos, seminários, workshops e similares com a participação de seus profissionais de educação, como os de outras instituições.

FACULDADE Sesi-SP DE EDUCAÇÃO

Breve Histórico

A Faculdade Sesi-SP de Educação resulta da experiência desenvolvida na área educacional desde 1947, quando foi instalado seu primeiro projeto educacional de caráter escolar, destinado à alfabetização de jovens e adultos. Desde então, por mais de 60 anos, vem expandindo e diversificando sua atuação educacional e cultural, sempre aprimorando seu fazer pedagógico, resultando na proposta de atuar na formação de profissionais para os diversos campos da Educação.

Em 2015, a Faculdade Sesi-SP de Educação foi credenciada por meio da Portaria MEC nº Credenciamento: Portaria MEC nº. 724, de 14 de julho de 2015, publicado em 15/07/2015; teve três de seus cursos de Graduação autorizados em sequência e o quarto foi autorizado no ano seguinte. As Licenciaturas para formação de Professores correspondem às áreas de Conhecimento prescritas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e, especificamente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, editadas pelo Conselho Nacional de Educação, ou seja, Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, e Ciências Humanas.

No ano de 2016, ela entrou em funcionamento com a oferta de 3 (três) cursos de pós-graduação: Especialização em Coordenação Pedagógica e Formação Continuada de Professores; Especialização em Ensino de Ciências da Natureza por Área de Conhecimento e Especialização em Ensino da Matemática nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. No segundo semestre de 2016 foi formada uma nova turma no curso “Especialização em Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental”. No início do segundo semestre de 2017 novas turmas foram constituídas. Da parceria entre a Faculdade

SESI-SP de Educação e Stanford University, em setembro de 2017, iniciou-se uma turma da especialização em "Docência da Matemática no Ensino Fundamental Metodologia Stanford", com uma carga horária especial de 480h.

Os quatro cursos de Graduação oferecidos pela Faculdade iniciaram no ano de 2017. Como parte do DNA da IES, entendeu-se a necessidade dos cursos de graduação estarem intimamente relacionados com a Educação Básica da rede Sesi-SP, fazendo desta experiência, espaço privilegiado para uma formação inovadora e qualificada dos futuros docentes. Assim, desde o primeiro ano dos cursos, os estudantes atuam como monitores de aprendizagem, coadjuvando os professores dos cursos de Ensino Fundamental e Médio mantidos pelo Sesi-SP. Desse modo, é desenvolvida, inovadoramente, a Residência Educacional, que reforça a formação pedagógica e a prática profissional docente.

Desde então, a Faculdade tem se constituído como um *locus* privilegiado e especializado, voltado para a formação de profissionais para atuação nas áreas da educação escolar, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes, de suas famílias e das comunidades em que vivem.

Área de atuação acadêmica

Os cursos de Graduação autorizados e oferecidos no período noturno, na modalidade presencial, pela Faculdade Sesi-SP de Educação são os seguintes:

LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

Autorização: Portaria Seres n. 463, de 09 de setembro de 2016, publicado em 09/09/2016.

Número de vagas: 40 vagas (noturno)

LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA

Autorização: Portaria Seres n. 584, de 17 de agosto de 2015, publicado em 18/08/2015.

Número de vagas: 40 vagas (noturno)

LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS

Autorização: Portaria Seres n. 584, de 17 de agosto de 2015, publicado em 18/08/2015.

Número de vagas: 40 vagas (noturno)

LICENCIATURA EM LINGUAGENS

Autorização: Portaria Seres n. 584, de 17 de agosto de 2015, publicado em 18/08/2015.

Número de vagas: 40 vagas (noturno)

Já os cursos de Pós-graduação Lato Sensu oferecidos na modalidade presencial são:

Denominação	Modalidade	Carga Horária	Vagas	Município de Oferta
Ensino da Matemática nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio 2017	Presencial	364h	25	São Paulo - SP
Especialização em Docência de Matemática	Presencial	360h	80	São Paulo - SP
Ensino da Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Presencial	364h	25	São Paulo - SP
Docência da Matemática no Ensino Fundamental-Metodologia Stanford	Presencial	480h	25	São Paulo - SP
Ensino de Ciências da Natureza por Área do Conhecimento	Presencial	364h	25	São Paulo - SP
Ensino de Ciências da Natureza por Área do Conhecimento-2017	Presencial	360h	25	São Paulo - SP
Coordenação Pedagógica com ênfase na formação de professores	Presencial	364h	25	São Paulo - SP
Coordenação Pedagógica e Formação Continuada de Professores	Presencial	360h	25	São Paulo - SP
Educação Física Escolar	Presencial	360h	30	São Paulo - SP
Ensino da Matemática nos Anos Finais do E.F. e Ensino Médio	Presencial	364h	25	São Paulo - SP
Ensino da Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental 2017	Presencial	364h	25	São Paulo - SP
Docência da Matemática no Ensino Fundamental	Presencial	480h	30	São Paulo - SP

No primeiro ano de funcionamento da Faculdade foram ofertadas quatro Licenciaturas para formação de Professores, cada uma correspondendo a uma das Áreas do Conhecimento prescritas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e, especificamente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, editadas pelo Conselho Nacional de Educação, ou seja, Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, e Ciências Humanas.

A oferta dessas licenciaturas se justifica em razão das mudanças que o País atravessa, exigindo uma Educação que possibilite formação de professores aptos a realizar uma prática docente de alta qualidade, capazes de motivar e conduzir os estudantes nos caminhos da aprendizagem, com elevado nível de expectativa em relação ao desempenho escolar.

A Faculdade Sesi-SP de Educação dispõe de uma rede escolar com experiência concreta e efetiva, com campo para o desenvolvimento de competências pedagógicas, possibilitando observação, interlocução,

vivência, investigação, prática e reflexão em situações reais do processo de ensino e de aprendizagem.

Para tanto, o Sesi-SP oferece espaços adequados para a utilização dos processos específicos de aprendizagem e um vasto campo que propicia articular práticas pedagógicas aos conhecimentos teóricos, de forma que os profissionais da educação possam aprender a “ensinar”. Nesta perspectiva, os estudantes terão maior possibilidade de organizar os conteúdos escolares com significados históricos e sociais, de promover aprendizagens significativas respondendo às reais necessidades de crianças e adolescentes, no “chão da sala de aula”.

Ressalta-se, nesse sentido, que todas as instalações e serviços do Sesi-SP, no que couber e da forma adequada, são disponibilizados também para as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão da Faculdade. Em particular, suas unidades escolares se constituem em laboratório pedagógico vivo para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, em prol do melhor e mais significativo aprendizado dos seus estudantes.

Antes mesmo de iniciar em 2017 com os cursos de graduação, cabe ressaltar que desde 2015 a faculdade Sesi-SP de Educação oferta cursos de pós-graduação na modalidade Lato Sensu (especialização), de acordo com necessidades e demandas de aprimoramento de profissionais da Educação.

No âmbito da Pesquisa, e em conexão com os cursos e programas oferecidos, a faculdade volta-se para a produção de conhecimentos visando à promoção da educação formal e não-formal de qualidade no País.

No que concerne a Extensão, são oferecidos cursos e programas em articulação com a Pesquisa e com o Ensino, destinados à comunidade, visando à difusão de conhecimentos, tecnologias, práticas, métodos e processos educacionais e socioculturais.

Missão

A Missão da Faculdade Sesi-SP de Educação é formar professores para a Educação Básica, que contribuam para o desenvolvimento educacional e cultural, em benefício da sociedade, gerando conhecimento, socializando e aplicando os resultados no desenvolvimento social, contribuindo para promover a melhoria da qualidade da Educação no país.

Visão

Ser referência nacional e internacional na área de formação de professores.

Finalidades

A Faculdade propicia Educação Superior com foco predominante na formação inicial e continuada de docentes para atuarem na educação formal e não formal, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes, de suas famílias e das comunidades em que vivem, tendo como finalidades:

- No Ensino, oferecer cursos e programas superiores de Graduação (Licenciaturas) e de Pós-Graduação.
- Na Pesquisa, desenvolver investigação científica integrada ao Ensino, em programas próprios e em parceria com outras instituições públicas e privadas.
- Na Extensão, promover cursos e programas, visando à difusão de conhecimentos e práticas destinadas à melhoria da qualidade de vida.

Valores

Os valores da Faculdade Sesi-SP de Educação acompanham os valores de seu Mantenedor, Sesi-SP:

- Comprometimento e responsabilidade com a missão institucional para formar professores da Educação Básica;
- Confiança pautada nos preceitos de integridade, lealdade e dignidade.
- Valorização do ser humano e da harmonia nas relações sociais, respeitando a diversidade.
- Busca permanente pela melhoria da eficiência e da inovação em processos, serviços e produtos educacionais;
- A valorização e a compreensão do processo de avaliação como caminho para o crescimento contínuo da Instituição.
- Respeito ao meio ambiente e disseminação da Educação Ambiental;
- Transparência na relação entre docentes, discentes, corpo técnico-administrativo e comunidade externa;
- Formação de profissionais competentes e éticos para o mercado de trabalho;
- Autonomia dos órgãos colegiados na gestão participativa.

Objetivos e Metas

A Faculdade Sesi-SP de Educação tem como objetivos:

- Formar profissionais, notadamente, professores para a educação básica, nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, além de colaborar na sua formação contínua.
- Estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e tecnológico e o pensamento reflexivo.
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos produzidos nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.
- Estabelecer relação de parceria e reciprocidade com a comunidade do entorno e de escolas públicas e privadas da região de São Paulo.
- Promover a Extensão, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica da instituição.
- Cooperar e prestar assistência técnica e pedagógica a organizações de caráter educacional.
- Promover o intercâmbio educacional, científico e tecnológico com instituições nacionais e estrangeiras.

1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.1. Contexto Educacional

O estado de São Paulo ocupa uma área de 248.219,63 Km² do território do país, sendo o estado com a maior concentração da população brasileira (45.982.727 habitantes), o que representa mais de 22% da população nacional.

A Região Metropolitana de São Paulo, composta pela capital e por outros 38 Municípios, apesar de ocupar apenas 0,1% do território nacional, reúne cerca de 10% da população do país e cerca de 50% da população do Estado, em cujo centro está a cidade de São Paulo.

Segundo projeção do IBGE¹ a cidade apresentava, em julho de 2019, uma população de 12.252.023 habitantes, em uma área de 1.521,10 Km², perfazendo uma densidade demográfica de 8.023 habitantes por Km².

Em relação ao PIB do Município, a atividade econômica de serviços tem se constituído a mais representativa, tornando a capital do Estado o maior polo financeiro do País. São Paulo possui o maior PIB dentre as cidades brasileiras, que, em 2016², era de R\$ 687.035.889.610, sendo que o PIB do estado representava 32,5% do PIB Nacional.

O Índice de Desenvolvimento Social da do Município é de 0,805, considerado muito alto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Segundo dados do IBGE, em 2018, o Município de São Paulo teve 1.383.779 Matrículas no Ensino Fundamental (dos quais 43% estão na rede estadual, 31% na rede municipal e 26% na rede privada) e 420.071

¹ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>

² <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>

no Ensino Médio (dos quais 79% estão na rede estadual, 1% na rede municipal e 20% na rede privada).

O Censo Escolar de 2018 registra que, apenas na cidade de São Paulo, há 69.443 docentes no Ensino Fundamental e 27.649 docentes de Ensino Médio. Esses dois conjuntos explicitam a grandiosidade da rede de ensino na qual a Faculdade SESI-SP se insere para a formação de docentes.

A Faculdade está localizada em imóvel situado na Rua Carlos Weber, 835 - Vila Leopoldina - São Paulo, Capital, situada na Subprefeitura da Lapa, região noroeste da cidade de São Paulo. Historicamente, a Vila Leopoldina originou-se como uma extensão do bairro da Lapa e tinha no início, características de região popular, com predominância de galpões industriais. Atualmente, denota-se no bairro um vasto comércio, áreas industriais, o CEAGESP e uma área residencial com evolução de construções verticais de médio e alto padrão.

No âmbito educacional, a Secretaria Municipal de Educação mantém, na Vila Leopoldina, quatro escolas municipais de educação integrada, uma creche municipal, que abriga 1.060 crianças e, sob a supervisão da Secretaria Estadual, há 4 escolas de Educação Infantil particulares. A rede estadual conta com 25 escolas de ensino médio sendo, 11 públicas e 14 particulares. Dentre as públicas, há oferta de educação profissional nas áreas de Administração, Eletrotécnica, Informática, Logística, Mecânica e Mecatrônica. O bairro da Vila Leopoldina abriga ainda o Centro de Detenção Provisória com a oferta de Educação de Jovens e Adultos.

Quanto ao transporte e locomoção, o distrito é servido por trens da CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - por meio das linhas 8 (Diamante) com as estações Imperatriz Leopoldina e Domingo de Moraes e 9 (Esmeralda), com a estação Ceasa. A região também é

interligada ao Metrô e o terminal rodoviário da Barra Funda, assim como ao terminal de Metrô Vila Madalena.

Conta também com o corredor de ônibus Pirituba-Lapa-Centro e inclui, também, as avenidas Manoel Barbosa, General Edgar Facó, Ermanno Marchetti, Francisco Matarazzo, General Olímpio da Silveira e São João, bem como as ruas Clélia, Guaicurus e Catão, que fazem parte dos principais corredores de transporte da cidade. Por esses corredores, circulam cerca de 45 linhas de ônibus municipais, além de cinco linhas intermunicipais da EMTU-SP. Essa característica facilita a locomoção do corpo social do Campus às demais regiões metropolitanas e aos municípios da Grande São Paulo. Essa rede de transporte permite fácil acesso dos alunos da cidade de São Paulo e de outros municípios da RMSP (Região Metropolitana de São Paulo) tais como Osasco, Taboão da Serra, Itapevi, Jandira, Barueri, Carapicuíba, Caierias, Francisco Morato e Franco da Rocha.

Em relação à Educação Superior, a cidade de São Paulo é a cidade brasileira que tem a maior quantidade de IES (205) e de cursos de Graduação (6.040), dos quais 2.420 são Cursos Superiores de Tecnologia, 2.595 de Bacharelados e 1.025 cursos de Licenciatura³. Apesar da grande quantidade de cursos de formação de professores, apenas duas IES os oferecem por área de conhecimento: Faculdade Sesi-SP de Educação e Universidade de São Paulo, no campus localizado da Zona Leste.

Essas duas IES são as únicas que oferecem o curso de Licenciatura em Ciências da Natureza no Estado de São Paulo, segundo dados do E-MEC (2019)⁴; com a mesma nomenclatura, no Brasil, são 20 no total.

³ <http://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada>

⁴ <http://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada>

O curso de Licenciatura em Ciências Humanas é oferecido na cidade de São Paulo apenas pela Faculdade Sesi-SP de Educação, sendo 9 em todo o Brasil.

O curso de Licenciatura em Linguagens da FASESP é o único oferecido no Brasil, segundo dados do E-MEC.

Mesmo com a oferta de cursos isolados por área, como Biologia, Química, Física, História, Filosofia, Geografia, Ciências Sociais, Letras-Português, Letras-Espanhol, Letras-Inglês e Artes, não se consegue suprir a demanda das redes públicas e privadas, o que é atestado pela presença de profissionais formados em uma dessas áreas destacadas na docência de áreas correlatas, mesmo sem habilitação para tal.

Apesar de maior oferta na formação de professores para Matemática no Município (44), há uma carência muito grande de professores nas redes estadual, municipais e mesmo na rede de instituições privadas da Região Metropolitana de São Paulo.

Ainda que a formação de professores tenha aumentado nos últimos anos como resultado de Políticas de Formação de Professores, ainda há carência de professores qualificados para a Educação Básica. Segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2019)⁵, em 2018, na região sudeste, 34,1% dos professores dos anos finais do Ensino Fundamental não tinham formação adequada para as disciplinas que ensinavam. No Ensino Médio este índice subia para 37%.

A aprovação da Base Nacional Comum Curricular, em 2017, acrescentou aos cursos de Licenciatura um desafio de formar o “novo professor” para atuar por área de conhecimento, de forma interdisciplinar, preocupado com o desenvolvimento de competências e da educação integral do aluno.

<https://todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/302.pdf>

De acordo com o Anuário da Educação Brasileira, “os professores deverão estar preparados para a condução dos novos currículos e recursos pedagógicos” (2019, p. 35) e será necessária revisão e adaptação dos Projetos Pedagógicos das Escolas para a efetiva implantação dessa Política Nacional de Educação.

É nessa realidade de mudança na Educação Brasileira que a Faculdade SESI-SP de Educação atua, por meio de seus cursos de Graduação e de Pós-graduação, e, dentre eles, a Licenciatura em Ciências Humanas com esse Projeto Pedagógico de Curso.

1.1.1. Justificativa

*“Se a Educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”
(Paulo Freire, 2000)*

Neste projeto de curso há o entendimento de que, parafraseando Paulo Freire (2000), o professor sozinho não conseguirá superar os desafios enfrentados atualmente pela Educação, mas certamente, ele é um dos personagens primordiais para que as necessárias mudanças ocorram. Dada essa relevância é destacada a importância da formação do professor com vistas a um projeto maior da nação.

Durante as últimas décadas, a questão da formação docente tem mobilizado diversos setores envolvidos com a educação brasileira. Órgãos governamentais dos três entes federativos, professores, educadores, universidades, instituições de Ensino Superior, entidades de classe têm buscado discutir os problemas referentes à constituição de políticas nacionais para a formação inicial e continuada de professores, bem como a discussão de propostas para a melhoria dos recursos

materiais, pedagógicos e profissionais necessários a uma Educação Básica de qualidade.

No centro dessas discussões está a questão de que a ampliação da oferta de cursos de formação, de habilitação e de vagas não é suficiente para solucionar os problemas de formação e do déficit de professores para a Educação Básica. É preciso estabelecer um compromisso com a qualidade dessa formação e com políticas de valorização do magistério e da profissão docente, tal como estabelecido na Meta 15 do Plano Nacional de Educação e na Resolução N.2/2019.

Nesse sentido, as solicitações de profissionais e de escolas, inclusive as da rede do Sesi-SP, mostram que existe uma lacuna no sistema de ensino entre a formação inicial nas licenciaturas e as exigências reais do processo escolar de aprendizagem dos estudantes. Como observa Antonio Nóvoa (1995, p. 26) a história da formação de professores oscila entre:

[...] modelos acadêmicos, centrados nas instituições e em conhecimentos "fundamentais", e modelos práticos, centrados nas escolas e em métodos "aplicados". É preciso ultrapassar esta dicotomia, que não tem hoje qualquer pertinência, adotando modelos profissionais, baseados em soluções de parceria entre as instituições de Ensino Superior e as escolas, com um reforço dos espaços de tutoria e de alternância.

No Brasil ainda hoje se constata que grande parte dos cursos de licenciaturas que habilitam para o exercício do magistério permanece desde sua origem, em 1930, sem alterações significativas em seu modelo.

Parece consenso que os currículos de formação de professores, baseados no modelo da racionalidade técnica, mostram-se inadequados à realidade da prática profissional docente. As principais críticas atribuídas a esse modelo são a separação entre teoria e prática na preparação profissional, a prioridade dada

à formação teórica em detrimento da formação prática e a concepção da prática como mero espaço de aplicação de conhecimentos teóricos, sem um estatuto epistemológico próprio. Outro equívoco desse modelo consiste em acreditar que para ser bom professor basta o domínio da área do conhecimento específico que se vai ensinar* (PEREIRA, 1999, p.112)

A percepção de que a deficiência na formação dos professores brasileiros está para além da ausência da oferta de licenciaturas é demonstrada nas pesquisas sobre a formação inicial de docentes. Gatti (2014, *on-line*) declara:

As licenciaturas não estão formando professores profissionais [...] é um curso que foi encurtado e que dentro das universidades não recebe a atenção que deveria ter. Parece que qualquer um pode ser professor e não é qualquer um que pode ser professor.

Os resultados das pesquisas da professora Bernadete Gatti foram publicados e veiculados por diferentes canais revelando claramente que os cursos de licenciatura necessitam de reestruturação.

Certamente, essa demanda de reestruturação das licenciaturas é consequência das mudanças da sociedade contemporânea que delinearam um novo perfil para os profissionais de todas as áreas, exigindo competências diferenciadas para interpretar o mundo.

Um passo significativo para essa mudança ocorreu com o Parecer CNE/CP 09/2001 e a Resolução CNE/CP 01/2002, quando a Licenciatura “ganhou”, como determina a [até então] nova legislação, terminalidade e integralidade própria em relação ao Bacharelado, constituindo-se em um projeto específico. Isso exige a definição de currículos próprios da Licenciatura que não se confundam com o Bacharelado ou com a antiga formação de professores que ficou caracterizada como modelo “3+1”.

Por fim, novos avanços são apontados com a Resolução N.2, de dezembro de 2019, com a explicitação dos desafios educacionais a serem enfrentados na formação inicial para docentes. Desafios tais como: romper com a fragmentação da formação dos professores, eliminar a distância entre os cursos de licenciatura e as escolas de Educação Básica, incluir o desenvolvimento cultural na formação inicial do docente, estabelecer conteúdos objetivados na Educação Básica, oportunizar práticas significativas para o ofício de professor; adequar a pesquisa enquanto investigação na produção de saberes e considerar as especificidades próprias das etapas e das áreas do conhecimento que compõem o quadro curricular da Educação Básica.

Visto dessa perspectiva, o modelo de formação docente no Brasil não atende em diversos aspectos a proposta de promover uma educação que não esteja limitada à simples aquisição de conhecimentos, mas que estimule a construção de novos saberes e valorize o comprometimento com a ética, a cidadania e a justiça social. Como observa Bernadete Gatti (2010, p. 1357) a formação de professores no Brasil ainda se encontra centrada “nas áreas disciplinares em que, mesmo com as orientações mais integradoras quanto à relação ‘formação disciplinar/formação para a docência’, na prática ainda se verifica a prevalência do modelo consagrado no início do século XX para essas licenciaturas.”.

Sendo assim, no contexto da educação brasileira contemporânea, a docência é uma profissão cuja formação se depara com inúmeros desafios referentes aos conhecimentos que o professor precisa mobilizar e articular para o seu desempenho e desenvolvimento profissional. Este não é apenas pedagógico, mas também cultural, político, profissional e pessoal.

O conhecimento e a compreensão de si mesmo, o desenvolvimento cognitivo ou teórico, delimitado por uma situação profissional é o que

permite uma carreira com estímulo para melhorar a prática profissional de qualidade. Assim, a licenciatura precisa dispor de um currículo que preveja formação ampla de educação, com conhecimento de conteúdos em articulação com outros necessários à construção da identidade profissional docente. Além disso, a profissionalização docente [...] “implica a obtenção de um espaço autônomo, próprio à sua profissionalização, com valor claramente reconhecido pela sociedade. Não há consistência em uma profissionalização sem a constituição de uma base sólida de conhecimentos e formas de ação” (GATTI, 2010, p. 1360).

As transformações pretendidas, na formação para a docência, em qualquer nível de ensino, devem estar em conformidade com as atuais e diversificadas atribuições que lhes são dadas, inseridas na compreensão dos processos humanos mais globais, pois, a inovação que se pretende “transita entre a arte e a ciência, e o pensamento abstrato necessário para vislumbrar a materialização do conhecimento”⁶, indispensável na construção de competências para o ofício da docência.

O professor muito mais na função de orientador, de estimulador na busca de saberes, e não um mero transmissor de informações, influi na qualidade da formação dos estudantes. Dele são requeridas diversas competências que não se limitam às atividades em sala de aula, mas exigem ações as mais variadas intra e extraescolares.

O licenciado em Ciências Humanas pode atuar em escolas que oferecem os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio; em editoras, institutos e órgãos públicos e privados que produzem e avaliam materiais didáticos. Nesse sentido, a Faculdade Sesi-SP de Educação, com outro olhar para a formação inicial dos professores, e visando a formação de docentes devidamente qualificados para o processo de

⁶ Inovação. Veja- 3 de dezembro, 2014 - p.103.

ensino e aprendizagem, propôs a criação de um curso de graduação de Licenciatura em Ciências Humanas, entendendo que um profissional competente requer conhecimentos práticos da realidade educacional e das Ciências Humanas de forma que possa efetivamente realizar a transposição didática.

Schön (1995) argumenta que, "para enfrentar a crise nos cursos de formação docente, faz-se necessário romper com modelos de racionalidade técnica, superar a visão aplicacionista e o discurso prescritivo na formação de professores".

Em 2012 as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio estabeleceram a organização por áreas de conhecimento, Resolução CNE/CEB 02/2012, art.8º:

Art. 8º O currículo é organizado em áreas de conhecimento, a saber:

- I - Linguagens;
- II - Matemática;
- III - Ciências da Natureza;
- IV - Ciências Humanas.

§ 1º O currículo deve contemplar as quatro áreas do conhecimento, com tratamento metodológico que evidencie a contextualização e a interdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos.

Nesse prisma, a organização de currículo por área de conhecimento na Educação Básica evidentemente impacta na formação de professores, o que também está disposto nas referidas diretrizes curriculares:

Art. 22. Estas Diretrizes devem nortear a elaboração da proposta de expectativas de aprendizagem, a formação de professores, os investimentos em materiais didáticos e os sistemas e exames nacionais de avaliação.

Nessa perspectiva, o Conselho Nacional de Educação enfatiza a necessidade da formação inicial de professores para atender essa realidade:

Quanto aos professores, tantas vezes já foi assinalado o distanciamento ou mesmo a inadequação da sua formação inicial, a qual não capacita seus licenciandos para uma docência integradora e interdisciplinar, como orientada por este Conselho nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.⁷

Por isso, a formação inicial do professor de Ciências Humanas está imbricada na aprendizagem da prática educativa desde o primeiro ano.

Assim, há a pretensão de que o curso de Licenciatura em Ciências Humanas impactará significativamente, não só na cidade de São Paulo, pois foi o primeiro curso deste tipo em âmbito estadual, mas por buscar formar professores por meio de “metodologias pluriarticuladas”, estudos, pesquisas e implementação prática dos conhecimentos. Além disso, a evolução tecnológica e a rapidez das informações determinam a necessidade de desenvolver competências sintonizadas com o conhecimento e a aplicação das tecnologias de informação e comunicação na escola e na relação dialógica com os estudantes.

As Licenciaturas comumente oferecidas não levam em conta, no geral, essa diversificação de competências hoje requeridas, que englobam ações plurais intra e extraescolares. Ainda se mantém segmentadas e formam docentes por disciplina, não considerando, muitas vezes, a abordagem por áreas de conhecimento, a interdisciplinaridade e as estratégias de contextualização preconizadas pelas Diretrizes

⁷ Parecer CNE/CP N. 11/2009

Curriculares Nacionais e outras normas emitidas pelos conselhos nacionais de educação.

As Diretrizes Curriculares editadas pelo Conselho Nacional de Educação assinalam a necessidade de adequação da formação às exigências atuais apontadas anteriormente.

Além das disposições presentes nessas diretrizes, a Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, que institui a política de fomento à implementação de escolas de ensino médio em tempo integral, em seu Art 4º, estabelece que:

O art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional.

Neste sentido, faz-se urgente que a formação de professores se estabeleça por área de conhecimento, como ressaltado pelo Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 de forma a favorecer a comunicação entre os saberes dos diferentes componentes curriculares.

A organização por áreas implica o fortalecimento das relações entre as disciplinas, de forma contextualizada, necessitando de um trabalho cooperativo entre os professores das diversas disciplinas que compõem a área. Importante salientar que esta organização não exclui o conhecimento específico das disciplinas.

Assim, este curso de Licenciatura em Ciências Humanas considera:

- Produção de conhecimentos referidos às diferentes disciplinas que compõem a área de Ciências Humanas: história, filosofia, sociologia e geografia;
- Pesquisa como princípio orientador do processo de ensino e aprendizagem;
- Desenvolvimento da autonomia do estudante;
- Valores da cidadania, da sociedade democrática e da responsabilidade social e ambiental;
- Aprendizagem da prática em situações reais de ensino e de aprendizagem.

Concebido com duração de quatro anos, sendo cada um composto por dois períodos semestrais, compreende a formação pedagógica interdisciplinar para docência dos componentes curriculares da Educação Básica História, Geografia, Filosofia e Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

1.1.2 A Licenciatura em Ciências Humanas

O curso de licenciatura em Ciências Humanas contempla o estudo das 4 disciplinas que compõem a área: História, Geografia, Filosofia e Sociologia - de forma interdisciplinar e também preservando conceitos fundamentais de cada uma das Disciplinas, visando a formação de professores para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

A estruturação inovadora dessa licenciatura visa à superação dos desafios contemporâneos, por meio da formação de professores com competências para promover diálogos interdisciplinares e interculturais capazes de formar leitores dos signos presentes tanto nos saberes

disciplinares quanto nos pedagógicos, para uma prática docente que atenda as reais necessidades da Educação Básica.

As diferentes disciplinas que compõem a área de Ciências Humanas têm seus respectivos conteúdos alocados nas unidades curriculares constitutivas da Matriz Curricular, que, articuladas pelo tratamento interdisciplinar, propiciam a ampliação dos saberes dos futuros docentes, desenvolvendo múltiplas competências e habilidades, buscando o domínio e a reflexão crítica sobre tais conteúdos. Assim, a produção de conhecimentos "no fazer" das atividades e dos projetos presentes nesse curso é valorizada.

Dessa forma, essa é uma proposta consubstanciada numa estrutura curricular interdisciplinar que privilegia a articulação de diferentes conhecimentos. Notadamente, o curso procura garantir ao licenciado não só o domínio dos conhecimentos históricos, filosóficos, geográficos e sociológicos específicos, mas também, senão principalmente, a competência de como ensiná-los. Para tal proposta, ganha importância a Prática de Ensino e os conhecimentos inerentes à pedagogia, à psicologia, aos recursos tecnológicos, à didática, aos aspectos históricos e filosóficos da educação e de cada uma das disciplinas da área. Uma prática docente vista como exercício para a docência e também como fonte de informações para a problematização, reflexão, pesquisa científica e proposição de ações. Assim, o curso busca superar o recorrente tratamento dado aos conhecimentos disciplinares nas salas aula como sendo campos fechados e isolados. Dessa forma, trata-se de uma proposta de formação docente consubstanciada numa nova estrutura curricular que privilegia o uso de diferentes CIÊNCIAS HUMANAS em contextos interdisciplinares, por meio de um caminho diverso dos tradicionalmente formulados nas licenciaturas.

Nesse sentido, o projeto de formação inicial de professores em Ciências Humanas contempla também às prerrogativas da Resolução CNE/CP n.º 2/2015, no que se refere ao dever da Educação Superior observar, na formação de seus alunos, "o reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática" (art. 5, Res. 2/2015).

1.2. Políticas Institucionais no âmbito do Curso

As políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da Licenciatura em Ciências Humanas estão em consonância com a missão, visão, finalidades e valores da Faculdade Sesi-SP de Educação.

Elas também estão norteadas pelos princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição:

- Qualidade no processo de ensino e aprendizagem, por meio da inter e transdisciplinaridade;
- Garantia, ao aluno, de conhecimentos científicos, culturais e tecnológicos de qualidade;
- Promoção de meios que mobilizem o aprender, o ensinar, o pesquisar e divulgar a arte e o saber, conviver e fazer;
- Estímulo no educando a capacidade de conviver com os impactos das novas tecnologias, utilizando-as como elemento motivador de inovações;
- Valorização da experiência profissional articulada à formação;

- Formação do indivíduo para a participação política, o que implica em direitos e deveres de cidadania;
- Formação continuada dos profissionais de Educação;
- Incentivo à participação dos diversos setores nos processos de gestão.

1.2.1. Políticas para o Ensino

A política de Ensino na Licenciatura em Ciências Humanas assegura compromisso com a qualidade social da Educação, desenvolvendo concepção pedagógica crítico-reflexiva em relação à realidade educacional regional e nacional.

Dessa forma, as políticas para o ensino desta Licenciatura seguem a missão, os objetivos, as metas, os valores e os princípios da Faculdade a fim de promover oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso, com a adoção de práticas exitosas e inovadoras nos processos de ensino e aprendizagem.

As políticas de Ensino definidas pela IES no âmbito do curso são:

I. Indissociabilização entre o ensino, a pesquisa e a extensão

O ensino, a pesquisa e a extensão são indissociáveis para a formação do futuro professor. A pesquisa, desenvolvida nos Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa e Extensão, proporciona a construção de novos conhecimentos que contribuem no percurso formativo dos futuros educadores e também ajudam a repensar o currículo de formação de professores.

As atividades extensão, compreendidas como cursos abertos à comunidade, desenvolvidos por professores e alunos, e projetos em

escolas públicas parceiras contribuem para o desenvolvimento da comunidade acadêmica e do entorno da IES.

O Ensino, conectado com atividades de Pesquisa e de Extensão, articula conhecimentos teóricos e práticas pedagógicas, para consolidar o aprendizado do aluno, comprometido com a realidade da Educação Básica no Estado e no País.

II. Formação do professor por área de conhecimento

O curso de licenciatura em Ciências Humanas contempla o estudo das diversas disciplinas que compõem a área das Ciências Humanas– História, Filosofia, Sociologia e Geografia- de forma interdisciplinar.

A estruturação inovadora dessa licenciatura promove: a inter e transdisciplinaridade nas unidades curriculares, a flexibilidade curricular, a articulação entre a teoria e prática e a relação com a Base Nacional Comum Curricular, nas quais estão definidas as áreas de conhecimento - Linguagens; Matemática; Ciências da Natureza; e Ciências Humanas.

III. Vínculo permanente com a Educação Básica

O curso de Licenciatura em Ciências Humanas entende que a formação docente é indissociável da reflexão sobre a prática primando pela interação com as escolas de Educação Básica, sejam elas públicas ou privadas. Para tanto, desenvolve a Residência Educacional cujo objetivo central é o de permitir a análise e compreensão das teorias educacionais abordadas nas diversas unidades curriculares, refletindo na proposição de novas práticas de ensino.

Além disso, o aprimoramento do Projeto Pedagógico do Curso leva em consideração as mudanças ocorridas na legislação pertinente, assim como aquelas apontadas nos debates sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

IV. Articulação teóricoprática;

A articulação entre a teoria e a prática pode acontecer de diferentes formas: pela Residência Educacional, pelas atividades “práticas” e/ou pelas práticas de ensino realizadas nas unidades curriculares.

A Residência Educacional coloca o estudante em contato com a realidade escolar desde o início do curso, em escolas da Rede SESI-SP e da Rede Pública. Essa interação, realizada por meio da observação, análise, reflexão e proposições, permite que os licenciandos articulem conhecimentos adquiridos em sala de aula com a real necessidade da Educação Básica.

As atividades comumente denominadas “práticas” remetem aos desafios e problemas percebidos cotidianamente e que são estímulos para a produção de novos saberes e a constituição de novas competências. Neste sentido, podem ocorrer em diversos espaços e com metodologias variadas, ou seja, podem ser desenvolvidas em salas de aula, laboratórios específicos, oficinas, saídas de campo ou visitas técnicas.

Nas unidades curriculares, a indissociação entre teoria e prática ocorre por meio das práticas de ensino que compõem parte de sua carga horária. A abordagem metodológica enfatiza tanto os conteúdos específicos quanto as práticas de sala de aula, inclusive as vivenciadas na Residência Educacional, promovendo a realização de investigações didáticas que permitam estudar e validar as situações de aprendizagem propostas, encorajando a inovação das práticas de ensino.

V. Corpo docente comprometido com a Missão, Valores e Princípios da Instituição.

Para o cumprimento dos objetivos do curso é necessário um corpo docente qualificado e comprometido com o projeto de formação e com a missão da Faculdade, com conhecimento da Educação Básica e do Ensino Superior. Para tal, a Faculdade realiza processo seletivo de professores regularmente, segundo critérios de formação, experiência e conhecimento definidos em editais.

1.2.2. Políticas para a Pesquisa e a Extensão

O curso de Licenciatura em Ciências Humanas articula-se com a Pesquisa para produção de conhecimentos e desenvolvimento de tecnologias, socializando-os em benefício da coletividade, mediante ações diversificadas de Extensão.

A Pesquisa é entendida como instrumento para o desenvolvimento científico e de produção de conhecimento de forma colaborativa entre estudantes e professores, em conexão com os cursos e programas oferecidos.

A Extensão é percebida no curso como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, com o fim de promover a interação entre a Faculdade e outros setores da sociedade. Assim, na Extensão são realizados cursos e programas articulados com a Pesquisa e com o Ensino, destinados à comunidade interna e externa, visando a difusão de conhecimentos, tecnologias, práticas, métodos e processos educacionais e socioculturais.

A Pesquisa e a Extensão constituem, juntas, um processo que se articula com o Ensino de forma indissociável, com o objetivo de intensificar a relação da Faculdade com a comunidade para difundir os benefícios de sua produção acadêmica.

Dessa articulação foram criados os Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa e Extensão (NIPE) que se constituem em espaços de produção, debate e divulgação de conhecimentos na área de Ciências Humanas, conforme as características a seguir:

- I. **Estado, Sociedade e Educação:** abrange temáticas sobre as relações entre Estado, Sociedade e Educação sob diferentes perspectivas teóricas, epistemológicas e metodológicas, legais, com ênfase nos direitos educativos e nas políticas públicas que visam a democratização da educação.
- II. **Tecnologias na Educação:** compreende o estudo da presença, produção e uso de tecnologias no contexto da Educação, analisando a relação entre tecnologia, sociedade e conhecimento, ou desenvolvendo metodologias e recursos para utilização em ambientes de ensino formal e não formal.
- III. **Educação Especial e Processos Inclusivos:** aborda a constituição de sujeitos da educação imersos nas práticas educativas escolares inclusivas. Tem como temas privilegiados: educação escolar e processos de desigualdade e de inclusão/exclusão; políticas de Educação Especial na Educação Básica; processos de ensino e de aprendizagem no campo da Educação Especial;
- IV. **Filosofia, História e Cultura na Educação:** trata de práticas culturais e os modos de subjetivação produzidos em diversas comunidades, voltando-se às investigações no campo da saúde, do gênero, da sexualidade, das práticas educativas afro-diaspóricas e de povos indígenas, das distintas manifestações e representações corporais, das artes, entre outras, numa perspectiva pós-colonial e decolonial, para pensar processos de ensino e/ou aprendizagem no campo da educação.

- V. **Formação de Professores, Currículo e Práticas Pedagógicas:** relaciona-se com a formação de professores, o currículo e as práticas pedagógicas no âmbito do ensino e/ou da aprendizagem da Matemática, Ciências Humanas, Linguagens e Ciências da Natureza. Abrange diversos espaços institucionais, culturais, históricos e sociais, contemplando pesquisas e atividades interdisciplinares com distintas abordagens - epistemológica, histórica, política ou sociológica.

A composição e as formas de funcionamento dos NIPE estão descritas em regulamento próprio aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE.

Assim, as políticas para a Pesquisa e para a Extensão no âmbito da Licenciatura em Ciências Humanas são:

- I. desenvolvimento de investigação científica na área de Ciências Humanas integrada ao ensino, em programas próprios e em parceria com outras instituições públicas e privadas;
- II. socialização de conhecimentos, tecnologias, práticas, métodos e processos em benefício da coletividade, mediante ações de extensão diversificadas;
- III. valorização de pesquisas acadêmicas relacionadas às práticas escolares e aos processos de ensino e aprendizagem;
- IV. desenvolvimento de tecnologias capazes de busca de soluções para os problemas enfrentados na educação;
- V. estímulo à participação dos alunos nas atividades de pesquisa e de extensão desenvolvidas pelos Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa e Extensão;
- VI. incentivo à divulgação de trabalhos científicos, tecnológicos e culturais;

- VII. produção, edição e comercialização de produtos impressos ou digitalizados, banco de dados e outros;
- VIII. disseminação de boas práticas educativas, de estudos de casos, de metodologias diversificadas, de diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, ressaltando princípios e estratégias da interdisciplinaridade.

1.3. Objetivo do curso de Licenciatura em Ciências Humanas

O Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Ciências Humanas tem como objetivo geral formar profissionais com conhecimentos teóricos e práticos, pautados nos princípios da interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, para atuar principalmente como professor nos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e nas demais funções ligadas a esses anos de escolarização.

Para o cumprimento desse objetivo geral, de acordo com o art. 8º da Resolução CNE/CP. N.2 de 2015, as atividades formativas do curso deverão tornar os licenciandos capazes de:

- a) Planejar, elaborar, desenvolver e avaliar propostas de ensino voltadas para a prática reflexiva como elemento que possibilite o aprender sempre, em busca de uma sociedade mais justa, equânime e igualitária;
- b) Criar situações de aprendizagem que sejam contextualizadas e significativas, considerando como ponto de partida os conhecimentos dos estudantes e suas questões de natureza socioculturais e educacionais;

- c) Contribuir, por meio de suas propostas educacionais, para reflexão sobre a diversidade, respeitando as diferenças e objetivando a superação de problemas decorrentes da exclusão acerca dos marcadores sociais;
- d) Manter atualizados seus conhecimentos científicos e pedagógicos, para subsidiar a reflexão sobre a sua própria prática docente e a disseminação desses conhecimentos;
- e) Selecionar e priorizar conhecimentos essenciais para desencadear o processo formativo interdisciplinar e metodologicamente adequado às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- f) Dar ênfase à formação global desses estudantes, contemplando os aspectos de ética, cidadania e compromisso com a comunidade e o meio ambiente e respeitando os projetos pedagógicos das escolas;
- g) Estimular o uso da linguagem, recorrendo sempre que possível às tecnologias de informação e comunicação;
- h) Desenvolver postura democrática, participativa e crítica, facilitando as relações de cooperação entre os diversos segmentos da comunidade interna e externa da escola;
- i) Participar da gestão dos espaços educacionais, formais e não formais, por meio do aprimoramento dos programas educacionais;
- j) Adotar os padrões de qualidade e as inovações propostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais;
- k) Atuar em pesquisas na área de Educação, utilizando instrumentos adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos.

Desta forma, o curso tem organização didático-pedagógica com foco nas exigências reais do processo escolar de aprendizagem dos estudantes da Educação Básica e no atendimento das Diretrizes Curriculares Nacionais referentes à formação de professores.

Assim, este curso é adequado às Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em cursos de licenciatura, particularmente no art. 5º, que especifica que o egresso deve ser conduzido:

I - à integração e interdisciplinaridade curricular, dando significado e relevância aos conhecimentos e vivência da realidade social e cultural, consoantes às exigências da Educação Básica e da educação superior para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;

II - à construção do conhecimento, valorizando a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa;

III - ao acesso às fontes nacionais e internacionais de pesquisa, ao material de apoio pedagógico de qualidade, ao tempo de estudo e produção acadêmica-profissional, viabilizando os programas de fomento à pesquisa sobre a Educação Básica;

IV - às dinâmicas pedagógicas que contribuam para o exercício profissional e o desenvolvimento do profissional do magistério por meio de visão ampla do processo formativo, seus diferentes ritmos, tempos e espaços, em face das dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica, possibilitando as condições para o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança e a autonomia;

V - à elaboração de processos de formação do docente em consonância com as mudanças educacionais e sociais, acompanhando as transformações gnosiológicas e epistemológicas do conhecimento;

VI - ao uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos(das) professores(as) e estudantes;

VII - à promoção de espaços para a reflexão crítica sobre os conhecimentos específicos das Ciências Humanas e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade;

VIII - à consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras;

IX - à aprendizagem e ao desenvolvimento de todos(as) os(as) estudantes durante o percurso educacional por meio de currículo e atualização da prática docente que favoreçam a formação e estimulem o aprimoramento pedagógico das instituições.

A proposta desse curso pressupõe um modo de integrar informações, dados, técnicas, instrumentos, perspectivas, conceitos, de investigar criticamente diferentes teorias para avançar na compreensão dos aspectos da prática docente e na superação das situações-problema encontradas no cotidiano escolar.

O curso obedece, ainda, os seguintes preceitos legais:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei Federal– 9.394/96: Art. 62. A formação de docentes para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, (...) (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013);

- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, conforme Resolução CNE/CP N. 2/2015;
- Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, Bacharelado e Licenciatura;
- Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, conforme disposto na Resolução CNE/CP N. 4/2010;
- Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena;
- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP N. 8/2012 e Resolução CNE/CP N. 1/2012;
- Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, em acordo com a Lei N. 12764/2012;
- Resolução CONAES N. 1/2010, que trata sobre Núcleo Docente Estruturante;
- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - oferta obrigatória da unidade curricular LIBRAS (Linguagem Brasileira de Sinais);
- Portaria Normativa N. 40/2007 (alterada pela portaria normativa MEC N. 23/2010);
- Lei Nº 9.795/1999, no Decreto Nº 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP Nº 2/2012 - Políticas de educação ambiental;

- Decreto N° 7.746, de 05/06/2012 e na Instrução Normativa N° 10, de 12/11/2012 - Desenvolvimento Nacional Sustentável;
- Resolução CNE/CEB nº 07/2010, fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 07/2010, para o Ensino Fundamental - Resolução CNE/CEB nº 01/2010, com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 22/2009, Ensino Médio-Resolução CNE/CEB 02/2012, fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 05/2011 - legislação que estabelece as Diretrizes Curriculares para Educação Básica, Ensino Fundamental de 09 anos e Ensino Médio.
- Lei N°13.415/2017 que institui a política de fomento à implementação de escolas de ensino médio em tempo integral.
- Resolução CNE/CP N° 4/2018 que Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017.

Com base nos dispositivos citados, a organização curricular desse curso observa, também, as demais orientações imprescindíveis à formação para profissionalização docente.

Assim, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, da Faculdade Sesi de Educação, está integralmente comprometido com os pressupostos legais, teóricos e pedagógicos, inclusive em relação à carga horária e tempo de integralização.

1.4. Perfil do Egresso

O egresso desse curso de licenciatura desenvolve competências e habilidades para o exercício de suas funções, em conformidade com o

exposto na LDB nº 9.394/96, capítulo IV, bem como, com a Resolução CNE/CP nº 02/2015, objetivando cumprir o papel social de um profissional qualificado para trabalhar com as atividades de docência, na área das Ciências Humanas, a par de valores éticos, estéticos e políticos.

Além da atuação direta na sala de aula, o licenciado pode desenvolver outras ações pedagógicas em sistemas de ensino, elaborar material didático, colaborar na elaboração de documentos e diretrizes curriculares, em processos de avaliações em larga escala, no desenvolvimento de conteúdos e estratégias didático-metodológicos, presencial ou virtual, em sua área de atuação. Pode ainda atuar em contextos educacionais não formais, tais como museus, teatros, casas de cultura, produtoras audiovisuais, bibliotecas, salas de leitura, projetos culturais, organizações não governamentais (ONG) etc.

O egresso deve ter construído um perfil profissional adequado à formação de professor da Educação Básica, com sólida formação nas ciências integrantes da área do curso, preparado para enfrentar os desafios das transformações sociais, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

Nesse sentido, os profissionais devem ter domínio das Ciências Humanas, especificamente em História, Geografia, Sociologia e Filosofia, em termos de sua estrutura e funcionamento, e as seguintes competências específicas:

- a) Compreender os conteúdos das Ciências Humanas de forma integrada, interdisciplinar e, ao mesmo tempo, reconhecer as especificidades de cada ciência que compõe o conjunto das Ciências Humanas.
- b) Reconhecer as características das Ciências Humanas, seus métodos, especificações e aplicações.

- c) Desenvolver raciocínio lógico, postura crítica e capacidade de resolver problemas no ambiente acadêmico ou externamente no mercado de trabalho, comprometendo-se com o respeito à ética profissional.
- d) Estabelecer diálogo das Ciências Humanas com as demais áreas de conhecimento, objetivando a articulação do processo de vivências de situações de aprendizagem na produção do conhecimento e na prática educativa.
- e) Valorizar a construção coletiva do conhecimento, organizando, coordenando e participando de equipes multiprofissionais e interdisciplinares.
- f) Aplicar as tecnologias de informação e comunicação, acompanhando a dinâmica e inovações do mundo contemporâneo, com reflexão sobre seus riscos e benefícios.
- g) Buscar formação continuada na perspectiva de constante atualização e aperfeiçoamento, sendo sua prática profissional fonte de conhecimento.
- h) Desenvolver pesquisas na área de ensino e aprendizagem das Ciências Humanas.

O egresso da Licenciatura em Ciências Humanas deve construir um perfil profissional com sólida formação, preparado para enfrentar os desafios das transformações sociais, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional. Para tal, terá condições de fazer escolhas e de tomar decisões referenciadas nos saberes teóricos e práticos produzidos, bem como ser capaz de analisar criticamente diferentes contextos, adotando atitudes de acolhimento e de respeito à diversidade étnico-cultural e outras.

Nesse sentido, o perfil profissional do licenciado compreende, ainda, as capacidades crítico-humanística, técnica, estética, política e pedagógica, de forma a desenvolver competências para:

- a) Comprometer-se com os valores da sociedade democrática, traduzidos em princípios da ética, dignidade, justiça, respeito, participação, responsabilidade, diálogo e solidariedade, para atuação como profissional e como cidadão;
- b) Compreender-se como profissional da educação consciente de seu papel na formação do cidadão e da necessidade de se tornar agente que interfere na realidade em que atua;
- c) Desempenhar seu papel de educador com capacidade de se inserir em diversas realidades com sensibilidade para interpretar e diagnosticar características e interesses dos estudantes, criando situações de aprendizagem que estimulem sua ação;
- d) Elaborar Planos de Trabalho Docente, em sintonia com o Projeto Pedagógico do seu Curso, adequando-o ao perfil dos estudantes;
- e) Desenvolver e aplicar metodologias adequadas ao processo de construção do conhecimento, centrados em situações-problema significativas, adequadas ao nível e às condições socioculturais dos estudantes, a partir de abordagens que buscam a interação dos diversos campos do saber;
- f) Planejar e organizar situações de aprendizagem e o processo de mediação, selecionando conteúdos a serem desenvolvidos e propondo situações criativas, desafiadoras e promotoras da autonomia;

- g) Integrar os conhecimentos em Ciências Humanas que compõem o currículo dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio com as unidades curriculares pedagógicas e referenciadas no cotidiano da Educação Básica;
- h) Analisar e selecionar recursos e materiais e criar situações diversificadas de ensino adequadas ao desenvolvimento da aprendizagem com autonomia;
- i) Produzir e difundir material didático, propostas e estratégias de ensino que favoreçam o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes;
- j) Promover a avaliação diagnóstica e formativa, segundo indicadores de desempenho, criando situações e utilizando diferentes instrumentos e procedimentos, na perspectiva de acompanhar o aprendizado dos estudantes;
- k) Planejar estratégias e recursos adicionais para a recuperação contínua da aprendizagem dos estudantes com dificuldades de aprendizagem;
- l) Dominar as diferentes concepções metodológicas, que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise do campo educacional como um todo e das suas áreas de conhecimento específico;
- m) Problematicar, nas múltiplas dimensões das experiências sociais, o papel da escola como formadora de cidadãos e profissionais;
- n) Caminhar pelas disciplinas da sua área de conhecimento e outras áreas, sendo capaz de relacionar seus campos específicos com outras áreas, mediante, sobretudo, a interdisciplinaridade;

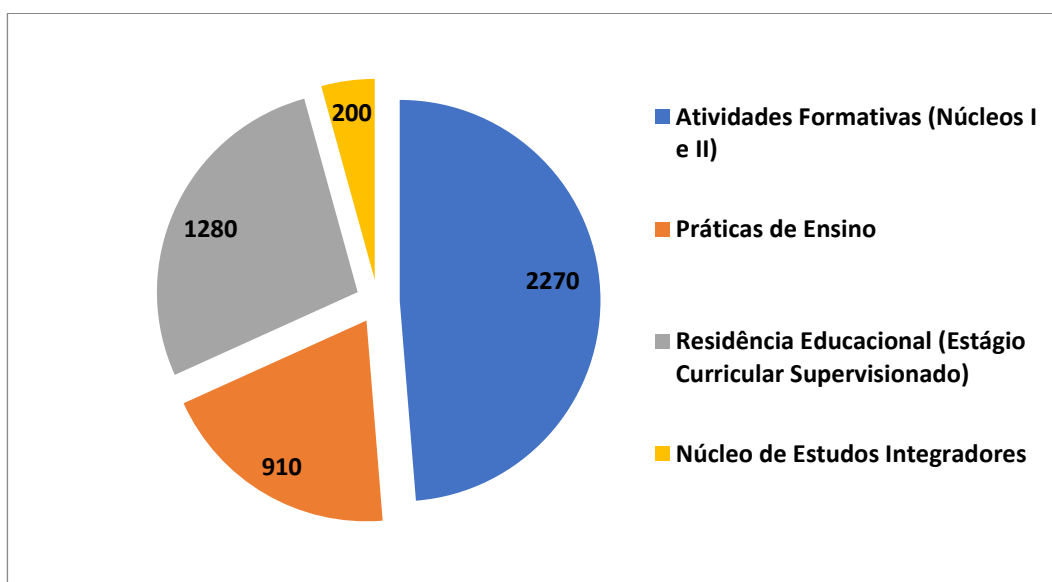
- o) Dominar os conceitos que são objetos de ensino e de aprendizagem das Ciências Humanas nos últimos anos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio;
- p) Valorizar a construção coletiva do conhecimento, organizando, coordenando e participando de equipes multiprofissionais e interdisciplinares;
- q) Desenvolver práticas pedagógicas inovadoras que contribuam para o sucesso da aprendizagem e formação discente;
- r) Desenvolver a capacidade de interação social com base em princípios éticos, a fim de inspirar pessoas nos ambientes profissional e comunitário para a obtenção de resultados socialmente válidos;
- s) Desenvolver habilidades de professor-investigador de novos saberes, novas práticas, da realidade do contexto profissional, de forma a aprender a autonomia necessária para adoção de ações pautadas nos conhecimentos construídos e a serem construídos;
- t) Participar dos processos de gestão das instituições educacionais.

1.5. Estrutura Curricular

A carga horária do curso, obedecidos os 200 (duzentos) dias letivos anuais, é efetivada mediante a integralização de 4.660 (quatro mil, seiscentos e sessenta) horas em quatro anos (oito semestres).

A divisão da carga horária do curso segue a Resolução CNE/CP N02/2015, conforme gráfico 1:

Gráfico 1 - Carga-horária – De acordo com a Resolução CNE/CP N 02/2015



Para a formação específica de docentes da Educação Básica, propiciando o debate mais amplo, a instituição oferece os conhecimentos para a constituição de competências, contemplando:

- Cultura geral e profissional;
- Conhecimentos sobre adolescentes, jovens e adultos, incluídas as especificidades dos estudantes com deficiências visuais, auditivas, dentre outras, e de comunidades do campo, quilombolas, indígenas etc.;

- Conhecimento sobre dimensão cultural, social, política e econômica da educação;
- Conteúdos da área de conhecimento do curso;
- Conhecimento pedagógico;
- Conhecimento advindo da experiência e vivência.

O conjunto destas competências não esgota o que deve ser oferecido aos estudantes, mas pontua demandas importantes da atuação profissional, conforme legislação pertinente. Devem ser contextualizadas e complementadas pelas competências específicas próprias da Educação Básica da respectiva área do conhecimento.

Considera-se integralização curricular a obtenção de carga horária total das unidades curriculares e das atividades fixadas no Currículo do Curso e prevista no Projeto Pedagógico do Curso.

O prazo máximo de permanência do aluno no curso visando a integralização curricular será aquele resultante do número de períodos letivos previstos pelo Projeto Pedagógico para a integralização curricular acrescido de 50% (cinquenta por cento) deste número.

Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos poderão ter a duração dos seus cursos abreviada nos termos do § 2º do Art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. O extraordinário aproveitamento é aferido mediante a submissão do candidato a instrumentos de avaliação que atestem a suficiência de seus conhecimentos adquiridos por meio de estudos independentes ou por conhecimentos construídos em sua experiência de trabalho.

1.5.1 Pressupostos gerais para a construção da estrutura curricular

O desafio a ser enfrentado na construção de um currículo que se propõe a formar professores por área de conhecimento – no nosso caso, das Ciências Humanas – é o de propiciar um trajeto amplo, sem abrir mão das especificidades. Em outras palavras, cabe mostrar como é possível formar professores em uma área de conhecimento, sem aligeirar sua formação.

É fundamental, assim, prepará-los para ensinar cada componente curricular da Educação Básica, mas otimizando o tempo de formação por meio de articulação de elementos pedagógicos, metodológicos, culturais, científicos e técnicos comuns à área, e ampliando significativamente o tempo de vivência escolar formativa.

A organização em áreas é, portanto, um recurso em que a reunião e articulação de disciplinas não significa sua fusão. A formação de professores em uma área de conhecimento deve prepará-los para conduzir o ensino do conjunto e de cada um dos seus componentes, dando-lhes mais significado em sua articulação conceitual.

Os aspectos afins dos componentes de cada área poderão ser apreendidos vantajosamente em conjunto, como princípios e conceitos gerais, objetos de conhecimento, métodos de investigação, recursos instrumentais materiais e virtuais, critérios de verificação, assim como aspectos históricos e filosóficos dos componentes e de seu ensino.

Assim, o currículo do curso de Licenciatura em Ciências Humanas foi concebido em quatro Eixos Formadores - articuladores das dimensões contempladas para a formação profissional docente - que integram conhecimentos de História, Geografia, Sociologia e Filosofia de

forma interdisciplinar, aprofundam as especificidades disciplinares e exploram as relações entre os conhecimentos disciplinares e interdisciplinares e o ensino das Ciências Humanas.

Essa estrutura possibilita a compreensão e o diálogo entre os diferentes saberes científicos, culturais, técnicos e aqueles próprios da prática docente. Assim, a definição das unidades curriculares, e suas respectivas ementas, para cada um dos quatro Eixos Formadores do curso se deu como fruto de uma criteriosa seleção dos conhecimentos e competências que seriam mais necessários e apropriados para a formação interdisciplinar de um professor competente para ministrar aulas nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio nos seguintes componentes curriculares da educação básica: História, Geografia, Sociologia e Filosofia.

A interdisciplinaridade no currículo, enquanto enunciadora de princípios, indicadora de estratégias e procedimentos (FAZENDA, 2006), contribui para que os futuros professores, além da aprendizagem indispensável ao seu ofício, aprendam a ensinar de forma integrada os conteúdos que serão objetos de sua prática de ensino. Conteúdos que aqui não se limitam às especificidades das Ciências Humanas, porque contemplam outros necessários ao ofício de professor, tais como os estudos para uma educação inclusiva, os conteúdos que emergem dos conflitos do cotidiano, que compreende saber relacionar-se com alunos e com a comunidade, a importância da sua participação na proposta pedagógica da escola, o uso das diferentes tecnologias, entre outros.

Além disso, trata-se de pensar a interdisciplinaridade não apenas como sinônimo de relação entre disciplinas, mas também como integração de conteúdos por meio de uma nova forma da interação entre as pessoas, modificando a relação professor-aluno, aluno-aluno, buscando imprimir às unidades curriculares um tratamento metodológico variado para garantir

diferentes dinâmicas de interação entre os atores do processo de ensino-aprendizagem, assim como a contextualização e articulação dos conhecimentos a serem construídos. Daí o detalhamento, em cada ementa do curso, do item *Abordagens metodológicas*, em que se busca garantir, entre outros aspectos, a prática disciplinar e interdisciplinar do professor que vai ministrar a unidade curricular.

Trata-se, portanto, de criar um currículo não só interdisciplinar, mas também multi e transdisciplinar, sem deixar de contemplar os conteúdos, pressupostos, teorias e métodos, específicos para o Ensino das Ciências Humanas como uma área de conhecimento.

A flexibilidade curricular reflete-se em diferentes perspectivas, especialmente na eliminação da rigidez estrutural das matrizes curriculares mediante a inexistência de pré-requisitos de unidades curriculares. Os cursos apresentam uma matriz curricular flexível por meio da inclusão de unidades curriculares que permitem um estudo aprofundado e abordagem não só de temas do campo especializado, mas também de tópicos abrangentes, interdisciplinares, atuais e específicos da área.

As Atividades Complementares, previstas para a Licenciatura em Ciências Humanas, constituem importantes mecanismos para flexibilidade curricular porque proporcionam oportunidades diferenciadas, na medida em que permitem o reconhecimento de atividades enriquecedoras e complementadoras do perfil do egresso.

Entretanto, a flexibilidade curricular não se esgota na oferta de diferentes unidades curriculares, ou na inclusão de atividades complementares, mas se potencializa em oportunidades diferenciadas de integração curricular, na busca de aproximação de conteúdos curriculares e na promoção do diálogo entre os diversos saberes.

A articulação entre teoria e prática na Licenciatura em Ciências Humanas é um dos pontos mais presentes na formação do futuro professor. As experiências dos alunos em suas realidades profissionais também são entendidas como componente enriquecedor da formação.

Essa relação se dá por meio principalmente da Residência Educacional. Ela concebe a realização de atividades pedagógicas envolvendo observação, planejamento, intervenção e avaliação, visando a formar, efetivamente, professores para Educação Básica.

Outro ponto importante que perpassa o curso refere-se às unidades curriculares que são desenvolvidas à distância (EaD), possibilitando aos estudantes uma aproximação com diferentes recursos didáticos, enriquecendo assim sua formação no que tange às novas possibilidades na docência.

Dessa forma, o curso propicia aos futuros professores, desde seu início, a vivência de aprendizagens adquiridas por meio de ações de observação, de práticas, reflexão e avaliação. Essas vivências possibilitam experiências *teoricopráticas* de estudos e de práticas escolares que integram dimensões técnica, cultural, científica e humana, num ambiente pedagógico composto pela Faculdade Sesi-SP de Educação e escolas de educação, notadamente, da Rede Escolar do Sesi-SP e da Rede Pública, e ainda, as diversas experiências desenvolvidas em espaços não formais de educação como, museus, teatros, exposições etc.

As vivências dos alunos nas Escolas de Educação Básica são organizadas e alimentam os estudos realizados em sala de aula, fortalecendo ainda mais a relação entre os diferentes conhecimentos.

São desenvolvidas também atividades de pesquisa e atividades práticas em situação de laboratório, em oficinas e em contextos reais de observação, análise e aplicação de conhecimentos, tecnologias e

práticas. Estas estratégias rompem com o binômio teoria x prática e focalizam o contexto do trabalho docente, de modo a estimular a interdisciplinaridade, a integração e a contextualização de informações, a apropriação de valores e saberes e a produção de conhecimentos.

Nesse sentido, sob orientação e supervisão de docentes da Faculdade, são organizadas visitas técnicas, elaborados relatórios, promovidos debates e análises críticas, realizados estágios em escolas, sobretudo as da rede do Sesi-SP que as disponibiliza para as situações de observação e prática reais.

A Faculdade Sesi-SP de Educação mantém convênio com a Rede Escolar Sesi-SP e com Escolas Públicas de Educação Básica como campo para o desenvolvimento de competências pedagógicas, possibilitando observação, interlocução, vivência, investigação, prática e reflexão em situações reais do processo de ensino e de aprendizagem.

1.5.2 Pressupostos específicos para a construção da estrutura curricular

Como já se observou antes, professores preparados para lecionar todos os componentes de uma área de conhecimento, de forma integrada ou disciplinar, devem ser capazes de fazer correlações essenciais e desenvolver abordagens didático-metodológicas que enriquecem a aprendizagem de cada um desses componentes. Nada poderia justificar, no entanto, a ausência de uma formação específica e mais aprofundada em cada disciplina que compõe a área de Ciências Humanas.

Cada uma das disciplinas da área de Ciências Humanas oferece noções e metodologias que serão desenvolvidas na Licenciatura em questão. Além das abordagens teórico-metodológicas próprias de cada disciplina, temos abordagens metodológicas específicas para o ensino.

Fundamentos filosóficos, sociológicos, geográficos e históricos embasam uma análise do tempo presente anunciando a necessidade de religação dos saberes para compreensão aprofundada do mundo contemporâneo. A complexidade dos fenômenos sociais, políticos e culturais impede que sejam analisados a partir de um único campo do saber.

Pela Filosofia buscamos conhecer e reconhecer as muitas formas do pensar em tempos, culturas e línguas distintas e exercitamos a reflexão permanente sobre temas da vida cotidiana, tais como ética, amor, amizade, saberes, projetos, utopias e intervenções práticas nas perspectivas de transformações avaliadas coletivamente como necessárias em diferentes contextos sócio-culturais.

Pela História, viajamos por temporalidades diversas, reconhecer as contribuições das muitas civilizações e perceber que há um *continuum* nos tempos históricos que se movem principalmente pelas guerras e pelas tecnologias criadas a partir e por causa das mesmas guerras.

A Geografia, entre o pensar e o tempo, enfatiza a centralidade dos espaços, dos territórios e das fronteiras. Temos os diversos modos de viver e de representar o vivido e de desvendar os segredos do planeta, seus minérios, os rios, as terras aráveis, as florestas, seu habitat que nos inspira a construir e transformar os nossos.

Pela Sociologia, podemos reconhecer as várias formas de agregação dos humanos, os modos de se auto organizarem e explicarem as maneiras pelas quais dividimos, separamos ou identificamos os sujeitos nas diferentes sociedades. Decorrente dessas hierarquias, a Política foi sendo criada para organizar e coordenar, controlar e mesmo combater todas as formas e *modus vivendis*, quando as guerras são ou não declaradas.

Cada um desses campos pode ser reconhecido pela literatura, pelas artes, pelo Patrimônio material e Imaterial, que precisam do humano para significá-lo e dar a ele o sentido daquilo que foi preservado e as razões pelas quais nos valem dessas edificações e demais objetos para nos sentirmos pertencentes a um tempo e a muitas histórias.

Deste modo, é central no trabalho a ser desenvolvido nessa Licenciatura em Ciências Humanas, a vivência temporal, espacial e o aporte das pesquisas de campo para que os estudantes possam verificar e incorporar imagens a essas reflexões num mergulho profundo de descobertas do sentido e do significado desse conhecer que se apoia nas especialidades, mas não as compartimentam em unidades estanques umas das outras.

A abordagem metodológica de ensino e aprendizagem assumida nessa área exige diálogos constantes entre saberes dos estudantes e saberes das Ciências Humanas para elaboração de pensamento crítico sobre os diferentes aspectos da realidade social, cultural, política e educacional na qual vivemos, mas também para ampliar o repertório conceitual e expressivo dos estudantes, futuros professores. Por homologia dos processos, pretende-se que os estudantes vivenciem metodologias de ensino e aprendizagem no interior da Licenciatura em Humanas que poderão significar referências para sua futura docência.

A relação entre os componentes é, assim, uma constante na matriz, nas aulas e no diálogo entre diversas competências. Entre o ensino produzido no campo acadêmico e os conhecimentos da Educação Básica, busca-se efetivar uma construção coletiva, flexível e profícua do aprender e do continuar a aprender ao longo da vida profissional.

1.6. Matriz Curricular

Unidade Curricular	Aulas Semanais	Carga Horária (horas)		
		Teórico- Prática	Prática de Ensino	Total
1º SEMESTRE				
Percursos de Formação do Estudante	4	50	16	66
Multiletramentos: leitura e produção de textos acadêmicos	4	56	10	66
Produção de conteúdo para ensino de Ciências Humanas (EAD)	4	44	22	66
Abordagens políticas, econômicas e sociais da América Latina	3	45	15	60
Filosofia e cotidiano	4	44	22	66
Fundamentos de Sociologia	4	44	22	66
	23	277	113	390
Residência Educacional (Estágio Supervisionado)				152
Atividades do Núcleo de Estudos Integradores				15
Total Semestral				557

Unidade Curricular	Aulas Semanais	Carga Horária (horas)		
		Teórico- Prática	Prática de Ensino	Total
2º SEMESTRE				
Democracia e Ética na Educação	4	56	10	66
Fundamentos da Interdisciplinaridade	4	44	22	66
Multiletramentos: documentos históricos (EAD)	3	45	15	60
Noções de tempo e espaço em diferentes tempos históricos	4	44	22	66
A teoria do Geossistema e suas implicações na vida humana	4	44	22	66
Trabalho, sociedade e relações produtivas no tempo histórico	4	44	22	66
	23	277	113	390
Residência Educacional (Estágio Supervisionado)				168
Atividades do Núcleo de Estudos Integradores				15
Total Semestral				573

Unidade Curricular	Aulas Semanais	Carga Horária (horas)		
		Teórico-Prática	Prática de Ensino	Total
3º SEMESTRE				
Conhecimento e aprendizagem	4	56	10	66
Currículo da Educação Básica para Ciências Humanas	4	44	22	66
Formas e estrutura de poder	4	44	22	66
Culturas em diferentes tempos e espaços	4	44	22	66
Território, territorialidade e fronteira	4	44	22	66
Fundamentos e procedimentos na construção de problemas em Ciências Humanas (EAD)	3	45	15	60
	23	277	113	390
Residência Educacional (Estágio Supervisionado)				152
Atividades do Núcleo de Estudos Integradores				30
Total Semestral				572

Unidade Curricular	Aulas Semanais	Carga Horária (horas)		
		Teórico-Prática	Prática de Ensino	Total
4º SEMESTRE				
A escola e o Currículo segundo diferentes abordagens	4	56	10	66
Metodologias para o ensino de Ciências Humanas: História e Geografia	4	44	22	66
Temas de Filosofia	4	44	22	66
Cartografia I	4	44	22	66
Brasil: desafios e perspectivas da atualidade	4	44	22	66
Fundamentos da Transdisciplinaridade (EAD)	3	45	15	60
	23	277	113	390
Residência Educacional (Estágio Supervisionado)				168
Atividades do Núcleo de Estudos Integradores				30
Total Semestral				588

Unidade Curricular	Aulas Semanais	Carga Horária (horas)		
		Teórico- Prática	Prática de Ensino	Total
5º SEMESTRE				
Avaliação Educacional e Qualidade Social da Educação	4	56	10	66
Multiletramentos: infográficos, tabelas, gráficos, mapas e representações visuais diversas (EAD)	3	45	15	60
Metodologias para o ensino de Ciências Humanas: Filosofia e Sociologia	4	44	22	66
A pesquisa no ensino de Ciências Humanas	4	44	22	66
Construção do Estado e da democracia moderna	4	44	22	66
Brasil República	4	44	22	66
	23	277	113	390
Residência Educacional (Estágio Supervisionado)				152
Atividades do Núcleo de Estudos Integradores				30
Total Semestral				572

Unidade Curricular	Aulas Semanais	Carga Horária (horas)		
		Teórico- Prática	Prática de Ensino	Total
6º SEMESTRE				
Estado, Sociedade e Educação	4	56	10	66
Oficina de recursos didáticos para o ensino de Ciências Humanas	4	44	22	66
Multiletramentos: Ensino de Ciências Humanas através da Arte e da Literatura	4	44	22	66
(Re)aprendendo o olhar: dispositivos investigativos da pesquisa em educação (EAD)	1	20	0	20
Formação política e econômica do Brasil	4	44	22	66
Cartografia II	3	44	22	66
Geossistemas (EAD)	3	45	15	60
	23	297	113	410
Residência Educacional (Estágio Supervisionado)				168
Atividades do Núcleo de Estudos Integradores				30
Total Semestral				608

Unidade Curricular	Aulas Semanais	Carga Horária (horas)		
		Teórico- Prática	Prática de Ensino	Total
7º SEMESTRE				
Trabalho de Conclusão de Curso I (EAD)	1	20	0	20
Língua brasileira de sinais – LIBRAS	4	50	16	66
Gestão e processos de participação na escola (EAD)	3	45	15	60
Multiletramentos ensaios filosóficos	4	44	22	66
Multiletramentos: fotografia, vídeo e cinema para o ensino de Ciências Humanas	4	44	22	66
Estruturas políticas e econômicas dos Estados no Século XX	4	44	22	66
Fundamentos da geopolítica	4	44	22	66
	24	291	119	410
Residência Educacional (Estágio Supervisionado)				152
Atividades do Núcleo de Estudos Integradores				25
Total Semestral				587

Unidade Curricular	Aulas Semanais	Carga Horária (horas)		
		Teórico- Prática	Prática de Ensino	Total
8º SEMESTRE				
Trabalho de Conclusão de Curso II (EAD)	1	20	0	20
Construção da Docência e sua Profissionalização	4	56	10	66
Multiletramentos: patrimônio histórico-cultural e o ensino de Ciências Humanas	4	44	22	66
Novas tecnologias para o ensino de Ciências Humanas (EAD)	3	45	15	60
Produção, conflito e transformação no campo	4	44	22	66
Fluxos territoriais	4	44	22	66
Filosofia contemporânea	4	44	22	66
	24	297	113	410
Residência Educacional (Estágio Supervisionado)				168
Atividades do Núcleo de Estudos Integradores				25
Total Semestral				603

Carga Horária – De acordo com a Resolução CNE/CP 02 de 2015	
Atividades Formativas (Núcleos I e II)	2270
Práticas de Ensino	910
Residência Educacional (Estágio Curricular Supervisionado)	1280
Núcleo de Estudos Integradores (Núcleo III)	200
Total	4660

1.7. Estudos e adequações da nova matriz curricular (versão 2021)

A matriz curricular vigente é um aprimoramento da matriz curricular original; as adequações e modificações foram pensadas, sugeridas e concretizadas pelo NDE e pelo corpo docente. Em linhas gerais, a nova matriz pretende:

1. Distribuir a carga horária de forma a permitir maior aprofundamento das UCs;
2. Propor nova disposição de conteúdos, repensando os itinerários formativos;
3. Adequar-se à nova resolução CNE nº2/19.
4. Propor aprofundamentos de conteúdo.

Dessa forma, para as turmas em andamento, a matriz curricular nova foi implementada onde era possível e, nas turmas que havia diferenças, foram feitas matrizes intermediárias. Abaixo, destacamos as mudanças fazendo um breve comparativo entre as matrizes e classificando as mudanças (quando há). É importante destacar que não houve perda de carga horária para desenvolvimento das UCs, ainda que houvesse aumento da Residência Educacional.

Unidade Curricular – MATRIZ ORIGINAL – 1º semestre	SITUAÇÃO
Vivências para Profissionalização Docente I	Conteúdo incorporado por Residência Educacional
Percursos de Formação do Estudante	Diminuição de 9 horas na CH
Multiletramentos: leitura e produção de textos acadêmicos	Ampliação da carga horária para 66 hs
Fundamentos da Interdisciplinaridade	Mudança para o 2º semestre e ampliação da carga horária
Brasil: desafios e perspectivas da atualidade	Ampliação da carga horária para 66 hs
Fundamentos e procedimentos na construção de problemas em CH	Mudança para o 3º semestre e ampliação da carga horária
Filosofia e cotidiano	Ampliação da carga horária para 66 hs
Trabalho, sociedade e relações produtivas no tempo histórico	Mudança para o 2º semestre e carga reduzida para 66 hs

Unidade Curricular – MATRIZ ORIGINAL – 2º semestre	SITUAÇÃO
Vivências para Profissionalização Docente II	Conteúdo incorporado por Residência Educacional
Democracia e Ética na Educação	Diminuição de 9 horas na CH
Fundamentos da Transdisciplinaridade	Mudança para o 4º semestre e mudança para modalidade EAD
Multiletramentos: documentos históricos	Mudança para modalidade EAD
Noções de tempo e espaço em diferentes tempos históricos	Diminuição de 9 horas na CH
Oficina de cartografia básica	Conteúdo incorporado na disciplina Cartografia I
A teoria do Geossistema e suas implicações na vida humana	Diminuição de 9 horas na CH
Temas de Filosofia	Mudança para o 4º semestre e ampliação da carga horária para 66 hs

Unidade Curricular – MATRIZ ORIGINAL – 3º semestre	SITUAÇÃO
Vivências para Profissionalização Docente III	Conteúdo incorporado por Residência Educacional
Conhecimento e aprendizagem	Diminuição de 9 horas na CH

Metodologia para o ensino de Ciências Humanas: História e Geografia	Mudança para o 4º semestre e ampliação da carga horária para 66 hs
Formas e estrutura de poder	Diminuição de 9 horas na CH
Culturas em diferentes tempos e espaços	Mudança da nomenclatura para Culturas, identidades e movimentos sociais
Multiletramentos: ensaios filosóficos	Mudança para o 7º semestre e ampliação da carga horária para 66 hs
Oficina de cartografia sistemática	Conteúdo incorporado na disciplina Cartografia I
Teorias sociológicas I	Conteúdo incorporado na disciplina Fundamentos de Sociologia

Unidade Curricular – MATRIZ ORIGINAL – 4º semestre	SITUAÇÃO
Vivências para Profissionalização Docente IV	Conteúdo incorporado por Residência Educacional
Avaliação educacional e qualidade social da educação	Diminuição de 9 horas na CH
Metodologias para o ensino de Ciências Humanas: Filosofia e Sociologia	Mudança para o 5º semestre e ampliação da carga horária para 66 hs
Oficina de recursos didáticos para o ensino de Ciências Humanas	Mudança para o 6º semestre e ampliação da carga horária para 66 hs
Multiletramentos: fotografia, vídeo e cinema para o ensino de Ciências Humanas	Mudança para o 7º semestre e ampliação da carga horária para 66 hs
Construção do estado e da democracia moderna	Mudança para o 5º semestre e ampliação da carga horária para 66 hs
Território, territorialidade e fronteira	Mudança para o 3º semestre e ampliação da carga horária para 66 hs
Teorias sociológicas II	Conteúdo incorporado na disciplina Estruturas políticas e econômicas dos Estados no Século XX

Unidade Curricular – MATRIZ ORIGINAL – 5º semestre	SITUAÇÃO
Vivências para Profissionalização Docente V	Conteúdo incorporado por Residência Educacional
Escola e Currículo: diferentes abordagens	Diminuição de 9 horas na CH
A pesquisa no ensino de Ciências Humanas	Diminuição de 9 horas na CH
Multiletramentos: objetos digitais, museus virtuais e o ensino de Ciências Humanas	Conteúdo incorporado por Multiletramentos: patrimônio histórico-cultural e o ensino de Ciências Humanas

EaD-Novas tecnologias para a pesquisa em Ciências Humanas	Conteúdo incorporado por A pesquisa no ensino de Ciências Humanas
Abordagens políticas, econômicas e sociais da América Latina	Mudança para o 1º semestre e ampliação da carga horária para 66 hs
Estado e pensamento liberal	Ampliação da carga horária para 66 hs
Estados socialistas	Conteúdo incorporado na disciplina Estruturas políticas e econômicas dos Estados no Século XX

Unidade Curricular – MATRIZ ORIGINAL – 6º semestre	SITUAÇÃO
Vivências para Profissionalização Docente VI	Conteúdo incorporado por Residência Educacional
Estado, sociedade e educação	Diminuição de 9 horas na CH
Língua brasileira de sinais - LIBRAS	Ampliação da carga horária para 66 hs
EaD -Novas tecnologias para o ensino de História e Geografia	Conteúdo incorporado por Novas tecnologias para o ensino de Ciências Humanas(EAD)
Multiletramentos: infográficos, tabelas, gráficos, mapas e representações visuais diversas	Conteúdo incorporado por A pesquisa no ensino de Ciências Humanas
Formação política e econômica do Brasil	Ampliação da carga horária para 66 hs
Brasil República	Mudança para o 5º semestre e redução da carga horária para 66 hs
Oficina de cartografia temática II	Conteúdo incorporado na disciplina Conteúdo incorporado na disciplina Cartografia II

Unidade Curricular – MATRIZ ORIGINAL – 7º semestre	SITUAÇÃO
Vivências para Profissionalização Docente VII	Conteúdo incorporado por Residência Educacional
Gestão e processos de participação na escola	Diminuição de 9 horas na CH
EaD-Novas tecnologias para o ensino de Filosofia e Sociologia	Metodologias para o ensino de Ciências Humanas: Filosofia e Sociologia
Deslocamentos populacionais, conflitos e desigualdades	Mudança para o 6º semestre e ampliação da carga horária para 66 hs
Multiletramentos: literatura e quadrinhos e o ensino de Ciências Humanas	Mudança para o 7º semestre e ampliação da carga horária para 66 hs

Políticas educacionais e o currículo em Ciências Humanas	Conteúdo incorporado por Currículo da Educação Básica para Ciências Humanas
Estados totalitários	Conteúdo incorporado na disciplina Estruturas políticas e econômicas dos Estados no Século XX
Formação e uso de recursos naturais: energia, tecnologia e questões ambientais	Conteúdo incorporado na disciplina Geossistemas II(EAD)
Introdução à climatologia e climatologia urbana	Conteúdo incorporado na disciplina Geossistemas II(EAD)

Unidade Curricular – MATRIZ ORIGINAL – 8º semestre	SITUAÇÃO
Vivências para Profissionalização Docente VIII	Conteúdo incorporado por Residência Educacional
Construção da docência e sua profissionalização	Diminuição de 9 horas na CH
EaD- produção de conteúdo para ensino de Ciências Humanas	Mudança para o 1º semestre e ampliação da carga horária para 66 hs
Produção, conflito e transformação no campo	Ampliação da carga horária para 66 hs
Currículo da Educação Básica para Ciências Humanas	Mudança para o 1º semestre e ampliação da carga horária para 66 hs
Meios de comunicação: história e substrato político cultural	Conteúdo incorporado por Fluxos territoriais
Sociedade, fluxos territoriais e tecnologias em rede	Conteúdo incorporado na disciplina Fluxos territoriais
Interculturalidade	Conteúdo incorporado na disciplina Culturas, identidades e movimentos sociais
Filosofia contemporânea	Ampliação da carga horária para 66 hs

1.8. Conteúdos Curriculares

Os conteúdos previstos no PPC buscam promover o desenvolvimento profissional dos futuros professores atrelando às

questões fundamentais que cercam uma formação ética e cidadã, como Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos, Educação das relações étnico-raciais, educação e cultura afro-brasileira e indígena.

Destarte, todo o conteúdo está distribuído e integrado nos eixos formadores, sendo que estes, foram elaborados tendo a interdisciplinaridade como referência de intervenção pedagógica, não para negar os saberes disciplinares, mas para possibilitar a ampliação de conhecimentos, compreendendo o papel de cada saber disciplinar por meio da sua articulação, diálogo e integração com outros saberes da área de Ciências Humanas.

Importante salientar que todas as unidades curriculares com carga horária de 66 horas, possuem 75% desta carga em formato presencial (3 aulas semanais de 50 minutos) e 25% no formato remoto (1 aula semanal de 50 minutos) em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). As demais unidades curriculares são desenvolvidas integralmente em formato não presencial (EAD) no AVA (1, 2 ou 3 aulas semanais de 60 minutos).

Eixo Formador 1 – Educação e profissionalização docente

O Eixo Formador 1 tem como objetivo central analisar teorias educacionais, filosóficas e sociológicas em diálogo com leituras sobre o cotidiano escolar e sobre projetos não formais de educação, realizadas pelos estudantes das quatro licenciaturas – Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática - no processo de Residência Educacional (Estágio Curricular Supervisionado). Dois territórios são privilegiados como fontes de conhecimento: a cotidianidade da escola e de projetos informais de educação e teorias educacionais, filosóficas e sociológicas.

O conceito de cotidianidade diz respeito ao entendimento de que o cotidiano deve ser descrito, analisado, questionado e destacado como lugar privilegiado para os conhecimentos a serem elaborados pelos estudantes. O cotidiano é o vivido em processo de repetição, reprodução mecânica de procedimentos. Cotidianidade é o cotidiano pensado, questionado, suspenso para ser analisado e transformado.

Entendemos a escola como lugar complexo de reprodução e criação de conflitos e conexões entre sujeitos que criam a vida cotidiana. As unidades curriculares desse eixo contemplam dois focos centrais: 1. A análise das vidas escolares em sua realidade complexa/dialética/multicultural produzida pelos sujeitos que a inventam a cada dia e são também marcados por essa mesma invenção; 2. As teorias dos campos da Psicologia da Educação, da Didática, da Sociologia da Educação, da História da Educação e da Pedagogia em geral.

Ressaltamos a importância da reflexão *da, na e sobre* a prática como abordagem metodológica que desloca o foco da pesquisa para as práticas em sala de aula, promovendo a realização de investigações didáticas que permitam estudar e validar as situações de aprendizagem propostas, aperfeiçoar, reinventar e inovar as práticas didáticas, recriando-as.

O segundo fundamento subjacente a esse Eixo Formador 1 abarca o conceito de experiência segundo o qual prática e teoria se integram, superando a visão dicotomizada entre fazer e pensar e entende a palavra experiência como algo que nos acontece emocional e intelectualmente e permite o conhecimento.

Objetivos do Eixo 1

- Possibilitar uma leitura crítica sobre o cotidiano escolar, contextualizando-o nas perspectivas das políticas educacionais e dos movimentos históricos-sociais;
- Estudar contribuições das diferentes ciências para a reflexão do processo de ensino e aprendizagem;
- Estimular a elaboração de novos desenhos para a escola do presente e do futuro, a partir de uma perspectiva emancipatória e multicultural considerando as relações entre a escola e os territórios onde se inserem;
- Superar a dicotomia entre teoria e prática em análise e implementação de projetos educacionais, escolares e não escolares.

Eixo Formador 2 – Didáticas das Ciências Humanas

No Eixo 2, estão agrupadas as unidades curriculares especificamente comprometidas com o desenvolvimento de conteúdos e habilidades voltados para o ensino em Ciências Humanas.

Embora todas as unidades da área contemplem a perspectiva do ensino e da aprendizagem, nesse eixo, temos como foco o ensino prioritariamente, ou seja, o ensino assumido como conteúdo privilegiado para pesquisas, análises e proposições de situações de aula.

A escolha de metodologias e das propostas didáticas dos diversos componentes da área na escola de educação básica (Filosofia, Sociologia, História e Geografia) servirão para que as reflexões, leituras e elaborações dos estudantes sejam motivadores tanto das suas experimentações, como para a criação de novas hipóteses capazes de garantir projetos autorais aos jovens que serão desafiados a criar, pela investigação, novos modos de abordar os problemas de ensino, capazes

de responder às necessidades reais da educação básica, no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio.

Objetivos do Eixo 2

- Propor e orientar a realização de levantamentos a respeito de metodologias de ensino em Ciências Humanas;
- Favorecer a Identificação e análise concepções subjacentes às diferentes metodologias estudadas;
- Subsidiar a criação de atividades de aulas para cada uma das disciplinas da área e para projetos interdisciplinares.
- Analisar currículos e materiais didáticos interdisciplinares e de cada um dos componentes curriculares na Educação Básica.

Eixo Formador 3 – Conhecimentos interdisciplinares em Ciências Humanas

As unidades organizadas nesse eixo 3 são propostas a partir de temas interdisciplinares que articulam temas estruturantes de cada uma das disciplinas da área de Ciências Humanas: História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

O cuidado subjacente a esse eixo está na distinção de problemas de conhecimento que são, ao mesmo tempo, definidores e específicos da área, ou seja, problemas que, para serem compreendidos, exigem a contribuição das quatro disciplinas que compõem a área de Ciências Humanas.

As Humanidades, tratadas em conjunto, oferecem múltiplas perspectivas teóricas e metodológicas que subsidiam a compreensão do conhecimento e representação da realidade. Essas perspectivas diversas foram agrupadas nesse eixo, cujas unidades curriculares apresentam os

elementos específicos do conhecimento filosófico, sociológico, histórico e geográfico, conectados em uma abordagem interdisciplinar.

Por meio dos estudos propostos nesse eixo, espera-se que os estudantes e futuros professores compreendam que a complexidade do mundo contemporâneo exige leitura e intervenção que resulta da colaboração de diferentes campos do saber humano. A perspectiva integradora de tais campos em áreas do conhecimento é um primeiro passo importante para a construção dessa consciência interdisciplinar. Passos posteriores podem apontar para encontros interdisciplinares entre áreas, inclusive. Como exemplo destacamos conhecimentos sobre o planeta Terra que a Biologia e a Geografia por meio de diálogos interdisciplinares podem favorecer.

O presente eixo mostrará ao estudante a possibilidade de uma crítica à fragmentação e superespecialização dos saberes e a necessidade de encontro entre disciplinas como processo intrínseco à complexidade do real e do conhecimento sobre o mesmo.

Objetivos do eixo 3

- Identificar a contribuição de cada uma das disciplinas da área de Ciências Humanas para a compreensão de problemas de conhecimentos do mundo contemporâneo;
- Analisar fenômenos sócio históricos e culturais de forma integradora entre os diferentes conceitos produzidos no interior de cada disciplina das Ciências Humanas;
- Identificar mediações necessárias entre abordagens interdisciplinares no campo das ciências e no campo do ensino básico.

Eixo Formador 4 – Conhecimentos específicos em Ciências Humanas

O conhecimento interdisciplinar não abre mão dos conhecimentos disciplinares. Ao contrário, funda-se na ideia de que é no interior das disciplinas que o conhecimento se organiza por meio de métodos capazes de recortar aspectos das realidades culturais e naturais e de criar instrumentos epistemológicos próprios a cada uma dessas realidades.

O movimento interdisciplinar não abandona, mas articula disciplinas. Não dispensa, mas integra em sínteses capazes de aprofundar conhecimentos por meio de conexões que revelam mais e mais relações entre os fenômenos estudados.

Além de admitir o valor de cada disciplina como *locus* primeiro de produção de conhecimento, esse projeto curricular para Ciências Humanas funda-se no compromisso de preparar os estudantes para o ensino também em cada uma das disciplinas da área, além do ensino em Ciências Humanas. Por isso, nesse eixo 4, são propostas unidades curriculares que objetivam desenvolver conteúdos e habilidades fundamentais em História, Geografia, Filosofia e Sociologia, tratados em suas especificidades.

Objetivos do eixo 4

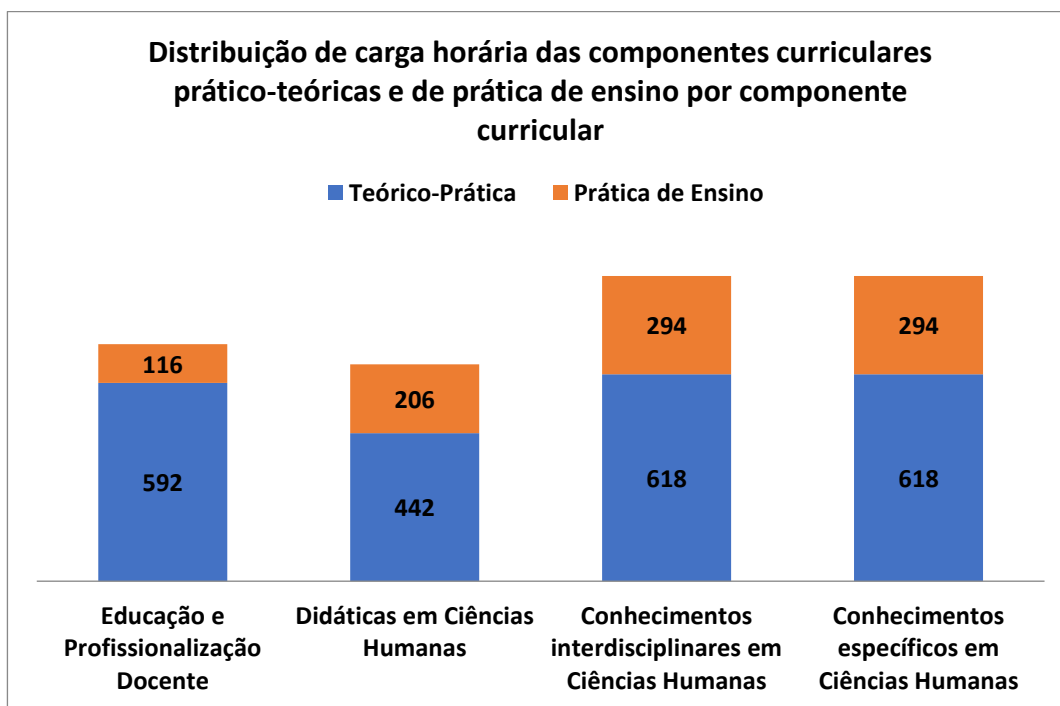
- Identificar e analisar a importância de cada disciplina da área de Ciências Humanas para a formação na educação básica;
- Analisar conceitos fundamentais de cada uma das disciplinas e a adequação de seu ensino para cada nível e ano da educação básica;
- Analisar currículos para educação básica de cada uma das disciplinas da área;

- Elaborar planos de ensino para cada disciplina como exercício de elaboração de sequencias didáticas em História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

Carga horária das unidades curriculares por eixo formador

Abaixo estão sintetizadas as cargas horárias da parte teórico-prática e das práticas de ensino para cada um dos eixos formadores.

Distribuição da carga horária por eixo formador



1.7.1. Eixos Formadores e unidades curriculares

Abaixo estão relacionados os Eixos Formadores deste curso e as unidades curriculares os compõem:

Eixo Formador	Educação e Profissionalização Docente	Carga Horária (horas)		
Sem.	Unidade Curricular	Teórico-Prática	Prática de Ensino	Total
1º Sem.	Percursos de Formação do Estudante	56	10	66
2º Sem.	Democracia, Ética na Educação	56	10	66
3º Sem.	Conhecimento e aprendizagem	56	10	66
4º Sem.	A Escola e o Currículo segundo diferentes abordagens	56	10	66
5º Sem.	Avaliação educacional e qualidade social da educação	56	10	66
5º Sem.	Vivências para a profissionalização docente	45	15	60
6º Sem.	Estado, sociedade e educação	56	10	66
6º Sem.	(Re)aprendendo o olhar: dispositivos investigativos da pesquisa em educação (EAD)	20	0	20
7º Sem.	Trabalho de Conclusão de Curso I (EAD)	20	0	20
7º Sem.	Libras e Cultura de Comunidade Surda	50	16	66
7º Sem.	Gestão e processos de participação na escola (EAD)	45	15	60
8º Sem.	Trabalho de Conclusão de Curso II (EAD)	20	0	20
8º Sem.	Construção da docência e sua profissionalização	56	10	66
Total:		592	116	708

Eixo Formador	Didáticas em Ciências Humanas	Carga Horária (horas)		
Sem.	Unidade Curricular	Teórico-Prática	Prática de Ensino	Total
1º Sem.	Produção de conteúdo para ensino de Ciências Humanas (EAD)	45	15	60
3º Sem.	Currículo da Educação Básica para Ciências Humanas	44	22	66
4º Sem.	Metodologias para o ensino de Ciências Humanas: História e Geografia	44	22	66
5º Sem.	Metodologias para o ensino de Ciências Humanas: Filosofia e Sociologia	44	22	66
5º Sem.	A pesquisa no ensino de Ciências Humanas	44	22	66

Eixo Formador	Didáticas em Ciências Humanas	Carga Horária (horas)		
Sem.	Unidade Curricular	Teórico-Prática	Prática de Ensino	Total
6º Sem.	Oficina de recursos didáticos para o ensino de Ciências Humanas	44	22	66
6º Sem.	Multiletramentos: infográficos, tabelas, gráficos, mapas e representações visuais diversas	44	22	66
7º Sem.	Multiletramentos: fotografia, vídeo e cinema para o ensino de Ciências Humanas	44	22	66
8º Sem.	Novas tecnologias para o ensino de Ciências Humanas (EAD)	45	15	60
8º Sem.	Multiletramentos: patrimônio histórico-cultural e o ensino de Ciências Humanas	44	22	66
Total:		442	206	648

Eixo Formador	Conhecimentos interdisciplinares em Ciências Humanas	Carga Horária (horas)		
Sem.	Unidade Curricular	Teórico-Prática	Prática de Ensino	Total
1º Sem.	Multiletramentos: leitura e produção de textos acadêmicos	44	22	66
1º Sem.	Abordagens políticas, econômicas e sociais da América Latina	44	22	66
2º Sem.	Fundamentos da Interdisciplinaridade	44	22	66
2º Sem.	Noções de tempo e espaço em diferentes tempos históricos	44	22	66
3º Sem.	Formas e estrutura de poder	44	22	66
3º Sem.	Culturas em diferentes tempos e espaços	44	22	66
3º Sem.	Fundamentos e procedimentos na construção de problemas em Ciências Humanas (EAD)	45	15	60
4º Sem.	Brasil: desafios e perspectivas da atualidade	44	22	66
4º Sem.	Fundamentos da Transdisciplinaridade (EAD)	45	15	60
5º Sem.	Construção do Estado e da democracia moderna	44	22	66
6º Sem.	Formação política e econômica do Brasil	44	22	66
7º Sem.	Estruturas políticas e econômicas dos Estados no Século XX	44	22	66
8º Sem.	Fluxos territoriais	44	22	66

Eixo Formador	Conhecimentos interdisciplinares em Ciências Humanas	Carga Horária (horas)		
Sem.	Unidade Curricular	Teórico-Prática	Prática de Ensino	Total
8º Sem.	Produção, conflito e transformação no campo	44	22	66
Total:		618	294	912

Eixo Formador	Conhecimentos específicos em Ciências Humanas	Carga Horária (horas)		
Sem.	Unidade Curricular	Teórico-Prática	Prática de Ensino	Total
1º Sem.	Filosofia e cotidiano	44	22	66
1º Sem.	Fundamentos de Sociologia	44	22	66
2º Sem.	Multiletramentos: documentos históricos (EAD)	45	15	60
2º Sem.	Trabalho, sociedade e relações produtivas no tempo histórico	44	22	66
2º Sem.	A teoria do Geossistema e suas implicações na vida humana	44	22	66
3º Sem.	Território, territorialidade e fronteira	44	22	66
4º Sem.	Temas de Filosofia	44	22	66
4º Sem.	Cartografia I	44	22	66
5º Sem.	Brasil República	44	22	66
6º Sem.	Cartografia II	44	22	66
6º Sem.	Geossistemas (EAD)	45	15	60
7º Sem.	Multiletramentos ensaios filosóficos	44	22	66
7º Sem.	Fundamentos da geopolítica	44	22	66
8º Sem.	Filosofia contemporânea	44	22	66
Total:		618	294	912

1.9. Ementário e bibliografia

1º Semestre

1.1 - UNIDADE CURRICULAR

PERCURSOS DE FORMAÇÃO DO ESTUDANTE

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

A trajetória de formação do estudante. Dimensões culturais, afetivas, estética, cognitiva, valores, saúde, corpo na constituição dos sujeitos autores. Representações dos estudantes sobre a realidade e sobre a escola. A diversidade representada por cada um dos sujeitos envolvidos em processos formativos. O pertencimento e protagonismo na formação do estudante. Ser adulto e ser jovem: modos de ser e de aprender. O aprendizado do adulto. Limites e possibilidades da aprendizagem.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Serão privilegiadas as narrativas sobre seus percursos escolares e de formação fora da escola também. Essa unidade tem como objetivo favorecer o encontro dos estudantes com suas memórias a respeito de processos escolares, processo de aprendizados, processo de encontros com diferentes campos do saber humano. Serão desafiados a descrever e analisar seus modos de estudar e suas visões sobre escola. Serão orientados também a desenvolver habilidades de observação, registro, escuta e a elaboração de Portfólio.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, M. **Meu quintal é maior que o mundo**: Antologia. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2015.

BONDIA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, Apr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>.

CHRISTOV, L. H. S. (Org.). **Narrativas de Educadores: mistérios, metáforas e sentidos**. 1. ed. São Paulo: Porto de Ideias Editora, 2012.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Moderna, 2003.

HARPER, B. (Org.). **Cuidado: Escola!** Desigualdade, domesticação e algumas saídas. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2003.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAUMAN, Z. **Sobre educação e juventude: conversas com Riccardo Mazzeo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BOSI, E. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHRISTOV, L. H. S. Espera, experiência e palavra. **Revista @mbienteeducação**, v. 1, p. 1-10, 2008. Disponível em: <http://publicacoes.unid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/573/541>.

LARROSA, J. **Experiência e Alteridade em Educação**. Revista do Departamento de Educação e Pós-Graduação em Educação UNISC, 2011: v. 19. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/2444>

OZELLA, S. (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

1.2 - UNIDADE CURRICULAR

MULTILETRAMENTOS: LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Construção e desenvolvimento do processo de escrita acadêmica, por meio de gêneros como fichamento, resumo, resenha (compreensiva e crítica), além de gêneros jornalísticos como artigo de opinião e notícia. Trabalho com esses gêneros, destacando seus elementos centrais e estruturas linguísticas, sempre a partir e através dos textos produzidos pelos alunos. Formação do autor-leitor, capaz de utilizar as habilidades de escrita e leitura, necessárias à compreensão e a produção desses textos.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

O desenvolvimento crescente da autonomia dos alunos em seu processo de autoria de textos acadêmicos deverá ocorrer por meio de atividades sistemáticas de escrita e reescrita, sempre acompanhadas da escuta e do interesse dos colegas e do professor. Sugere-se que o trabalho teórico com cada gênero seja posterior à produção dos textos e tenha os alunos como agentes, pesquisando e trazendo para a sala suas

descobertas e dúvidas, sempre com a coordenação do professor. Esse trabalho implica também trabalhar a questão da oralidade, em sala de aula: o professor deve acompanhar detalhadamente como os alunos se expressam, informal e formalmente, por exemplo lendo seus textos, ouvindo opiniões dos colegas e discutindo produtivamente com eles.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Arcoverde, Maria Divanira de Lima. **Leitura, interpretação e produção textual.** / Maria Divanira de Lima Arcoverde, Rossana Delmar de Lima Arcoverde. – Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN, 2007. Disponível em: http://www.ead.uepb.edu.br/ava/arquivos/cursos/geografia/leitura_interpretacao_e_producao_de_textos/Le_PT_A10_J_1_.pdf Acesso em 14/09/2019

MACHADO, Anna Rachel (coord.), LOUSADA, Eliane, ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Resumo. Parábola, 2004.

BARROS, Susane e RIBEIRO, Elizabeth Matos e ROSA, Flávia. **Princípios e técnicas para a elaboração de textos acadêmicos:** pensando na pós graduação. Disponível em: <<
https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174974/4/eBook_Principios_e_Tecnicas_para_Elaboracao_de_Textos_Academicos-Especializacao_em_Gestao_de_Pessoas_UFBA.pdf>> acesso em 14/09/2019

MACHADO, Anna Rachel (coord.), LOUSADA, Eliane, ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Resenha. Parábola, 2004.

SOUSA, Maria Esther Vieira e PEREIRA, Regina Celi Mendes. Leitura e produção de texto. Disponível em: <<
http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/leitura_e_producao_de_texto_i_1462975159.pdf>> acesso em 14/09/2019.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

MACHADO, Anna Rachel (coord.), LOUSADA, Eliane, ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Trabalhos de pesquisa: diários de leitura para a revisão bibliográfica. São Paulo: Parábola, 2007.

SOUZA, Rita Rodrigues. Modelo de estrutura retórica para leitura e escrita de resumo escolar no ensino médio técnico. Disponível em: <<
www.scielo.br/pdf/delta/v33n3/1678-460X-delta-33-03-00911.pdf>> Disponível em: <<

www.scielo.br/pdf/delta/v33n3/1678-460X-delta-33-03-00911.pdf>> Acesso em 14/09/2019

CHIBENI, Silvio Seno. O texto acadêmico. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/textoacademico.pdf>>> acesso 14/09/2019

1.3 - UNIDADE CURRICULAR

PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS (EAD)

Carga horária semanal: 3 aulas - Carga horária total: 60 horas

A. EMENTA

Aportes teóricos e práticos para produção de conteúdo para o ensino de Ciências Humanas. Análise dos critérios do PNLD para materiais e objetos digitais. Protótipos de material didático interativo. As mídias móveis - celulares, smartphones, iPods e tablets etc. Relação da Base Nacional Curricular com novas tecnologia e itinerários formativos propostos no documento.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Experimentação de recursos tecnológicos na área de CH. Criação e compartilhamento de recursos educacionais digitais para ambientes virtuais de aprendizagem na área de CH. Análise de *softwares*, *sites*, *applets* e vídeos na área de Ciências Humanas. Análise da eficiência e eficácia dos recursos criados e compartilhados nos ambientes virtuais para aprendizagem. Análise e elaboração de planos de ensino em ambientes virtuais de aprendizagem. Experimentação de ambientes virtuais de aprendizagem como possibilitadores da comunicação, interação e construção coletiva do conhecimento.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, M. E. B. de. Prática e formação de professores na integração de mídias. Prática pedagógica e formação de professores com projetos: articulação entre conhecimentos, tecnologias e mídias. In: Almeida, M. E. B. de & Moran, J. M. (Orgs.). **Integração das Tecnologias na Educação**. Brasília: MEC/SEED, 2005. (ON-LINE)

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. Porto, Portugal: Almedina, 2006

ARAÚJO, J.; ARAÚJO, K. **EaD em Tela: docência, ensino e ferramentas digitais**. Campinas: Pontes, 2013.

DWYER, Tom. As tecnologias de informação: morte ou vida para as ciências humanas? In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 12, jul/dez 2004, p. 328-346. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n12/22265.pdf>

DADICO, Luciana. Modos de ler livros em meios digitais: transformações da experiência. In: **Psicologia: Ciência e Profissão** Jul/Set. 2017 v. 37 nº3, 725-737. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37n3/1982-3703-pcp-37-3-0725.pdf>

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. São Paulo: Atlas S.A., 2011.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSUMPÇÃO, Z. A. de. **A rádio no espaço escolar**: para falar e escrever melhor. São Paulo: Annablume, 2009. (8 EXEMPLARES, ACERVO)

RIBEIRO, Ana Elisa. **Textos multimodais: leitura e produção**. São Paulo: Parábola, 2016

TERRA, Ernani. **A produção literária e a formação de leitores em tempos de tecnologia digital**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2015. (PEARSON)

René Gomes Rodrigues Jarzem - **História, imagem e narrativas**. Nº 5, ano 3, setembro/2007 – ISSN 1808-9895 - <http://www.historiaimagem.com.br>

MUGNOL, Márcio. A Educação a distância no Brasil: Conceitos e Fundamentos. In: **Rev. Diálogo Educ.** [internet]. 2009 [citado maio/ago] v. 9, n. 27, p. 335-349. Disponível em:
<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=2738&dd99=pdf>

SOUZA, Adriana Alves Novais e SCHNEIDER, Henrique Nou. Tecnologias digitais na formação inicial docente: articulações e reflexões com uso de redes sociais. In: **Educação Temática Digital**. Campinas, SP. V18, n2. Abril/junho 2016.

1.4 - UNIDADE CURRICULAR

ABORDAGENS POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Análise e estudo das especificidades sociais, econômicas, políticas, territoriais e culturais do processo de conquista e colonização europeia no continente americano. Interface entre diversas referências historiográficas e documentais expressas no tratamento de temáticas dos estudos da América. Compreensão dos processos de emancipação política e de formação dos Estados nacionais na América Latina. Estudo das estruturas e das transformações das sociedades latino-americanas contemporâneas em múltiplas dimensões. Análise de questões sobre a hegemonia estadunidense sobre a região, países emergentes e projetos de integração regional: tendências e perspectivas da reorganização política da América Latina a partir dos anos 2000.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Estudo da América Latina compreendendo sua identidade tendo em vista o contexto global e sua posição no contexto geopolítico. Trabalho com textos, filmes e documentos históricos relacionados à região.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BETHELL, L. (Org.). **História da América Latina** vol. I e II: América Latina Colonial. São Paulo: Edusp, 2017.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 289-321, julho-dezembro de 2009.

FICO, Carlos et al. **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014. (PEARSON)

PRADO, Maria Lígia. Esperança e desencanto conservador na Independência da América Espanhola. **Revista História**, São Paulo, n.22, v.2, p.15 a 34, 2003.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASANOVA, Pablo González. **Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter. **A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha**. Buenos Aires: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), 2006. Editorial/Editor 2006

POMER, L. **As independências na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Tudo é História).

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de América Latina em perspectiva histórica. In: **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 289-321, julho-dezembro de 2009. Disponível em: << <http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n44/v22n44a01.pdf>>> acesso em 02/10/2019.

1.5 - UNIDADE CURRICULAR

FILOSOFIA E COTIDIANO

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Na Unidade Curricular trabalharemos, primeiramente, a partir daquilo que os graduandos entendem como Filosofia, para aos poucos explorar a tradição filosófica ocidental, sobretudo na Grécia, e fazer conexões com a produção de conhecimento no cotidiano dos alunos. A seguir procuraremos entender a produção de conhecimento no contexto filosófico. Por isso, é importante ressaltar as marcas do discurso da Filosofia, bem como algumas concepções de diferentes filósofos acerca do assunto. Começaremos a UC com Gilles Deleuze e Félix Guattari para entender como se dá a construção de conceitos na Filosofia, para em seguida entrar em contato com a teoria do conhecimento de Platão. A ideia é mostrar com suas bases epistemológicas sustentam obras mais próximas do cotidiano ateniense, principalmente ao que se refere à Apologia de Sócrates.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

O levantamento inicial sobre as representações dos estudantes a respeito da Filosofia, abarcando seus possíveis encontros com temas da Filosofia e com a disciplina

Filosofia no Ensino Médio. Esse procedimento é importante para que se questione representações preconceituosas em relação à Filosofia no senso comum e no cotidiano. Com isso, espera-se alimentar o diálogo efetivo entre saberes dos estudantes e saberes sistematizados. A leitura de alguns textos a serem selecionados pelos professores terá o intuito de colocar o estudante em contato com o discurso filosófico propriamente dito para identificação de características específicas dessa produção filosófica escrita.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia**. 3.ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

SANTOS, José Trindade. **Platão: a construção do conhecimento**. São Paulo: Paulus Editora, 2021.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. São Paulo: L&PM Editores, 2008.

GOTO, Roberto. **O cidadão Sócrates e o Filosofar numa democracia**. In: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v21n1/v21n1a08.pdf> . Acesso em 10/03/2019.

GALLO, Sílvio. **As Múltiplas Dimensões do aprender**. In: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/13_02_2012_10.54.50.a0ac3b8a140676ef8ae0dbf32e662762.pdf. Acesso em 10/03/2018.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NUNES, Cesar Aparecido. **Aprendendo filosofia**. 17 ed. Campinas: Papirus, 2008.

OLIVA, Alberto. **Teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2011.

REZENDE, A., et alli, **Curso de Filosofia**, 16ª edição, Jorge Zahar ed., Rio de Janeiro, 2013.

KOHAN, Walter Omar. **O ensino de filosofia e a questão da emancipação**. Filosofia: ensino médio / Coordenação, Gabriele Cornelli, Marcelo Carvalho e Márcio Danelon . - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. 212 p. : il. (Coleção Explorando o Ensino ; v. 14). In: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7837-2011-filosofia-capa-pdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192 . Acesso em 10/03/2018.

CORNELLI, Gabriele. **História da filosofia antiga: começar pelo diálogo**. Filosofia: ensino médio / Coordenação, Gabriele Cornelli, Marcelo Carvalho e Márcio

Danelon . - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. 212 p. : il. (Coleção Explorando o Ensino ; v. 14). In: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7837-2011-filosofia-capa-pdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192 . Acesso em 10/03/2018.

1.6 - UNIDADE CURRICULAR

FUNDAMENTOS DE SOCIOLOGIA

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Esta Unidade Curricular (UC) é a primeira voltada mais especificamente para o caráter epistemológico da Sociologia nas Ciências Humanas. Por isso, os chamados “clássicos” da área terão destaque nos estudos. Discutiremos autores como Auguste Comte, Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. A partir do contato com as obras desses autores, faremos conexões com temas que estarão presentes na abordagem interdisciplinar do curso, tais como: divisão social do trabalho; ética protestante e espírito do capitalismo; o materialismo histórico, a análise marxista do capital, o fetichismo da mercadoria.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Compreender as principais correntes teóricas que fundaram o pensamento sociológico e os conceitos básicos da área.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

QUINTANEIRO, Tania. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2ª ed. rev. Ampliada. Belo Horizonte (MG): UFMG, 2002.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo, Cia.das Letras, 2004.

DEFFACCI, Fabricio.A; CEPÊDA, Vera.A. **O lugar e o limite da contribuição de Karl Marx para a Sociologia do Conhecimento na perspectiva de Karl Mannheim**.

(Colóquio – Unicamp). In:
https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt2/sessao3/Fabricao_Deffacci.pdf . Acesso em 10/03/2019.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Silvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia: um olhar crítico**. São Paulo: Contexto, 2011. 255 p. (PEARSON)

COSTA, Cristina. **Sociologia. Introdução à ciência da sociedade**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2005.

MARX, K. **O capital**. Vol. I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.

MOTTA, Daniele Cordeiro. **As particularidades do regime de classes no Brasil segundo Florestan Fernandes**. (Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro. ISSN 2177-9503 10 a 13/09/2013). In: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v8_daniele1_GVIII.pdf . Acesso em 10/03/2019.

2º Semestre

2.1 - UNIDADE CURRICULAR

DEMOCRACIA, ÉTICA NA EDUCAÇÃO

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Democracia e ética. Distinções entre ética e moral. Ética como palavra que acompanha necessariamente o encontro com o diverso e a perspectiva da inclusão. Formação de valores. Verdade, bondade e beleza revisitados. Escola como espaço do encontro com o diverso e como experiência de relações democráticas e de cidadania.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Refletir sobre a Democracia como palavras polissêmicas e seus valores no mundo contemporâneo. Estudos e pesquisas em documentos históricos de diferentes

tempos e espaços, bem como as representações dos estudantes sobre o tema. Análise das estruturas democráticas e/ou antidemocráticas presentes na relação com a vida contemporânea.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHAUI, M. S. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 51. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, E.A.B. **Democracia como “Ídolo”?** Ensaio sobre um projeto de democracia possível. São Paulo: Tese (Doutorado em Direito) Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo: [s. n.] 2015. Disponível em: <https://bdpi.usp.br/item/002731487>

TEIXEIRA, A. C. **Para além do voto**: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975 – 2010). Campinas: Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.[s.n.], 2013. Disponível em: <http://pct.capes.gov.br/teses/2013/33003017039P0/TES.PDF>

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAUMAN, Z. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

CHRISTOV, L. H. **Escola como espaço para a aprendizagem da convivência democrática e do respeito à diversidade**. In Saber em ação 2012: aprendizes do século XXI: autonomia e autoria no processo de ensino e de aprendizagem. São Paulo: SESI-SP editora, 2012.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 111 p. ISBN 9788577531707. Classificação: 370.1 F934e 2.ed. Ac.733863

GARDNER, H. **O verdadeiro, o belo e o bom redefinidos: novas diretrizes para a educação no século XXI**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012. 223 p. ISBN 8532527271

RIOS, T. A. **Compreender e ensinar: por uma docência de melhor qualidade**. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2010.

2.2 - UNIDADE CURRICULAR

FUNDAMENTOS DA INTERDISCIPLINARIDADE

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Movimento interdisciplinar e a crítica à fragmentação e à superespecialização dos saberes científicos. Contextos históricos e culturais e o movimento interdisciplinar nas Ciências em geral e nas Ciências Humanas em particular. Mediações necessárias à transposição da abordagem interdisciplinar do campo das investigações científicas ao campo do ensino e da educação básica, com destaque para o Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Elaboração de projetos interdisciplinares.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Análise dos pressupostos e fundamentos do movimento interdisciplinar nas Ciências. Levantamento e reflexão sobre projetos interdisciplinares da educação básica. Proposição de projetos interdisciplinares para Ciências Humanas no Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FAZENDA, Ivani. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. Campinas: Papirus, 1995.

JAPIASSU, Hilton. Ciências questões Impertinentes. B.H. Editora Ideias/Letras. 2011.

LOPES, Alice e MACEDO, Elizabeth. (orgs.) Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2005.

CHRISTOV, Luiza Helena da Silva, Interdisciplinaridade e contextualização na prática educativa. In: http://educacaotiete.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/Artigo_Luiza-Christov_Saber-2013.doc . Acesso em 10/03/2018.

THIESEN, Juares da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. Rev. Bras. Educ. [online]. 2008, vol.13, n.39, pp.545-554. ISSN 1413-2478. In: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s14134782008000300010&script=sci_abstract&lng=pt . Acesso: 10/03/2018

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DOLL, Willian. Currículo: Uma Perspectiva Pós-moderna. Porto Alegre: Arte med, 1993.

GARCIA, Regina L. e MOREIRA, Antônio F. B. Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo. Currículo e Interdisciplinaridade. In: Currículo: Questões Atuais. Campinas, Papirus, 1997.

FAZENDA, Ivani. Interdisciplinaridade. In: Revista do Grupo de Estudos e Pesquisa em Interdisciplinaridade (GEPI - Vol.1 N°6 de 2015) – PUC – SP. <https://www.pucsp.br/gepi/downloads/revistas/revista-6-gepi-abril15.pdf>. Acesso em 10/03/2019.

JAPIASSU, Hilton. O espírito interdisciplinar. In: Cad. EBAPE.BR vol.4 no.3 Rio de Janeiro Oct. 2006. Disponível em:<< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-9512006000300006&script=sci_arttext>> . Acesso em 10/03/2019.

2.3 - UNIDADE CURRICULAR

MULTILETRAMENTOS: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS (EAD)

Carga horária semanal: 3 aulas - Carga horária total: 60 horas

A. EMENTA

Compreensão do significado e das diversidades de fontes históricas utilizadas pelo historiador para construir interpretações sobre o passado: fotografias, vídeos, filmes, textos literários, testamentos, inventários, processos criminais, registros paroquiais e civis, arquivos de regimes repressivos, cartas, discursos, pronunciamentos, diários pessoais, patrimônio cultural e documentos da cultura material. Trata-se de analisar os métodos de leitura e análise dos documentos, sendo necessário fazer a crítica dos mesmos considerando o contexto histórico em que foram produzidos.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A análise das fontes, o diálogo com autores e textos de referência, a preocupação em reconhecer e indicar elementos de historicidade dos gêneros dos textos considerados documentos históricos, a leitura e a escrita metódicas e competentes para discernir com precisão os conteúdos específicos das fontes serão os trabalhos desenvolvidos prioritariamente ao longo do curso.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

LE GOFF, Jacques. « Documento/Monumento » In: **História e Memória**. 4ª ed. Campinas: Unicamp, 1996.

PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania Regina. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

ALMEIDA, Claudio Aguiar. O filme documentário e a construção da História: Getúlio Vargas, de Ana Carolina In: **Especiaria** (UESC), v. 10, p. 41-56, 2007. http://www.uesc.br/revistas/especiarias/ed17/claudio_aguiar_almeida.pdf. Acesso em 01/10/2019

BARBOSA, Ana Letícia Ventura Borges. **A Espanha vista por Goya**. Monografia de final de curso de História, Curitiba, UFPR, 1999. Disponível em: <<https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/45209/ana_leticia_barbosa.pdf?sequence=1>>. Acesso em 01/10/2019

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPELATO, MORETTIN, NAPOLITANO & SALIBA (orgs.). **História e Cinema: dimensões históricas do audiovisual**, São Paulo: Alameda, 2011.

PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

SAMARA, Eni de Mesquita e TUPY, Ismênia S. Silveira. **História e documento e metodologia de pesquisa**, Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

DARNTON, Robert. Cinema: Danton e o duplo sentido. In: **O beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução**, São Paulo, Cia. das Letras, 1990.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. O brado do Ipiranga: Apontamentos sobre a obra de Pedro Américo e a configuração da memória da Independência. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles & MATTOS, Claudia Valladão de. **O brado do Ipiranga**. São Paulo: Edusp/Museu Paulista, 1999.

2.4 - UNIDADE CURRICULAR

NOÇÕES DE TEMPO E ESPAÇO EM DIFERENTES TEMPOS HISTÓRICOS

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Estudo das diferentes noções de tempo e espaço constituídas em diferentes sociedades e culturas. Identificar e analisar a coexistência dos diferentes tempos históricos num mesmo período em diferentes espaços. Compreender o tempo enquanto processo e simultaneidade desfazendo a ideia de tempo como um processo evolutivo contínuo em uma única direção. Relacionam-se a estes também os conceitos de memória e patrimônio ao se considerar o que determinados grupos em tempos específicos impõe como memória e patrimônio cultural de uma sociedade. O patrimônio deve ser compreendido também em uma perspectiva plural, ou seja, da existência de diferentes patrimônios culturais materiais e imateriais em um mesmo tempo.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Refletir sobre as ações humanas desenvolvidas no âmbito das relações sociais, construídas entre diferentes indivíduos, grupos, segmentos e classes sociais e compreender as transformações e permanências da experiência humana no decorrer do processo histórico. Ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento de habilidades e competências para analisar a vida social com base na leitura do passado e de pensar historicamente nas suas especificidades e pluralidades.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. São Paulo: Cia. das Letras/Penguin, 2019.

HOBBSAWM, Eric J. **Tempos Fraturados: Cultura e Sociedade no século XX**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**, Rio de Janeiro: Record, 2000.

ZILBERMAN, Regina. "Nos princípios da Epopeia: Gilgamesh". BAKOS, Margaret Marchiori & POZZER, Katia Maria Paim (Orgs.) **III Jornada de Estudos do Oriente Antigo: línguas, escritas e imaginárias**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1988, p. 57 a 72.

BARROS, José de Assunção. "História, Espaço e Tempo: interações necessárias". **Varia História**, vol. 22, n. 36, 2006, pp. 460/475, Editora UFMG. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a12.pdf>

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FEBVRE, Lucien. Nem história de tese, nem história manual: entre Benda e Seignobos e "Sobre uma forma de história que não é a nossa: a história historicizante". In: **Combates pela história**, Lisboa: Editorial Presença, 1985.

HARTOG, François. **Evidência da História: o que os historiadores veem**, Belo Horizonte, Autêntica, 2017.

MORAES FILHO, Evaristo de (org.). **Auguste Comte**, São Paulo: Ática, 1978 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

TUCÍDIDES. Livro Primeiro: Capítulos 1 a 23. **História da Guerra do Peloponeso**, Brasília: Editora Universidade de Brasília/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, p. 1 a 16, disponível em: <<
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3020663/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria%20da%20Guerra%20do%20Peloponeso.pdf>> acesso em 01/10/2019

2.5 - UNIDADE CURRICULAR

A TEORIA DO GEOSISTEMA E SUAS IMPLICAÇÕES NA VIDA HUMANA

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Estudos sobre a Teoria do Geosistema, entendendo a Terra como um organismo integrado e dinâmico. Compreender a dinâmica interna da Terra e a formação dos continentes por meio da Teoria das Tectônicas de Placas e a gênese da formação do relevo. A origem da formação do solo e a relação com os biomas e a dinâmica climática. As diferenças e semelhanças na formação dos ecossistemas na superfície terrestre. Entender a ocupação do espaço por meio da dinâmica da natureza. A formação das cidades e os usos do solo. Tempo geológico e a interferência humana.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Relacionar os conceitos da Geografia Humana e Física. Compreender os fenômenos naturais e a discussão da geografia física clássica com ênfase na Teoria do Geossistema. Analisar situações cotidianas que permitam entender a interferência dos fenômenos naturais na sociedade e vice-versa.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TEIXEIRA, Wilson. **Decifrando a Terra**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. **Geomorfologia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2004.

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê, 2012.

TROPPEMAIR, Helmut; GALINA, Marcia Helena. Geossistemas. Mercator, Fortaleza, ano 05, número 10, p. 79-89, 2006.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. Significância da Teoria de Sistemas em Geografia Física. Boletim de Geografia Teórica, 16-17 (31-34): 119-128, 1986-1987.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHRISTOPHERSON, Robert W. **Geossistemas**: uma introdução à geografia física. 7. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2012. xxiii, 727p.

GUERRA & CUNHA (ed) -1992- **Geomorfologia**: uma atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

MONTEIRO, C.A . F.- 2000- **Geossistemas**: História de uma Procura. Editora Contexto- São Paulo SP.

ROSA, M.R. & ROSS, J.L.S. -1999- **Aplicação de SIG na Geração de Carta de Fragilidade**, in Ver.do Depto.Geografia.FFLCH-USP, no.13- São Paulo- SP.

ROSS, J.L.S. & DEL PRETTE, M, E. - 1998- **Recursos Hídricos e as Bacias Hidrográficas**: Âncoras do Planejamento e da Gestão Ambiental. In: Revista do Depto.Geografia-FFLCH-USP- São Paulo-SP. Disponível em: <<<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53736/57699>>>. Acesso em 06/10/2019.

2.6 - UNIDADE CURRICULAR

TRABALHO, SOCIEDADE E RELAÇÕES PRODUTIVAS NO TEMPO HISTÓRICO

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Em uma perspectiva interdisciplinar, analisar o processo de organização das sociedades tendo em vista as formas de organização do trabalho dos sistemas produtivos. Compreender o processo de formação e desenvolvimento das sociedades a partir da produção da vida material. Entender as diferentes formas historicamente constituída de trabalho para organização das sociedades (trabalho comunitário, escravo, servos, feudal, livre, assalariado). Como e porque se estabeleceram as diferentes formas de organização social dos seres humanos (leis, normas e conflitos, associação com a produção). Compreender as maneiras de agir e transformar a natureza e a criação de ferramentas adequadas (tecnologias) a sua utilização para a vida humana, considerando as formas de organização do trabalho, produção e circulação de mercadoria. História da produção das sociedades e suas relações com a história das ciências e do desenvolvimento dos objetos técnicos, articulando os conceitos científicos entre fundamentos das Ciências da Natureza e as Ciências Humanas.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Leitura de textos, exibição de filmes e documentários e análises contextualizadas de situações da realidade que identifiquem conflitos e as transformações que ocorreram na produção e circulação de mercadoria. Compreender as mudanças no mundo do trabalho a luz de leituras de textos clássicos que tratam da produção nas diferentes sociedades. Realização de debates, seminários, elaboração de sínteses, resenhas e produção de propostas didáticas com base nos temas discutidos.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. 2ª ed. São Paulo. Boitempo, 2009.

HOBSBAWM, Eric. **A era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido comunista**. Disponível em:
<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>. Acesso em
16/09/2019

CRARY, Jonathan. 24/7 **Capitalismo tardio e os fins do sono**. Disponível em: http://cdn.ubueditora.com.br/trechos/24_7_-_capitalismo_tardio_e_os_fins_do_sono.pdf
Acesso em 16/09/2019

MATOS, Marcelo Badaró. A formação da classe operária inglesa: história e intervenção. In: **TrabalhoNecessário** – www.uff.br/trabalhonecessario; Ano 12, Nº 18/2014. Disponível em: << file:///C:/Users/ss1044096/Downloads/8600-37426-1-SM.pdf>> acesso em 06/10/2019. (ON-LINE)

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JUNIOR, Hilário Franco. **A idade media: nascimento do ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SCHWARTCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**: texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2013.

FORTES, Alexandre. **O processo histórico de formação da classe trabalhadora**: algumas considerações. Disponível em: << <http://www.scielo.br/pdf/eh/v29n59/0103-2186-eh-29-59-0587.pdf>>> acesso em 16/09/2019

BARBOSAI, Alexandre de Freitas. **O mercado de trabalho**: uma perspectiva de longa duração. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v30n87/0103-4014-ea-30-87-00007.pdf>>> acesso em 16/09/2019

3º Semestre

3.1 - UNIDADE CURRICULAR

CONHECIMENTO E APRENDIZAGEM

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Contribuições das Ciências da Educação, da Filosofia, da Sociologia e da Psicologia geral e da Educação enquanto campos de formação de educadores para o aprofundamento dos estudos sobre o processo de formação integral do sujeito. Panorama das teorias clássicas da psicologia da aprendizagem, do desenvolvimento e da psicologia social: Piaget, Vygotsky, Wallon, Gardner, Pichon Riviére e Paulo Freire. O paradigma do conhecimento como construção. Metodologias de ensino e aprendizagem. Gestão de grupos e sala de aula.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A crítica à ideia de tabula rasa e à ideia de educação bancária. Sala de Aula como espaço para a re-invenção, a re-criação e a re-significação. Aula como espaço de se encontrar com a própria inteligência. Para tanto, é fundamental que os estudantes possam se expressar por escrito, oralmente e por diferentes linguagens. Investigação e análise das situações vivenciadas no contexto escolar frente às diferentes correntes teóricas.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARROYO, M. G.; SILVA, M. R.(Org.). **Corpo infância**: exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis: Vozes, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/download/26642/17742/>.

GAUTHIER, C., TARDIF, M. **A Pedagogia – Teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes., 2010.

ILLERIS, K (ORG). **Teorias Contemporâneas da Aprendizagem**. Porto Alegre: Penso, 2013.

LA TAILLE, Y. de, OLIVEIRA, M. K. de, DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky, Wallon – teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 2009.

OSTROWER, F. **Fayga Ostrower, uma vida aberta à sensibilidade e ao intelecto**. Rio de Janeiro: História, Ciências, Saúde, vol.13, supl.0, Jan./Out. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702006000500017.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, J. S. F. de. **Construtivismo. Uma pedagogia esquecida da escola**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CORAZZA, S. M.; AQUINO, J. G. (Org.). **Dicionário das ideias feitas em educação**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. v. 1. 175p.

CUNHA, M. V. **John Dewey: Democracia e Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

LEÃO, G.M.C. O Processo de ensino-aprendizagem: múltiplas inteligências, poucas metodologias. **EDUCERE: IV Seminário Internacional de Profissionalização Docente**, 2009. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/22950_12028.pdf.

WEBWR, T.B. Comportamento de consumo infantil: uma revisão sistemática da literatura. **9th Latin American Retail Conference**. CLAV 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ocs/index.php/clav/clav2016/paper/view/5735/1635>.

3.2 - UNIDADE CURRICULAR

CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA CIÊNCIAS HUMANAS

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

A Base Nacional Comum para Ciências Humanas e cada disciplina da área. Os currículos estaduais e municipais em visão panorâmica. Análise do currículo do Estado de São Paulo e do município de São Paulo, com destaque para pressupostos e orientações metodológicas. Movimentos, críticas e processos de implantação em torno de disputas curriculares.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Identificação de pressupostos e abordagens curriculares por meio de leitura e análise crítica de documentos oficiais. Pesquisas sobre documentos curriculares estaduais e municipais. Análise do documento da Base Nacional Comum para Ciências Humanas e suas disciplinas, incluindo estudos sobre principais críticas e defesas da BNCC.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

APPLE M.W. **Ideologia e Currículo**, trad. Vinicius Figueira, Artmed, 2008

ARROYO, Miguel G. **Currículo, Território em Disputa**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011. BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais. 1996. (PEARSON)

SILVA, Tomas Tadeu da. **O currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. 1.ed., 4. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 117 p.

AIRES J. **A Integração Curricular e Interdisciplinaridade**: sinônimos? Educação & Realidade, vol. 36, núm. 1, enero-abril, 2011, pp. 215-230 Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3172/317227056012.pdf> acesso em 24 Set.2019

MACEDO E. **Currículo**: Política, Cultura e Poder In: Currículo sem Fronteiras, v.6, n.2, pp.98-113, Jul/Dez 2006 Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppglettras/2017selecao/Macedo2006.pdf> acesso em 24 de Set.2019

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BANNELL, Ralph Ings. Habernas & a educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 160 p. DIEB, Messias (Org.). **Relações e saberes na escola**: os sentidos do aprender e do ensinar. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 183 p.

GIDDENS, A. 2001. **Em defesa da sociologia**: ensaios, interpretações e trélicas. São Paulo: UNESP, 2001

LUCK, Heloisa. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teórico-metodológicos. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 71 p.

MACEDO E. As demandas conservadoras do Movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. In: **Revista Educação & Sociedade**, vol.38 no 139 Campinas, Apr/June 2017 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302017000200507&script=sci_arttext Acesso em 24 Set.2019

LEITE C. A articulação curricular como sentido orientador dos projetos curriculares In: **Educação Unisinos** 16(1):87-92, janeiro/abril 2012 Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2012.161.09/773> acesso em 24 Set. 2019

3.3 - UNIDADE CURRICULAR

FORMAS E ESTRUTURA DE PODER

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Introdução à problemática do poder. Análise das diversas teorias sobre o poder na perspectiva de diferentes pensadores da área de ciências humanas. Analisar as várias formas de relações de poder presente na sociedade, tanto no âmbito do sistema político, quanto da vida cotidiana. Aprofundamento de conhecimentos sobre as relações de poder na contemporaneidade. Discussões sobre o poder, suas origens e formas de legitimidade, decorrentes de escolhas e disputas sobre o como e o porquê do poder. Estudar também a problemática do contra poder, do coletivismo e da autonomia em relação às formas hierárquicas do poder. Ver Estados e Comunidades comparando as suas realidades existentes em nosso país.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Leitura e análise de textos clássicos sobre o conceito de poder e sua relação com a vida político-social. Atividades de pesquisa relacionadas às várias dimensões presentes na sociedade.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARENDT, H. **A condição humana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo (Org.). **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2000. Elsevier, 717 p.

FAORO, Raimundo. **Os donos do Poder**. Rio de Janeiro Ed. Globo. 5a. Ed. 2001.

HECKTHEUER, Fábio Rychecki e CHAGAS, Afonso Maria das. **A ideia de poder na perspectiva da teoria política: complexidade e visibilidade**.

RIBEIRO, Josuel Stenio da Paixão. **Os contratualistas em questão: Hobbes, Locke e Rosseau**. Disponível em : <https://www.redalyc.org/pdf/934/93453803002.pdf>
Acesso em 16/09/2019

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 16.ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2005.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9.ed. Petropolis: Vozes, 2011.

SILVA, Ellen Fernanda Gomes e SANTOS, Suely Emilia de Barros. O impacto e a influência da mídia sobre a produção da subjetividade. http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/447.%20o%20impacto%20e%20a%20influ%C3%94ncia%20da%20m%C3%ADdia.pdf. Acesso em 16/09/2019

3.4 - UNIDADE CURRICULAR

CULTURAS EM DIFERENTES TEMPOS E ESPAÇOS

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Estudar temas voltados para a produção cultural da humanidade em diferentes tempos e espaços é de fundamental importância para o aluno da área de ciências humanas. Nesta Unidade Curricular (UC), a primeira abordagem a auxiliar o olhar crítico do discente fica por conta da perspectiva da *antropologia cultural*, com destaque para autores como François Laplantine, Bronislaw Malinowski e Franz Boas. Traçado um breve panorama histórico da *antropologia cultural*, passa-se a discutir questões voltadas para a crítica à visão eurocêntrica dos temas culturais, sobretudo na análise de textos de Edward Said, Stuart Hall, Homi Bhabha, Zygmunt Bauman e Néstor García Canclini. Por último, depois da discussão do que é conhecido como *estudos culturais*, são estudadas teorias contemporâneas acerca das análises culturais da chamada pós-modernidade, bem como textos de matrizes africanas.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Estudos e pesquisas sobre os conceitos básicos de Cultura, identidades e alteridades sociais e culturais em diferentes tempos e sociedades.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC editora, 2013.

PRETTO, Nelson De Luca. **Escritos sobre educação, comunicação e cultura**. Campinas, SP: Papirus, 2008. (PEARSON)

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

HALL, Stuart. **Identidade cultural e diáspora**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996, p. 68-75. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat24.pdf>. Acesso em 10/03/2019.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica**. Revista Arte & Ensaio – UFRJ - Nº32, 2016. In: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993> . Acesso em 10/03/2019

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 2012.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismo e anti-racismos no Brasil**. 1.ed. Rio de Janeiro, RJ: Pallas, 2009.

SANTOS, Boaventura Souza e MENESES, Maria Paula (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina Editores, 2009.

RUTHERFORD, Jonathan. **O terceiro espaço: uma entrevista com Hommi Bhabha**. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996, p. 68-75. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat24.pdf>. Acesso em 10/03/2019.

MATTA, Roberto da. **Você tem cultura?**. In: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/877886/mod_resource/content/1/2_MATTA_Voc%C3%AA%20tem%20cultura.pdf . Acesso em 10/03/2019.

3.5 - UNIDADE CURRICULAR

TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E FRONTEIRA

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Contextualização de território e fronteira. Introdução às teorias das dinâmicas territoriais. Discussão sobre território e territorialidade e as relações de poder. Análise das relações atuais entre os territórios mundiais. A evolução do pensamento da geografia e as políticas territoriais. Compreensão da organização de território, espaço e

fronteira no Brasil e no mundo. Política da expansão do território/fronteira e fronteira agrícola dos anos 1970.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Analisar textos que fundamental o conceito de território a partir da Geopolítica. Compreender por meio de textos clássicos os conceitos de território, espaço, tempo e paisagem.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO I.E.; GOMES P.C.C.; CORRÊA R.L. (Orgs) . **Geografia: Conceitos e Temas**. 16ª ed. Rio de Janeiro, BERTRAND Brasil, 2014.352p.

LENCIONI, Sandra e BLANCO, Jorge. **Argentina e Brasil**. Território em redefinição. Rio de Janeiro, Consequência. 2016.

MOREIRA R. **Pensar e Ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico.2.ed., 2ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2015 (PEARSON)

DORFMAN A. Atualizando os sentidos de território e territorialidade In: **Boletim Gaúcho de Geografia-** AGB, v.38, n.1-2, 2011 Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37334>

FUINI, L.L. As Novas Dimensões do Rural: Território e Arranjos Produtivos Locais. In: **Revista Geografares**, nº9, p 103-122, jul./Dez., 2011 ISSN 2175 -3709 Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/geografares>

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANJOS, R. S. A. **Territorialidade quilombola**: fotos & mapas. Brasília: Mapas, 2011.

BECKER, Berta. **A Urbe Amazônica**. A floresta e a cidade. Rio de Janeiro. Garamond, 2013.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século 21. 10 ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2008. 473 p.

BONOMO, M.; Souza, L. de; Brasil, J. A.; Livramento, A. M. do & Canal, F. D. Gadjes em tendas Calons: um estudo exploratório com grupos ciganos semi-nômades em território capixaba In: **Pesquisas e Práticas Psicossociais 4(2)**, São João del-Rei,

Jul. 2010 Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume4_n2/bonomo_et_al.pdf

VALE M. Conhecimento, Inovação e Território. In: **Finisterra** - Revista Portuguesa de Geografia n.88 Lisboa, 2009. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0430-50272009000200002

3.6 - UNIDADE CURRICULAR

FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS NA CONSTRUÇÃO DE PROBLEMAS EM CIÊNCIAS HUMANAS (EAD)

Carga horária semanal: 3 aulas - Carga horária total: 60 horas

A. EMENTA

O trabalho na área de ciências humanas em uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar exige que se formule problemas que vão orientar a investigação e análise para a formulação de respostas e conclusões acerca desse determinado problema. Entretanto, para formular problemas é preciso articular conhecimentos da área de ciências humanas e também de outras áreas levando em conta a complexidade da realidade. É necessário desenvolver a capacidade de formular perguntas e problemas que tenham validade para a análise levando em conta que a área está contida em um campo de subjetividades que inclui as dimensões do vivido, seja ele material, simbólico ou metafísico.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A unidade curricular deve tanto discutir autores que se propuseram a formular teorias sobre a formulação de problemas na área quanto realizar exercícios práticos que permitam os estudantes avançar na capacidade de construí-los realizando um projeto de investigação na área.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FAZENDA, Ivani (Org.). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. 12.ed. São Paulo: Papirus, 2012.

LUDKE, Menga (Coord.). **O professor e a pesquisa**. 7.ed. Campinas: Papirus, 2001.

MARTINS, Jorge Santos. **O trabalho com projetos de pesquisa**: do ensino fundamental ao ensino médio. 8.ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

ANDRÉ M. **Pesquisa em Educação**: Buscando Rigor e qualidade. In: Cadernos de Pesquisa, n.113 p.51-64 Julho/2001 disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a03n113>

CHASSOT A. **Alfabetização científica**: uma possibilidade para a inclusão social. In: Revista Brasileira de Educação nº 21, set./dez. 2002, seção Documentos, p. 157-158. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/n22/n22a09>

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola**: o que é, como se faz. 25.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (Org). **Ensino de ciências**: unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2014. 293 p.

GATTI B.A. Pesquisa em Educação e Pós-Modernidade. In: **Cadernos de Pesquisa**, v.35 n.126 p.595-608 Set/Out.2005 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/v35n126/a04n126.pdf>

MAZZOTTI A.J.A. Relevância e Aplicabilidade da Pesquisa em Educação. In: **Cadernos de Pesquisa**, n.113 p.39-50 Julho/2001 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/n113/a02n113.pdf>

4º Semestre

4.1 - UNIDADE CURRICULAR

A ESCOLA E O CURRÍCULO SEGUNDO DIFERENTES ABORDAGENS

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Teorias de currículo. Abordagens tradicional, crítica e pós-crítica. Escola como espaço de cultura. Escola como espaço de reprodução e resistência. Escola como refúgio. Relações entre concepções de conhecimento e concepções de escola. Relações entre concepções de sociedade e de escola. A territorialização dos saberes e suas implicações. Diversidade. Culturas juvenis. Currículo e inclusão.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

O contato com teorias de currículo e diferentes abordagens sobre escola exige necessariamente a proposição de registros e debates para que os estudantes identifiquem e questionem suas representações anteriores aos estudos dessa unidade e ainda para que possam analisar e comparar distintas visões teóricas confrontando-as com o que observam na experiência da residência em escolas da educação básica.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MASSCHELEIN, J.; SIMONS, M.; ANTUNES, C. **Em defesa da escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. (PEARSON)

MOREIRA, A. F. B. **Currículos e programas no Brasil**. 18.ed. Campinas: Papirus, 2012.

ROSA, M. I. P. Currículo como Narrativa: inspirações teóricas a partir de Walter Benjamin e Michel de Certeau, **Teóricos e o Campo do Currículo**. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2012, p. 141–151. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=52156>.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução as teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2013. (PEARSON)

VASCONCELLOS, C. S. **Currículo**: a atividade humana como princípio educativo. 3. ed. São Paulo: Libertad, 2011. 259 p. (Cadernos pedagógicos da Libertad).

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR, F. P. M. O Currículo e a Prática Docente. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. São Paulo, ano 02, Vol. 01. pp. 508-526, abril de 2017. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/o-curriculo-e-a-pratica-docente>.

CANCLINI, N. G. **Diferentes, Desiguais e Desconectados**. Rio De Janeiro: UFRJ, 2015.

CUNHA, I. B. **O currículo escolar e as reformas da rede pública municipal de São Paulo**. São Paulo: Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22102015-142950/pt-br.php>.

GOODSON, I.F.; BRUNETTA, A. (Trad.). **Currículo: teoria e história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. 160 p. (Ciências sociais da educação).

SAUL, A. M.; SILVA, A. F. G. O pensamento de Paulo Freire como referência para pesquisar políticas de currículo, **Teóricos e o Campo do Currículo**. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2012, p. 13 – 30. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=52156>.

4.2 - UNIDADE CURRICULAR

METODOLOGIAS PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS: HISTÓRIA E GEOGRAFIA

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Introdução aos fundamentos de ensino em História e Geografia. Análise de metodologias e procedimentos do ensino nas ciências humanas com ênfase em didáticas para o ensino de História e Geografia, sem que se perca de vista a abordagem interdisciplinar. O ensino de História: recursos, procedimentos e formas de avaliação. O ensino de Geografia: recursos, procedimentos e formas de avaliação. Aulas: planos e registros de aulas.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Pesquisar, analisar e elaborar propostas didáticas para o ensino de História e de Geografia. Essa disciplina necessita ser implementada a partir de práticas de pesquisas, para que o estudante possa, ele mesmo, analisar e planejar aulas das duas disciplinas em destaque.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

CASTELLAR, Sonia V.(org.). Educação geográfica: teorias e práticas docentes. São Paulo: ed Contexto, 2005.

FAZENDA, Ivani C. A interdisciplinaridade um projeto em parceria. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1995.

CAVALCANTI L.S. "Ensinar Geografia para a autonomia do Pensamento: o desafio de superar dualismos pelo pensamento teórico crítico" In: Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 193-203, out. 2011. ISSN 1679-768 Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6563/3563>. Acesso em 01/10/2019.

LIMA F.A.F.;COSTA F.R. A linguagem cartográfica e o ensino-aprendizagem da Geografia: Algumas Reflexões In: **Geografia Ensino & Pesquisa, Vol. 16, n. 2, maio./ago. 2012** Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/7338>. Acesso em 01/10/2019.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BURKE, P. As fronteiras instáveis entre história e ficção. In: **Gêneros de fronteira**: cruzamentos entre histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1997.

CABRINI, CATELLI, MONTELLATO. **História temática**: diversidade cultural e conflitos. 7º ano: Ensino Fundamental. São Paulo: Scipione, 2009 (Coleção História temática).

LUCINI, M. **Tempo, narrativa e ensino de História**. São Paulo: Mediação, 2007.

ALCANTARA V. Importância das atividades de campo no ensino da Geografia e na Educação Ambiental no desenvolvimento da consciência crítica do aluno. In: **Anais do Uso Público em Unidades de Conservação**, v.3, n.7 , 2015 Disponível em:http://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/28918. Disponível em 06/10/2019.

CRUZ H.F.; PEIXOTO M.R.C. Na Oficina do Historiador: conversas sobre História e Imprensa. In: **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007 disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2221/1322>

4.3 - UNIDADE CURRICULAR

TEMAS DE FILOSOFIA

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

A Unidade Curricular (UC) é trabalhada a partir de três temas importantes da Filosofia: Filosofia Moderna – racionalismo e empirismo; Filosofia da Ciência – a provisoriedade da ciência e os paradigmas da ciência normal; Filosofia Política – a tradição ocidental vista por Hannah Arendt. Os estudos desses três temas proporcionarão ao aluno uma perspectiva aprofundada da tradição do pensamento filosófico ocidental a partir de uma crítica interna ao seu próprio desdobramento. Dessa maneira, pontos epistemológicos fundamentais para a formação do discente serão discutidos com o intuito de apurar tanto o seu senso crítico em relação ao pensamento filosófico, como em pensar maneiras de abordar de forma rigorosa tais temas com os alunos do ensino médio a partir de um prisma interdisciplinar, relacionando ciência, política e filosofia.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Trabalhar três temas importantes da tradição filosófica ocidental a partir de uma abordagem interdisciplinar. Os temas de Filosofia Moderna, Filosofia da Ciência e Filosofia Política servem de base epistemológica para a formação do aluno de Ciências Humanas, salvaguardando conhecimento específico da área, e ao mesmo tempo expandindo seus conhecimentos gerais acerca da Ciência, da Política e da própria Filosofia. Ao trabalhar com leituras de textos, análises de materiais audiovisuais e discussões em grupo sobre esses conteúdos, o graduando poderá não só apurar sua formação intelectual, mas pensar em metodologias possíveis para mediar tais temas no ensino médio.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARENDT, Hannah; RAPOSO, Roberto (Trad.). **A condição humana**, 13.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. Trad. Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

POPPER, Karl Raimund; Hegenberg, Leonidas; MOTA, Octanny (trad.). **A lógica da pesquisa científica**. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 2014.

SIQUEIRA, Fátima. **A provisoriedade do conhecimento científico: uma reflexão sobre a filosofia da ciência de Karl Popper** (Revista Brasileira Multidisciplinar). In:

<http://www.revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/249> . Acesso em 10/03/2019.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica (Revista Linha D'água – USP). In: <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728>. Acesso em 10/03/2019.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DESCARTES, René. **O Discurso do método**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2005.

KUHN, Tomas S. **As estruturas das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.

WEFFORT, Francisco. **Os clássicos da política: Burk, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx**. São Paulo: Ática, 2006.

BIRCHAL, Telma de Souza. O cogito como representação e como presença: duas perspectivas da relação de si a si em Descartes (Revista Discurso – USP). In: <http://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/38049> . Acesso em 10/03/2019.

MORAES, Eduardo Jardim. Filosofia e Filosofia Política em Hannah Arendt (Revista Perspectiva – Unesp). In: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/774/635>. Acesso em 10/03/2019

4.4 - UNIDADE CURRICULAR

CARTOGRAFIA I

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Conhecer os fundamentos teóricos da representação gráfica e Cartográfica. Conhecer a história e a importância da Cartografia. Compreender as diferentes concepções da Cartografia atual. Fornecer noções sobre produção cartográfica. Analisar as representações gráficas e cartográficas do ponto de vista da educação geográfica

para o ensino fundamental, bem como os processos que promovem a alfabetização cartográfica. Definir dois grandes campos da cartografia: base e sistemática.

Conceituar a Cartografia, as ciências e técnicas vinculadas à Cartografia: Geodesia e Topografia, Fotogrametria, Sensoriamento Remoto e Sistema de Informações Geográficas.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Compreender os fundamentos cartográficos; compreender e identificar as diferentes formas de representação; elaborar mapas e gráficos, bem como diferentes estratégias para atuar na educação básica com vistas ao uso da cartografia como linguagem.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA R.D.de **Cartografia Escolar** 2.ed., 4ª Reimpressão, São Paulo: Contexto, 2014, 220p.

FITZ, Paulo Roberto. **Cartografia básica: nova edição**. São Paulo: Oficina de Texto, 2008. 143 p.

JOLY, Fernand. **A Cartografia**. 15.ed. Campinas: Papirus, 2011.

ARCHELA, R. S. Evolução Histórica da cartografia no Brasil – Instituições, formação profissional e técnicas cartográficas. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 59, n. 3, 11, 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia/article/view/44889>

RICHTER, D. As mudanças no ensino de geografia para uma ação efetiva da cartografia escolar. **Revista GeoUECE** - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v. 3, nº 4, p. 217-237, jan./jun. 2014. Disponível em <http://seer.uece.br/geoece>

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LIBAULT, A. **Geocartografia**. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1975.

ROCHA, C.H. B. **GPS de Navegação**: para Mapeadores, Trilheiros e Navegadores. Edição do Autor, Juiz de Fora, MG. 124 p., 2003.

CASTRO, José Flávio Moraes. **História da cartografia e cartografia sistemática**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

MOURÃO A.E.; LUCAS E.E. Ações investigativas e didáticas no processo de formação de professores e nas práticas em educação da cartografia no Ensino Médio. In: Revista do Instituto de Ciências Humanas, v.10, n.13, 2015 p.53-65 Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/view/11015/8827>

THOFEHRN H.A. Um Rápido e Sucinto Perfil da Cartografia Contemporânea” In: **Boletim Gaúcho de Geografia**, UFRGS, Porto Alegre, 7:17-24, jun., 1979 Disponível em: <http://seer.ufrgs.br> em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37640/24291>

4.5 - UNIDADE CURRICULAR

BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ATUALIDADE

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Análise das bases econômicas, sociais e políticas da reorganização constitucional no Brasil: a redemocratização pós-regime militar. As resistências populares e estudantis ao golpe de 1964. O legado das lutas contra a ditadura nos campos das artes, movimentos sociais e na consciência de cidadania. A difícil trajetória rumo a democratização e as reações dos grupos conservadores à democratização do país. Compreensão do debate sobre instituições políticas e gestão de governo no Brasil pós 1988. Estudo dos recentes dilemas institucionais da democracia brasileira: diagnóstico geral e perspectivas. Análise das questões relativas ao desenvolvimento social, político e econômico do país no cenário contemporâneo. Interpretação da cultura e política cultural no Brasil atual. As perspectivas de pensadores brasileiros contemporâneos sobre o Brasil atual.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Partir da experiência do estudante para propiciar a compreensão do seu lugar em uma perspectiva histórica, social, filosófica e geográfica. Levantamento de questões sobre o Brasil presentes no repertório cultural dos estudantes. Por meio de debates, análises de textos e produção escrita dos estudantes, ampliar condições de análise do momento atual brasileiro em seus aspectos sociais, políticos e culturais.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia editora Nacional, 2002.

POCHMANN, Márcio. **Brasil sem industrialização**: a herança renunciada. São Paulo: Editora, UEPG, 2016.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista brasileira de História. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

CANO, Wilson. **Industrialização, desindustrialização e políticas de desenvolvimento**. Revista Faac, São Paulo. v.1, n.2, 2011.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MORAES, Mario Sergio. **50 Anos Construindo a Democracia – Do Golpe de 64 à Comissão da verdade**. São Paulo: Gutenberg; Edição: 1ª, 2014.

GOMES, Marco Emilio. **A Constituição de 1988, 25 anos – A construção da Democracia e Liberdade de expressão: O Brasil antes, durante e depois da Constituinte**. São Paulo: Inst V. Herzog, 2013.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7.ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

ACARY, Valério. Peculiaridade da história política do Brasil contemporâneo: notas para um balanço do ciclo de supremacia do PT e da Cut. In: **DOSSIÊ - América Latina: nova fase de múltiplos embates**. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/downloads/pdf_19_20/12.pdf Acesso em 1/10/2019.

SALLUM, Brásilio e GOULART, Jefferson. O estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. In: **Rev. Sociol. Polit.**, v. 24, n. 60, p. 115-135, dez. 2016. Disponível em: <<
<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v24n60/0104-4478-rsocp-24-60-0115.pdf>>> acesso em 01/10/2019.

4.6 - UNIDADE CURRICULAR

FUNDAMENTOS DA TRANSDISCIPLINARIDADE (EAD)

Carga horária semanal: 3 aulas - Carga horária total: 60 horas

A. EMENTA

Compreender as semelhanças e as diferenças entre as abordagens interdisciplinar e transdisciplinar. A polissemia de sentidos da palavra transdisciplinar. O caráter utópico da abordagem transdisciplinar. Abordagem transdisciplinar em Ciências Humanas. Novos campos de saber a partir dos encontros entre disciplinas. Transdisciplinaridade no Ensino Fundamental II, no Ensino Médio e no Ensino Superior.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Levantamento das representações, conceitos e imagens dos estudantes a respeito da palavra transdisciplinaridade. A partir de debates e elaboração de sínteses escritas individuais, ampliar e construir o conceito de transdisciplinar e sua importância para o ensino em CH. Elaborar projeto de ensino transdisciplinar.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

JAPIASSU, Hilton. **O Sonho Transdisciplinar e as Razões da Filosofia**. São Paulo. Imago. 2006.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma - reformar o pensamento**. Trad. E.Jacolibina, Rio de Janeiro, E.Bertrand Brasil, 2000.

PENA-VEGA, Alfredo e NASCIMENTO, Elimar P. (Org.). **O pensar complexo**. Rio de Janeiro, Garamond, 1999.

AKIKO, Santos. **O que é Transdisciplinaridade**. In: http://ufrj.br/leprtrans/arquivos/O_QUE_e_TRANSDISCIPLINARIDADE.pdf . Acesso em 10/03/2018.

CORREA, Fernando. **Transdisciplinaridade: contributos epistemológicos para uma educação mediadora nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/6858_4968.pdf . Acesso em 10/03/2018.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Celso. **Histórias mínimas: um projeto para trabalhar a interdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 2011

AQUINO, Julio Groppa. **Instantâneos da escola contemporânea**. Campinas: Papirus, 2007.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean; SIMAN, Lana Mara; MONTEIRO, Heloísa; SETTINERI, Francisco (Trad.). **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre, RS: Artmed; Belo Horizonte, MG: UFMG, 1999.

JOSGRILBERT, Maria de Fátima Viegas; SUANNO, João Henrique; JOSGRILBERT Alessandra V. **Currículo Transdisciplinar para a educação superior com base no autoconhecimento**. In: http://uece.br/eventos/spcp/anais/trabalhos_completos/247-38277-31032016-163230.pdf. Acesso em 10/03/2019.

AKIKO, Santos. **Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido**. In: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/07.pdf>. Acesso em 10/03/2019.

5º Semestre

5.1 - UNIDADE CURRICULAR

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Aspectos históricos, princípios e funções da avaliação educacional. Qualidade social da Educação e sua implicação nas políticas educacionais de avaliação. Diferentes níveis da avaliação educacional. Avaliação de sistema e efeitos sobre currículo. Avaliação formativa: princípios e práticas para aprendizagem. O uso pedagógico das avaliações externas e internas. Avaliação institucional na escola e avaliações multidimensionais. Compreensão dos indicadores educacionais: conceito e aplicações em processos institucionais.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

O ponto de partida para o estudo da avaliação educacional serão as representações dos estudantes e suas experiências com relação as práticas avaliativas vidas na educação básica e no próprio ensino superior, sendo a aula, espaço de construção do conhecimento e superação da visão de avaliação como processo de

exclusão.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BONAMINO, A. / SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola, **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/aopep633.pdf>.

DEPRESBITERIS, L. TAVARES, M. R. **Diversificar é preciso...** Instrumentos e Técnicas de Avaliação de Aprendizagem. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

FREITAS, D. N. T. Avaliação e Gestão Democrática na Regulação da Educação Básica Brasileira: uma Relação a Avaliar, **Educação & Sociedade**. Campinas: Centro de Estudos Educação e Sociedade, v. 28, n. 99, maio-agosto, 2007, pp. 501-521. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n99/a11v2899.pdf>.

FREITAS, L. C. de. *et al.* **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. 4ªed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

SANTOS, L. (org.). **Avaliar para aprender**: relatos de experiências de sala de aula do pré-escolar ao ensino secundário. Porto: 2010.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUSA, S. Z. Avaliação nas Políticas Educacionais Atuais Reitera Desigualdades, **Revista Adusp**. São Paulo: Revista Adusp, p. 53-59, 2010. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/especializacao/cursos/Gestao_Educacional/Materiais%20das%20Disciplinas/Avalia%E7%E3o%20Institucional/AVALIA%C7AO%20ZAKIA%20e%20LOPES.pdf.

SOUSA, S. Z. Concepções de Qualidade da Educação Básica Forjadas por meio de Avaliações em Larga Escala, **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 19, n. 2, p. 407-420, jul. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v19n2/a08v19n2.pdf>.

VILASBOAS, B. F. (org.). **Avaliação formativa: Práticas inovadoras**. Campinas, SP: Papirus, 2011.

5.2 - UNIDADE CURRICULAR

VIVÊNCIAS PARA A PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE (EAD)

Carga horária semanal: 3 aulas - Carga horária total: 60 horas

A. EMENTA

A Instituição escola: sua dinâmica e equipe. Inserção ressignificada do estudante na escola: de aluno para professor em formação. A complexidade inerente ao trabalho educacional: o processo de ensino e de aprendizagem, gestão da sala de aula, da escola e das relações profissionais a partir do contexto vivenciado e de percepções e inquietudes detectadas pelo residente. Relação entre o ambiente escolar e as comunidades interna e externa à escola. Relato descritivo-analítico da instituição escolar.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Socialização sistemática das questões identificadas pelos estudantes nos diferentes processos da Residência Educacional e da respectiva orientação nos subgrupos. Organização da investigação que tem como foco central as escolas em que se desenvolve a Residência Educacional. Produção e análise de narrativas, diário de campo, entrevistas, gravações em vídeo ou áudio, fotografias outras formas de registro. Construção de um portfólio pelo residente com o registro e reflexões sobre o percurso de formação vivenciado.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FAZENDA, I. C. A; TAVARES, D. E.; GODOY, H. P. **Interdisciplinaridade na pesquisa científica**. Campinas, SP: Papirus, 2015. (Coleção Práxis).

GILSON OLIVEIRA, G.; OLIVEIRA, A. L.; GOMES DE MESQUITA, R. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a Pesquisa em Educação. **Educação & Realidade**, vol. 38, núm. 4, outubro-diciembre, 2013, pp. 1327-1349, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

ANDRE, Marli D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 2005.

SKLIAR, C. A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros "outros". **Ponto de Vista** - Revista de Educação e processos inclusivos, Florianópolis, n.5, 2003, p.37-49

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES DA SILVA JR, C. **A escola pública como objeto de estudo**. Revista Pesquisa Qualitativa, v. 4, n. 4, 2016.

AQUINO, Julio Groppa. **Instantâneos da escola contemporânea**. Campinas: Papirus, 2007.

ZANETTE, Marcos Suel. Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 65, p. 149-166, jul./set. 2017.

PEIXOTO, Ana Maria Cassanata; PASSOS, Mauro (Org.). **A escola e seus atores**: educação e profissão docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 224 p.

VILLAS BOAS, B.M.F. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas: Papirus, 2005.

5.3 - UNIDADE CURRICULAR

METODOLOGIAS PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS: FILOSOFIA E SOCIOLOGIA

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

A unidade curricular começa fazendo uma introdução aos fundamentos de ensino em Filosofia e Sociologia voltados para a Educação Básica em geral. A seguir, passa-se a analisar certas metodologias e procedimentos do ensino nas ciências humanas com ênfase em didáticas para o ensino de Filosofia e Sociologia no ensino médio. São destacadas perspectivas interdisciplinares voltadas para o trabalho com essas duas unidades curriculares, trazendo exemplos de práticas pedagógicas nas quais o ensino de Filosofia e Sociologia ocorrem em conjunto e diálogo constante com outras áreas do conhecimento. Para que se faça notar a importância disso, tanto com relação ao ensino de Filosofia quanto ao de Sociologia, serão analisadas algumas das principais abordagens metodológicas existentes, bem como certos recursos, procedimentos

pedagógicos e avaliações adotadas por professores da Educação Básica que trabalham com Filosofia e Sociologia.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Pesquisar, analisar e elaborar propostas didáticas para o ensino de Filosofia e de Sociologia. As pesquisas a respeito de metodologias de ensino servirão de referências para a criação dos estudantes de propostas de aulas, específicas para cada uma das disciplinas e para projetos interdisciplinares que envolvam Filosofia e Sociologia.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

CERLETTI, Alejandro A. **O ensino de filosofia como problema filosófico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009

GALLO, Silvio e GOTO, Roberto. **Da Filosofia como disciplina: desafios e perspectivas**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

GALLO, Silvio. A Filosofia no Ensino Médio: a favor da Filosofia que chega depois.

SOUSA, Maria Dôres; VIEIRA, Maria Alveni Barros. PERCURSOS DA SOCIOLOGIA NOS CURRÍCULOS DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL: o que dizem professores e alunos?

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRIDI, Maria Aparecida; ARAUJO, Silvia Maria; MOTIM, Benilde Lenzi. **Ensinar e aprender sociologia no ensino médio**. São Paulo: Contexto, 2012. (PEARSON)

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

DANTAS, R. Filosofia, educação e história. In: KOHAN, W. (Org.). **Ensino de filosofia: perspectivas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano Nacional para o Livro Didático (PNLD)**. In: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000017021.pdf> . Acesso em 01.08.2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Curso de especialização em ensino de Sociologia para o ensino médio.** In: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401702/1/Curso%20de%20Especializa%C3%A7%C3%A3o%20em%20Ensino%20de%20Sociologia%20para%20o%20Ensino%20M%C3%A9dio_Mod_1.pdf . Acesso em 01.08.2019.

5.4 - UNIDADE CURRICULAR

A PESQUISA NO ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Aprofundamento da investigação sobre a especificidade do trabalho pedagógico em Ciências Humanas e as tendências contemporâneas. Pesquisa e análise de propostas, programas, orientações didáticas e curriculares que valorizam e explicitam a importância da pesquisa na educação básica em geral e no ensino de CH em particular. Observação, registros e leituras de informações levantadas em pesquisas realizadas na escola básica. Reflexão sobre exigências e parâmetros da pesquisa realizada na escola básica.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A pesquisa será abordada centralmente por meio de pesquisa, ou seja, além de entrarem em contato reflexivo com tendências contemporâneas em pesquisa na área de Ciências Humanas, os estudantes serão orientados para pesquisarem propostas curriculares e planos de ensino que contemplem a pesquisa em sala de aula. Serão orientados ainda para elaborarem planos de aulas que incluam a pesquisa em cada uma das disciplinas da área.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FAZENDA, Ivani (Org.). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. 12.ed. São Paulo: Papyrus, 2012.

LUDKE, Menga (Coord.). **O professor e a pesquisa**. 7.ed. Campinas: Papyrus, 2001. 111 p.

MARTINS, Jorge Santos. **O trabalho com projetos de pesquisa: do ensino fundamental ao ensino médio**. 8.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001. 140 p

ANDRÉ M. Pesquisa em Educação: Buscando Rigor e qualidade. In: **Cadernos de Pesquisa**, n.113 p.51-64 Julho/2001 disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a03n113>

CHASSOT A. Alfabetização científica: uma possibilidade para a inclusão social. In: **Revista Brasileira de Educação** nº 21, set./dez. 2002, seção Documentos, p. 157-158. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/n22/n22a09>

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola**: o que é, como se faz. 25.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (Org). **Ensino de ciências**: unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2014

GATTI B.A. Pesquisa em Educação e Pós-Modernidade. In: **Cadernos de Pesquisa**, v.35 n.126 p.595-608 Set/Out.2005 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/v35n126/a04n126.pdf>

MAZZOTTI A.J.A. Relevância e Aplicabilidade da Pesquisa em Educação. In: **Cadernos de Pesquisa**, n.113 p.39-50 Julho/2001 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/n113/a02n113.pdf>

5.5 - UNIDADE CURRICULAR

CONSTRUÇÃO DO ESTADO E DA DEMOCRACIA MODERNA

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Estudo sobre a formação do Estado Moderno. Compreensão do contexto de seu surgimento, de suas bases filosóficas e do ideal democrático de participação política. Discussão da relação entre Estado e Democracia sob os enfoques filosófico, históricos e sociológico. Caracterização dos estudos da Ciência Política sobre as diversas concepções de Democracia, de tirania e das ditaduras. Análise da cidadania, da participação política e das instituições democráticas contemporâneas. Estudo comparativo da democracia, com ênfase no pensamento grego do período clássico e dos

teóricos contemporâneos. Análise das continuidades e diferenças da democracia dos gregos antigos, comparada à contemporânea respeitando-se os tempos históricos. Reflexão sobre as regras do jogo democrático contemporâneo e sobre as democracias direta e representativa.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

B. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Leitura e análise de textos clássicos sobre os conceitos de Estado e democracia. Perspectiva comparada da democracia grega e moderna. Pesquisa sobre o sentido da democracia na contemporaneidade.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, M. L. de A. Grandes temas de política. In: **Maquiavel: a lógica da força**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1993.

HOBSEBORN, Eric J. A Era da Guerra Total. In: **A Era dos Extremos: o breve Século XX**, São Paulo, Cia. Das Letras, 1995.

HOBSEBORN, Eric J. A Era da Revolução Mundial. In: **A Era dos Extremos: o breve Século XX**, São Paulo, Cia. Das Letras, 1995.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**, São Paulo, Contexto, 2014. (PEARSON)

REIS FILHO, Daniel Aarão. **As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético**. São Paulo: UNESP, 2004.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HOBSEBORN, Eric J. A Revolução Industrial In: **A Era das Revoluções: 1878/1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOBSEBORN, Eric J. A Revolução Francesa In: **A Era das Revoluções: 1878/1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOBSEBORN, Eric J. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo. Cia. Das Letras, 2007.

LOUREIRO, Isabel Maria. **A Revolução Alemã**. São Paulo. UNESP, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético**. São Paulo: UNESP, 2004

5.6 - UNIDADE CURRICULAR

BRASIL REPÚBLICA

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Estudo da formação do Brasil republicano: Investigação e análise do processo de construção e consolidação do Estado Nacional no Brasil e das questões relativas à cidadania e aos direitos. Análise da abolição como um processo parcial que não transformou o escravo em cidadão mantendo os negros aprisionados nos piores trabalhos e sem cidadania. Reflexões sobre o acirramento do racismo e do sexismo no período pós-abolição. Apagamento das memórias das lutas dos negros no Brasil e estudo do papel e da riqueza das produções artísticas, culturais e religiosas desse grupo social. Discussão das questões relativas à reorganização do Estado brasileiro e de seu papel político e social a partir da Revolução de 1930. Estudo e análise do processo de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais no Brasil no pós 1930. Caracterização do nacionalismo, populismo e do desenvolvimentismo e suas relações com a instauração da ditadura militar em 1964. Exame da historiografia brasileira contemporânea sobre o período: novos temas e abordagens. As políticas desenvolvimentistas e liberais.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Leitura e análise de textos relacionados ao período que possam estabelecer a dinâmica de alternância entre democracia e ditadura, além de analisar os vários sujeitos sociais presentes e os conflitos presentes. Reflexão sobre fontes históricas e CIÊNCIAS HUMANAS a serem utilizadas para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas para estudar o período na educação básica.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREU, A. A. de. **A democratização no Brasil: atores e contextos**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque. História Geral da Civilização Brasileira (t. II). **Brasil Monárquico: Do Império república**. (v. 7). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FAUSTO, Boris. História Geral da Civilização Brasileira (t.III), **O Brasil Republicano: Estrutura de poder e economia (1889 -1930)**. (vol.8) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

KINZO. Maria D'alva G. **A democratização brasileira**: um balanço do processo político desde a transição. Revista São Paulo em Perspectiva, 15(4) 2001.

LAFER, Celso. O Significado de República. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2. n. 4, p. 214 -224, 1989.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AQUINO, M. A. de. **Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978)**. Bauru: Edusc, 1999.

CASALECCHI, J. Ê. **O Brasil de 1945 ao golpe militar**. São Paulo: Contexto, 2002. (PEARSON)

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MATTOS, Ilmar Rohrloff de. Do Império à República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. v.2, n.4, 1989, p. 163 -171.

ELIAS, Daniel Lopes. República: conceito presente no pensamento político e social brasileiro. IN: **XIV Encontro Regional da ANPUH: memória e Patrimônio**. Disponível em: <<
http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276657738_ARQUIVO_Texto daANPUH.pdf>> acesso em 03/10/2019.

6º Semestre

6.1 - UNIDADE CURRICULAR

ESTADO, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Compreensão da organização do Estado: setores, território e desigualdades. Como se organizam educação e escolas no Brasil contemporâneo. Políticas educacionais atuais no Brasil. Movimentos e lutas em torno de políticas públicas que organizam sistemas de ensino. Compreensão de aspectos históricos da educação. Políticas públicas inclusivas voltadas às classes populares: direito à educação, universalização da educação básica e atendimento às pessoas com deficiência. Educação de Jovens e Adultos.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A partir de Estudos de caso, refletir sobre a Educação e escola como experiências históricas e de contextos sociais específicos. Análise de fontes históricas: documentos, legislação, imagens, literatura, filmes e estudo do meio.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. DISPONÍVEL EM: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf.

CABANES, R.; GEORGES, I.; TELLES, V. **Saídas de Emergência**. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Ed. BOITEMPO, 2011.

FELTRAN, G. S. Crimen y castigo en la ciudad. Repertorios de la justicia, Pcc y reducción de homicidios en São Paulo. In: RENOLDI, B.; ÁLVAREZ, S.; MALDONADO ARANDA, S. (org.). **Estado, violencia y mercado**: conexiones etnográficas en América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Antropofagia, 2017, p. 99-123.

MARX, Karl.; ENGELS, Friederich. **Manifesto Comunista em quadrinhos**. (Adaptação: Martin Rowson). São Paulo: Ed. Veneta, 2018.

PALMA FILHO, J. C. **Política Educacional Brasileira** - Educação Brasileira numa década de incerteza (1990-2000): avanços e retrocessos. São Paulo: CTE - Editora, 2005.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**. São Paulo: UNESP, 2000.

KOGA, D. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social & Sociedade**. v.16, n.1, p. 30-42, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/download/17972/14622>.

L'ECUYER, C. **Educar na Realidade**. São Paulo: Ed. Loyola, 2019.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção docência em formação).

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a15.pdf>.

6.2 - UNIDADE CURRICULAR

OFICINA DE RECURSOS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Investigações sobre a especificidade do trabalho pedagógico em Ciências Humanas e as tendências contemporâneas no âmbito dos recursos didáticos para Ciências Humanas. Projetos para criação de recursos didáticos-pedagógicos inovadores utilizando diferentes CIÊNCIAS HUMANAS em cada uma das disciplinas da área e em abordagens disciplinares.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Pesquisas e criações de recursos didáticos com o cuidado de se estabelecer relações entre recursos e concepções de ensino que favoreçam aprendizagem criativa. Identificar relações entre concepções de ensino e aprendizagem e recursos didáticos.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997. (PEARSON)

BONINI, Andre Marciel e LOMBARDO, Magda Adelaide. **Internet e multimídia no ensino médio: avaliação prática no ensino de geografia na escola pública.** Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/downloads/2004/internet.pdf>>. Acesso em: 19 de Ago. de 2018.

COSTA, Armando João Dalla. **O ensino de história e suas CIÊNCIAS HUMANAS.** Curitiba: Intersaberes, 2012 (Coleção Metodologia do Ensino de História e Geografia; v. 7). (PEARSON)

NIQUELE, Jane Lopes Gaspar e ASALIN, Gilmar Aparecido. **O uso de fotografia no ensino de Geografia: uma experiência com os alunos do sexto ano do Ensino Fundamental.** Curitiba, Governo do Estado/Secretaria da Educação, 2016, Disponível em http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_geo_unespar-paranavai_janelopesgaspar.pdf

RUDNICK, Rosane & SOUZA, Sandra de. **O ensino de geografia e suas CIÊNCIAS HUMANAS.** Curitiba: InterSaberes, 2012 (Coleção Metodologia do Ensino de História e Geografia; v. 8). (PEARSON)

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRABANT, Jean-Michel de. Crise da Geografia, **Crise da Escola/ Para onde vai o ensino de geografia?** Ariovaldo Umbelino de Oliveira (org.). 9.ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto. 2010, p.17.

CARVALHO, J.S.F. de. **Construtivismo. Uma pedagogia esquecida da escola.** Porto Alegre (RS): Artmed, 2001.

CASTELLAR, Sonia e VILHENA, Jerusa. **Ensino de Geografia.** Coleção Ideias em ação. CENGAGE Learning, 2011

FONSECA, Selva Guimarães, **Caminhos da História Ensinada.** Campinas: Papirus, 1994. (Col. Magistério, Formação e Trabalho Pedagógico).

----- **Didática e prática de ensino de História: experiência, reflexões e aprendizados.** Campinas: Papirus, 2003.

6.3 - UNIDADE CURRICULAR

MULTILETRAMENTOS: INFOGRÁFICOS, TABELAS, GRÁFICOS, MAPAS E REPRESENTAÇÕES VISUAIS DIVERSAS

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Estudo e problematização sobre o uso de infográficos, tabelas mapas e outras representações visuais no ensino de ciências humanas. Abordagem crítica dos temas, na perspectiva filosófica de cartografia como metodologia educacional e da educação para a cultura visual. Experimentação prática do uso de recursos visuais em contextos educacionais.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A ideia para esta disciplina é levar os estudantes a um percurso de conhecimento, análise e experimentação em torno de diferentes representações visuais, no contexto do ensino das ciências humanas, tendo como base a educação para a cultura visual e a perspectiva filosófica de cartografia como metodologia educacional, que se apresenta como uma aposta frente ao desafio de acompanhar processos, lançando mão de um método igualmente processual. Os estudantes poderão produzir infográficos, tabelas mapas e outras representações visuais, bem como se apropriar de incontáveis produções existentes, de diferentes épocas e períodos, para a elaboração de projetos. É proposto como trabalho de avaliação e síntese de todo o processo a elaboração de um material editorial – livros, revista, blog, ... – como convergência de diferentes representações visuais estudadas.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FITZ, Paulo Roberto. **Cartografia básica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008 (PEARSON)

HERNÁNDEZ, Fernando. **Catadores da cultura visual – Proposta para uma nova narrativa educacional**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

CURI, Edda e NASCIMENTO, Julia de Cassia Pereira. O ensino de gráficos e tabelas nos anos iniciais do Ensino Fundamental: resultados nas várias instâncias curriculares. In: **EM TEIA – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana** - vol. 7 - número 1 – 2016. Disponível em: <<file:///C:/Users/UInstrutor/Downloads/3886-8375-1-PB.pdf>> Acesso em 03/10/2019.

BECKER, Elisabeth Léia e MARTINS, Glauco dos Santos. Cartografia, infográfico e o estudo do lugar. In: **Globalização em Tempos de Regionalização** – Repercussões no Território Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 9 a 11 de setembro de 2015. Disponível em: << <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/13447/2614>>> acesso em 03/10/2019.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BURKE, Michel; WILDBUR, Peter. **Infografica**. Barcelona: Gustavo Gili, s/d.

COSTA, Valéria Machado e TAROUÇO, Margarida Rockenbach. Infográfico: característica, autoria e uso educacional. In: **CINTED-UFRGS Novas Tecnologias na Educação** V. 8 N° 3, dezembro, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/renote/article/viewFile/18045/10633>. Acesso em 03/10/2019.

LAURICELLA, Christiane Mazur. **Conversando sobre funções, fórmulas, tabelas e contagens**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2014.

LIMA, Gabriella Araújo de Lima e CASTELÃO, Evandro de Melo. Infográfico: produção e possibilidades no uso educacional do ensino de Geografia. In: **Ens. Tecnol. R., Londrina**, v. 3, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2019. Disponível em: <<file:///C:/Users/UInstrutor/Downloads/9944-36842-1-PB.pdf>> acesso em 03/10/2019

MARTINELLI, Marcello. **Mapas da geografia e cartografia temática**. São Paulo: Contexto, 2010. (PEARSON)

6.4 - UNIDADE CURRICULAR

(RE)APRENDENDO O OLHAR: DISPOSITIVOS INVESTIGATIVOS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO (EAD)

Carga horária semanal: 1 aula - Carga horária total: 20 horas

A. EMENTA

Essa UC atende a demanda de introduzir os estudantes no contexto de pesquisa e ambientá-los para o TCC. Tipos de produções de conhecimento científico. O método científico e a produção do conhecimento A pesquisa na universidade. Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa. Caminhos do método científico. Percursos quantitativos e qualitativos. Produção de dados (quantitativo e qualitativo). Leitura dos dados (quantitativo e qualitativo). As linguagens e a expressão da pesquisa. Fundamentos éticos e legais na pesquisa. Escrita e normas acadêmicas

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A disciplina proporciona aos estudantes o conhecimento sobre os diferentes tipos de pesquisa (quantitativa e qualitativa), abarcando seus pontos fundantes auxiliando na escolha daquele que mais se alinhe às pretensões da pesquisa, desde o levantamento do problema até a produção e análise dos dados. Faz-se presente também o reconhecimento da escrita acadêmica como uma das possibilidades de escrita da pesquisa, apresentando as múltiplas linguagens e suas potencialidades para tais pretensões, considerando as temáticas legais, como termos, autorizações, uso de imagens e comissões de ética.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, A. J. F.; LEHFELD, N. A. S. **Metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson, 2006.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, B.; IRWIN, R. L. (Orgs.) **Pesquisa Educacional Baseada em Arte: A/r/tografia**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. 22ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2009

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. **Pesquisa pedagógica: do projeto à implementação**. São Paulo: Artmed, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, I. B.; ALVES, N.; BARRETO, R. G. (orgs). **Pesquisa em educação: métodos, temas e linguagens**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

ZAMBONI, S. **A pesquisa em arte: um paralelo entre arte e ciência**. Campinas: Autores associados, 2012.

MASCHLEIN, J. O aluno e a infância: a propósito do pedagógico, **Educ. Soc.**, Campinas, vol.24, n.82, p.281-288, abril 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a19v24n82.pdf>.

6.5 - UNIDADE CURRICULAR

FORMAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DO BRASIL

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Nesta Unidade Curricular (UC) teremos, em um primeiro momento, uma perspectiva de resgate histórico da expansão do território brasileiro para destacar as relações sociais e sua influência sobre o pensamento político e econômico no Brasil. Desta maneira, será discutido o papel do Estado na distribuição de terras, a formação do coronelismo, da grilagem e da “lógica do favor” no âmbito da política e da economia. Ao chegar aos estudos que abordam o século XX e a consequente industrialização do país, serão destacados autores que dialogam com a ideia de que o Brasil se desenvolveu economicamente sem abandonar as relações arcaicas na vida social e política, o que traz a perspectiva da tese da chamada “dialética das ideias fora do lugar”, de Roberto Schwarz. A partir deste ponto, outros autores serão trazidos para a discussão, tais como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira. O intuito é pesquisar autores que trabalham com a ideia de dialética entre o arcaico e o moderno e, com isso, como esse movimento forma nosso pensamento político e econômico até a contemporaneidade.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Análise dos elementos constitutivos da formação territorial, política e econômica brasileira por meio de textos, filmes e debates acerca da formação histórica do país levando em conta também os aspectos ambientais.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista – Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SCHWARZ, Roberto **As ideias fora do lugar**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

PAULO, João Antônio. **Caio Prado Júnior e o desenvolvimento econômico brasileiro**. In: file:///C:/Users/Instrutor/Downloads/11869-28456-1-SM%20(1).pdf . Acesso em 01.08.2019.

DAECTO, Marisa. **Breve evolução da política no Brasil, Caio Prado Jr.** In: <http://www.revistas.usp.br/dissenso/article/view/105034> . Acesso em 01.08.2019.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIAS, M. O. L. S. **A interiorização da Metrópole (1808-1853)**. In: DIAS, M. O. L. S. 1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 6ªed. São Paulo: Globo, 2006.

PRADO Jr., Caio. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo. Brasiliense. 1ª.ed. 1957.

PERES, Paulo. **A cordialidade brasileira: um mito em contradição**. In: <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/artigo/5-Agosto-14-Dossie-Paulo-Peres.pdf> . Aceso em 01.08.2019.

FERREIRA, Neylor dos Santos. **Elementos para uma discussão da obra de Chico de Oliveira (1964 – 1985)**. In: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364909709_ARQUIVO_ANPUH2013-ElementosparaumadiscussaodaobraChicodeOliveira.pdf . Acesso em 01.08.2019.

6.6 - UNIDADE CURRICULAR

CARTOGRAFIA II

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Definição da Cartografia Temática. Avaliação e análise da informação geográfica; Formas de representação da Cartografia Temática nas implantações pontual, linear e zonal, considerando os fenômenos qualitativos, quantitativos, estáticos e dinâmicos. Execução, leitura, análise e interpretação de Cartas Temáticas. Análise e compreensão da cartografia escolar. A alfabetização cartográfica e o pensamento espacial.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Organização de dados e elaboração de mapas temáticos; compreender gráficos e tabelas. Compreender o princípio do pensamento espacial em crianças do ensino fundamental I e II; Analisar cartas e mapas temáticos.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Rosângela. **Cartografia Escolar** (org.) São Paulo, Contexto, 2007. (PEARSON)

_____. (org.) **Novos Rumos da Cartografia escolar**: currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo, Contexto, 2012. (PEARSON)

Le SANN, Janine. **A caminho das noções básicas de geografia**. Uma proposta metodológica. Belo Horizonte. Dimensão, 2001.

Sann, J. (2011). O papel da cartografia temática nas pesquisas ambientais. **Revista Do Departamento De Geografia**, 16, 61-69. <https://doi.org/10.7154/RDG.2005.0016.0006>

MARTINELLI M.; GRAÇA A.J.S. Cartografia Temática: Uma Breve História Repleta de Inovações. In: **Revista Brasileira de Cartografia** (2015), Nº 67/4 - Edição de Cartografia Histórica: 913-928 Sociedade Brasileira de Cartografia, Geodésia, Fotogrametria e Sensoriamento Remoto.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Rosângela. **Do desenho ao Mapa**: iniciação cartográfica na escola. São Paulo, Contexto, 2001. (PEARSON)

ANJOS, Rafael Sanzio dos. **Coleção África-Brasil**: cartografia para o ensino-aprendizagem. 2. ed. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005. v. 1. 8 mapas temáticos com escalas variadas. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/30506>. Acesso em 03/10/2019

ARCHELA R.S. Contribuições da semiologia gráfica para a cartografia brasileira. In: **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 45-50, jan./jun. 2001 Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10214/9032>. Acesso em 03/10/2019

LIBAULT, A. **Geocartografia**. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1975.

MARTINELLI, Marcelo. **Curso de Cartografia Temática**. São Paulo, Contexto, 1991.

6.7 - UNIDADE CURRICULAR

GEOSSISTEMAS (EAD)

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Compreender o processo de formação dos recursos naturais no mundo, relacionando com a dinâmica da Terra. Entender a obtenção de energia a partir de diferentes recursos naturais tais como: fósseis, biomassas, hidrelétrica e nuclear tendo como referência a história da ciência e o desenvolvimento econômico. Entender o uso dos recursos naturais relacionado ao desenvolvimento econômico, tecnologia e consumo no capitalismo. Entender as disputas geopolíticas dos territórios com alta capacidade de recursos minerais. Compreender o conceito de biogeografia e a relação com a Teoria de Geossistema, para entender as políticas ambientais. Analisar os diferentes usos dos recursos naturais, na cidade e no campo, bem como as concepções que influenciam a educação ambiental (preservacionista, conservacionista, por exemplo).

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Compreender:

1. Biogeografia: conceito, bases teóricas, a perspectiva ecológica e a histórica.
2. A Ecologia na interpretação biogeográfica: variação geográfica no ambiente físico; os limites da distribuição das espécies; ecologia de comunidades.
3. Princípios de evolução biogeográfica e a Biogeografia histórica: o passado da vida na Terra; especiação, extinção e dispersão; endemismo e a reconstituição histórica.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRANCO, Adriano M. **Política Energética e Crise de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002. GOLDEMBERG, J. (Coordenador). **Energia e**

Desenvolvimento Sustentável – Série Sustentabilidade. Editora Blucher. São Paulo, 2010.

TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M. C. M. de; FAIRCHILD, T. R.; TAIOLI, F. (Orgs.). – 2000 – **Decifrando a Terra**. São Paulo, Oficina de Textos.

TODD, D.K. - 1959 - **Hidrologia de águas subterrâneas**. Edgard Blücher, São Paulo – SP.

COELHO M.; MIRANDA E.; WANDERLEY L.J. GARCIA T.C. Questão energética na Amazônia: disputa em torno de um novo padrão de desenvolvimento econômico e social In:**Novos Cadernos NAEA** v. 13, n. 2, 2010 Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/475> acesso em 28 Set.2019

Giesbrecht, M.D.; Di Giulio G.M.; Ferreira, L.C. Brasil e a questão energética no debate sobre mudanças ambientais globais (2015). Disponível em: <https://bdpi.usp.br/item/002733368> acesso 30 Set.2019

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Reynaldo. **Energia para um Novo Mundo**. Rio de Janeiro, CREA – RJ, 2007.

HEWITT, P. G. **Física Conceitual**. Editora Bookman. Porto Alegre, 11ª Edição. 2001.

MARTIN, Jan-Marie. **A Economia Mundial da Energia**. São Paulo, Editora Unesp, 1992.

MENDES J.N. “ A política energética no contexto das dinâmicas globais” In: **Relações Internacionais** n.28 Lisboa dez. 2010, Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000400010 acesso em 29 Set.2019

FREITAS, Josenildo da Silva Freitas y Josimar da Silva (2018): Matriz energética amazônica: convencional ou renovável?. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, (diciembre 2018). Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/oel/2018/12/matriz-energetica-amazonica.html> acesso em 26 de Set. 2019

7º Semestre

7.1 - UNIDADE CURRICULAR

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (EAD)

Carga horária semanal: 1 aula - Carga horária total: 20 horas

A. EMENTA

Elaboração do Trabalho de conclusão de curso tendo como referência as Normas aprovadas pelo Colegiado do Curso, utilizando conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos sob orientação docente. Compreensão dos procedimentos científicos a partir de um estudo de um problema na área da educação, prioritariamente, voltado para a educação básica; desenvolvimento de habilidades relativas às diferentes etapas do processo de pesquisa; aplicação de um protocolo de pesquisa; elaboração e apresentação de relatório de pesquisa.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Analisar e propor alternativas a partir de problemáticas encontradas no âmbito da educação e educação básica. Desenvolvimento de pesquisa envolvendo os diferentes atores que permeiam o contexto escolar. Apresentações e discussões das etapas do desenvolvimento da pesquisa pelos discentes e outras técnicas que se fizerem necessárias.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRE, M. (Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 12.ed. Campinas: Papirus, 2012.

BUENO, B.O.; SARTI, F.M.; ARNOLDI, E.S. **Contribuições da etnografia educacional para o estudo de minorias/maiorias**. Pedagogía y Saberes, n.49. Universidad Pedagógica Nacional. 2018, p.151-164. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0121-24942018000200151&lng=pt&nrm=iso.

CUNHA, M. I. da. **O bom professor e sua prática**. 24 ed. Papirus Editora, 2012.

STANO, R.C.M.T. A pesquisa do cotidiano escolar pelas trilhas da formação docente: uma articulação universidade-escola. **Revista Ibero-americana de estudos em educação**, v.12, n.01, p.529-540, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8156>.

VEIGA, I. P. A.; AMARAL, A. L. (Org.). **Formação de professores**: políticas e debates. 5 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. (PEARSON)

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ESTRELA, A. **Teoria e prática de observação de classes**: uma estratégia de formação de professores. 4. ed. Porto, PT: Porto Editora, 1994.

FAZENDA, I.; SILVA JUNIOR, C. A.; FENELON, D.; MASINI, E.; FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 21.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. 333 p.

FRIGOTTO, G.; MARTINS, J.; ANDRE, M.; NORONHA, O.; LUNA, S.; GAMBOA, S.(Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2010. 174 p.

LARROSA, J. Palavras desde o limbo. Notas para outra pesquisa na educação ou, talvez, para outra coisa que não a pesquisa na educação. **Revista Teias**, v.13, n.27, p.287-298, jan/abr. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24265/17244>.

MASCHLEIN, J. O aluno e a infância: a propósito do pedagógico, **Educ. Soc.**, Campinas, vol.24, n.82, p.281-288, abril 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a19v24n82.pdf>.

7.2 - UNIDADE CURRICULAR

GESTÃO E PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA (EAD)

Carga horária semanal: 3 aulas - Carga horária total: 60 horas

A. EMENTA

Gestão escolar: aspectos históricos e a Gestão Democrática e Participativa. A gestão do currículo e a construção do Projeto Político Pedagógico. Trabalho Coletivo e os canais de participação na escola: conselhos, colegiados, grêmios. Interação família e escola. Modelos de participação. Os Projetos Políticos Pedagógicos - gestão participativa e a autonomia das escolas. A relação entre dados de avaliações externas e o projeto pedagógico. Gestão cultural e as interfaces com a diversidade no contexto da escola.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Analisar e propor alternativas a partir de espaços de vivências das escolas de referência e licenciaturas, Projetos educativos com a participação de pais, professores, alunos e comunidade local. Estudos de caso e estudo do meio.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2018.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 5ªed. São Paulo: Cortez: Instituto Pulo Freire, 2002. (Guia da escola cidadã).

SANTOS, W. S. O caráter organizacional e cultural da gestão escolar: breves anotações, **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**. Maringá, v. 31, n. 2, p. 151-157, 2009. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/5065/5065>.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico**. 2ª ed. Campinas (SP): Papirus, 2012.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática Novos marcos para a educação de qualidade, **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/109/298>.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GADOTTI, M. O Trabalho Coletivo como Princípio Pedagógico. **Revista Lusófona de Educação**, v. 24, p. 160-164, 2013. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-2502013000200011.

GANZELI, P. **Gestões escolares - planejamento e gestão na escola pública: espaço de disputa democrática**. In: Mazza, D. (org). (Org.). **Relação entre a Universidade pública e a rede Municipal de Educação - uma experiência formativa**. Curitiba: Appris editora, 2016, v. 1, p. 37-50.

MARTINS, F. J. Diversidade: conceitos e práticas presentes na educação, gestão e movimentos sociais, **Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 1, p. 245-261, jan./jun. 2011. Em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/15039/9325>.

MORIN, E.; CARVALHO, E. de A. (Revisor). **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. Editora Ática, 2012.

7.3 - UNIDADE CURRICULAR

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Conhecimento básico sobre aspectos teóricos e práticos da Língua Brasileira de Sinais nos seus aspectos gramaticais e linguístico-discursivos. Reconhecimento da expressão corporal como elemento linguístico. Papel da LIBRAS na constituição da pessoa surda e na sua educação. Presença ou ausência das línguas de sinais ao longo da história e seus efeitos na educação dos surdos. Direitos do cidadão surdo. Características culturais das comunidades surdas. Reconhecimento e aplicabilidade da LIBRAS em contextos escolares.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Os conteúdos abordados serão organizados em unidades ou sequências de tarefas que evidenciem um percurso lógico de questionamento, descoberta, síntese e reflexão tanto sobre aspectos da língua quanto sobre estratégias utilizadas em cada tarefa proposta. Preferencialmente, ao invés de falar sobre os conteúdos que caracterizam a LIBRAS, os alunos vivenciarão situações reais ou realistas de seu uso. O que se pretende é levá-los a conhecer os aspectos linguísticos básicos da Língua Brasileira de Sinais de forma a poder estabelecer uma conversação básica com pessoas surdas. Deverão também conhecer e refletir sobre o papel da Língua de Sinais na constituição da identidade da pessoa surda, assim como sobre este mesmo papel na educação dos alunos surdos.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAUJO. A.S.; MENEZES. A.M.C. de; ARAUJO. A.C.S. A Educação de surdos. Formação de Professores na Língua Brasileira de Sinais. (Libras). Id on Line. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**. v. 11, n. 38, 2017. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/892/1261>.

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GONÇALVES, H.B.; FESTA, P.S.V. Metodologia do professor no ensino de alunos surdos. Ensaio Pedagógico. **Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das**

Faculdades OPET. Curitiba, 2013. Disponível em:
<http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n6/ARTIGO-PRISCILA.pdf>.

LODI, A. C. B.; MELO, A. D. B. de; FERNANDES, E. (org.). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. Porto Alegre, R. S.; Editora Mediação, 2012.

LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, F. dos (org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** São Carlos, S/P: Edufscar, 2014.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FERNANDES, S. **Educação de Surdos**. Editora IBPEX, 2011.

GOES, A. M.; LODI, A.C.B.; KOTAKI, C. S.; LACERDA, C.B.F. de; CAETANO, J. F.; Harrison, K. M. P.; SANTOS, L. F. dos; MOURA, M. C. de; CAMPOS, M. de L.I.L. **Língua Brasileira de Sinais – Libras – uma introdução**. São Carlos: UAB- UFSCar. 2011.

LODI, A.C.B.; MELO, A.D.B. de; FERNANDES, E. (org.). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. Porto Alegre, R. S.; Editora Mediação, 2012.

MOURA, M.C. VERGAMINI, S.A.A.; CAMPOS, S.R.L. de. **Educação para Surdos: Práticas e Perspectivas II**. São Paulo: Livraria Santos, 2011.

7.4 - UNIDADE CURRICULAR

MULTILETRAMENTOS: ENSAIOS FILOSÓFICOS

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

O ponto de vista epistemológico do sujeito que passa pela experiência, seja social, política, estética ou filosófica, é de fundamental importância para o entendimento do caráter do ensaio filosófico. Somada a isso está a construção e a forma como se constitui o conhecimento daquele que é ao mesmo tempo testemunha de um contexto social específico e criador desse mundo no qual está inserido. Walter Benjamin, Theodor Adorno, Benedito Nunes e Jorge Larrosa são os autores usados para se adentrar no universo e genealogia do gênero denominado como ensaio filosófico, um campo da

escrita que transita entre a ciência, a filosofia e a literatura, cujo um dos principais representantes foi o francês Michel de Montaigne. São esses caminhos que a disciplina se propõe a percorrer.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Leitura de poesias de Charles Baudelaire atreladas aos ensaios de Walter Benjamin. Atividade de leitura de poesia associadas à estímulos de memória. Atividade de estímulo de memória afetiva a partir de narrativa construída pela apresentação de objetos pertencentes aos alunos. Leitura e análise de contos literários a partir de ensaios filosóficos. A ideia é trabalhar com perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma. In: **Notas de literatura**. São Paulo: Editora 34, 2003.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. V.3. São Paulo, Brasiliense, 1989.

MONTAIGNE, Michel de. **Os ensaios: uma seleção**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

NUNES, Benedito. **A narração desarvorada**. In: DE FRANCESCHI, Antonio Fernando (org.). Clarice Lispector. Cadernos de Literatura Brasileira. São Paulo: Instituto Moreira Salles, n. 17 e 18, dez., 2004, p. 292-301. In: https://issuu.com/ims_instituto_moreira_salles/docs/ensaio_de_benedito_nunes_clarice_lispector. Acesso em 10/03/2019.

PRYOR, James. **Como se escreve um ensaio de filosofia**. (Professor da Universidade de Princeton). Ensaio encontrado na página do departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). In: <http://filosofia.paginas.ufsc.br/files/2013/04/JamesPryor.pdf> . Termos de utilização: <https://criticanarede.com/termos.html>. Acesso em 10/03/2019.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENJAMIN, Walter. **Rua de Mão Única**. In: Obras escolhidas. Trad. R. Rodrigues Torres Filho e J. C. Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 2010. v. 2. (PEARSON)

GARCEZ, Lucília H. do Carmo. **Técnicas de redação: o que é preciso saber para bem escrever**. Martins Fontes, São Paulo, 2001.

NUNES, Benedito. Ensaios filosóficos. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010. 1ªEd. Artigos de periódicos.

LARROSA, Jorge. **A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida.** UFRGS – Revista Educação & Realidade, 2004. V. 29. N1. In: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25417>

GATTI, Luciano. **Como escrever? Ensaio e experiência a partir de Adorno.** Periódico: O que nos faz pensar. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – Rio). In: http://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/import/pdf_articles/OQNFP_35_10_luciano_gatti.pdf . Acesso em 10/03/2019.

7.5 - UNIDADE CURRICULAR

MULTILETRAMENTOS: FOTOGRAFIA, VÍDEO E CINEMA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Fotografia, vídeo e cinema como CIÊNCIAS HUMANAS das artes visuais. Importância de tais CIÊNCIAS HUMANAS no mundo atual. Fotografia, vídeo e cinema como recursos para o ensino em Ciências Humanas. Foto, cine e vídeo como recurso em Filosofia, História, Geografia e Sociologia. Projetos para ensino de CH em cada uma das três CIÊNCIAS HUMANAS.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Fotografias, vídeos e obras cinematográficas são comumente utilizadas por professores, não apenas de ciências humanas, o que não é novidade. No entanto, estas CIÊNCIAS HUMANAS visuais e manifestações artístico-culturais são tradicionalmente utilizadas apenas como recursos didáticos, para ampliação e/ou ilustração, ou seja, como ferramentas de ensino de outros conteúdos. Partindo do pressuposto de que estas três manifestações são CIÊNCIAS HUMANAS e conhecimento – como todas as demais artes – esta disciplina visa proporcionar ao estudante de graduação um percurso num recorte dos universos da fotografia, do vídeo e do cinema, tendo como eixo um diálogo com o ensino das ciências humanas. Os estudantes devem vivenciar experiências de fruição nestas CIÊNCIAS HUMANAS, assim como de pequenas produções de cada uma, permeado de aspectos de contextualização. Embora a ideia seja conhecer e produzir

fotografias (infografias) e vídeos digitais – este último como convergência de vídeo e cinema – como trabalho de avaliação e síntese, é proposto que seja escolhida uma das CIÊNCIAS HUMANAS para realização de um estudo que englobe as demais, como ensaio fotográfico sobre cinema ou vídeo envolvendo fotografias, entre outras possibilidades.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Catadores da cultura visual** – Proposta para uma nova narrativa educacional. Porto Alegre: Mediação, 2009.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ALMEIDA, Rogério de. CINEMA E EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS. **Educ. rev.** Belo Horizonte, v. 33, e153836, 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982017000100107&lng=en&nrm=iso

SORRIVAS, Nicolas. El videoarte como herramienta pedagógica. **Cuad. Cent. Estud. Diseñ. Comun., Ensayos**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, n. 52, p. 81-94, mayo 2015. Disponible en: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-35232015000200006&lng=es&nrm=iso. accedido en 17 sept. 2019.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DUARTE, Rosália. **Cinema e educação**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2012. (PEARSON)

MACHADO, Arlindo. **Pré-cinemas e pós-cinemas**. Campinas: Papius, 2011.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico**: a opacidade e a transparência. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FONTANARI, Rodrigo. A noção de punctum de Roland Barthes, uma abertura da imagem?. **PARALAXE**, v. 3, n. 1, p. 61-74, 2015. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/paralaxe/article/view/20000> Acesso em 28 ago. 2019.

SOULAGES, F. Imagem, virtual & som. **ARS (São Paulo)**, v. 3, n. 6, p. 10-31, 1 jan. 2005. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ars/article/view/2939> Acesso em 02 de setembro de 2019.

7.6 - UNIDADE CURRICULAR

ESTRUTURAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DOS ESTADOS NO SÉCULO XX

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Confrontos socialismo x capitalismo. Estudo do socialismo nos contextos histórico, sociológico e filosófico. Análise das teorias do comunismo e do socialismo. Estudo, compreensão e interpretação do socialismo real. Investigação sobre as demais experiências socialistas vivenciadas pelos outros Estados. Reflexão sobre as relações entre a teoria socialista e as experiências concretas. Reflexão sobre a possibilidade de coexistência entre capitalismo e socialismo no mundo globalizado.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Leitura e análise de textos centrais para a compreensão da proposta socialista e estudo das revoluções socialistas do século XX levando em conta a produção artística relacionada ao tema. Trabalho com documentos históricos.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Ricardo. **O socialismo, lutas sociais e novo modo de vida na América Latina**. Revista Direito e Praxis. V.8. Nº 3. 2017. In: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/29906> . Acesso em 10/03/2019.

FERRO, M. **A Revolução Russa de 1917**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HOBBSBAWM, E. **A era dos extremos**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. **Pensando a Revolução Cubana: nacionalismo, política bifurcada e exportação da Revolução**. Periódico: Revistas FFLH – USP. In: <http://www.revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/download/1389/1260>

REIS FILHO, Daniel Aarao. **Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético**. 2.ed. São Paulo: 2007. Fundação Perseu Abramo.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MAO JÚNIOR, J.; SECCO, L. **A revolução chinesa: até onde vai a força do Dragão?** São Paulo: Scipione, 1999.

MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1988. (PEARSON)

SINGER, P. **O que é o socialismo hoje**. São Paulo: editora Vozes, 2015.

SANTANA, Cristiane Soares. **Notas sobre a História da Revolução Cultural Chinesa (1966-1976)**. In: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/download/279/252>. Acesso em 10/03/2019.

SANTOS, Ariovaldo. **A Revolução Russa e os tempos de desilusões**. Periódico: Lutas & Resistências, Londrina, n.3, v.2, p. 83-90, 2º sem. 2007. • 83. In: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista3aedicao/lr3-7-ari.pdf> . Acesso em 10/03/2019.

7.7 - UNIDADE CURRICULAR

FUNDAMENTOS DA GEOPOLÍTICA

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

A cidade e o espaço urbano como objetos de estudo das ciências humanas. Formas de estratificação e desigualdade social e suas relações com o espaço. A urbanização e sua evolução nos contextos históricos e geográficos. As relações do trabalho na era da globalização; a terceirização do trabalho e as alterações do funcionamento dos conflitos no chão da fábrica. O papel das centrais sindicais e do internacionalismo da classe operária; a proletarianização dos trabalhadores e o recuo das políticas assistenciais; O consumo de massas e o endividamento pessoal do trabalhador; a especulação financeira e o recuo dos postos de trabalho; A necessidade de alteração do papel dos governos locais na política de assistência social dado o empobrecimento dos trabalhadores. As fronteiras internas na díade centro e periferia; a cidade dos muros. Os determinantes da pobreza e da desigualdade no mundo, em particular no Brasil - busca-se construir um referencial teórico para o entendimento de algumas questões fundamentais: as teorias de distribuição funcional da renda, os conceitos de desigualdade e pobreza, as medidas de concentração e da distribuição pessoal da renda.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Leitura de textos clássicos, mapas e outras imagens para entender e analisar os conceitos de cidade, urbano, metrópole e globalização. Analisar a produção e organização do espaço por meio de Situações cotidianas e do entendimento dos diferentes modelos produtivos.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Ina Elias de; GOMES, Paulo da Costa; CORREA, Roberto Lobato. **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 3.ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2005.

Geografia do Brasil – 4.ed.1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003 –(Didática;3) Vários Autores

HARVEY D. **A Loucura da Razão Econômica** – Marx e o capital no século XXI. Tradução Artur Renzo, 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2018

ALBAGLI S. Amazônia: fronteira geopolítica da biodiversidade In: **PARCERIAS ESTRATÉGICAS** - NÚMERO 12 - SETEMBRO 2001 Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/175/169. Acesso em 06/10/2019.

HORTA C.A.C. Geografia política e Geopolítica: velhas e novas convergências In: **Geographia Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF**, v.8, n.15 (2006) Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13510>. Acesso em 06/10/2019.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AKCELRUD I. **O Oriente Médio**. Coleção Discutindo a História, São Paulo, Atual Editora, Campinas, Editora da UNICAMP, 1984

COSTA, Wanderley M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo, Contexto/EDUSP, 1988.

HARVEY D. **Condição Pós-Moderna**. Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves, 26ª reimpressão, Edições Loyola, São Paulo, 2017

CETINA M.D.P.O. Aplicación de modelos geopolíticos em América Latina: los casos de Brasil y Colombia” In: **Latinoamérica**. Revista de estudios Latinoamericanos no.53 México jul./dic. 2011 Disponível em:

http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1665-85742011000200008&script=sci_arttext&lng=en. Acesso em 06/10/2019. 9

SOUZA E.B.C. A Geopolítica da Produção do espaço: localização da hidroelétrica da Itaipu Binacional In: **Revista Geografares**, n°9, p.141-167, jul./Dez., 2011 Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1356/1256>. Acesso em 06/10/2019.

8º Semestre

8.1 - UNIDADE CURRICULAR

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (EAD)

Carga horária semanal: 1 aula - Carga horária total: 20 horas

A. EMENTA

Elaboração do Trabalho de conclusão de curso tendo como referência as Normas aprovadas pelo Colegiado do Curso, utilizando conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos sob orientação docente. Compreensão dos procedimentos científicos a partir de um estudo de um problema na área da educação, prioritariamente, voltado para a educação básica; desenvolvimento de habilidades relativas às diferentes etapas do processo de pesquisa; aplicação de um protocolo de pesquisa; elaboração e apresentação de relatório de pesquisa.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Analisar e propor alternativas a partir de problemáticas encontradas no âmbito da educação e educação básica. Desenvolvimento de pesquisa envolvendo os diferentes atores que permeiam o contexto escolar. Apresentações e discussões das etapas do desenvolvimento da pesquisa pelos discentes e outras técnicas que se fizerem necessárias.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRE, M. (Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 12.ed. Campinas: Papirus, 2012.

BUENO, B.O.; SARTI, F.M.; ARNOLDI, E.S. Contribuições da etnografia educacional para o estudo de minorias/maiorias. **Pedagogia y Saberes**, n.49. Universidad Pedagógica Nacional. 2018, p.151-164. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0121-24942018000200151&lng=pt&nrm=iso.

CUNHA, M. I. da. **O bom professor e sua prática**. 24 ed. Papirus Editora, 2012.

STANO, R.C.M.T. A pesquisa do cotidiano escolar pelas trilhas da formação docente: uma articulação universidade-escola. **Revista Ibero-americana de estudos em educação**, v.12, n.01, p.529-540, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8156>.

VEIGA, I. P. A.; AMARAL, A. L. (Org.). **Formação de professores: políticas e debates**. 5 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. (PEARSON)

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ESTRELA, A. **Teoria e prática de observação de classes**: uma estratégia de formação de professores. 4. ed. Porto, PT: Porto Editora, 1994.

FAZENDA, I.; SILVA JUNIOR, C. A.; FENELON, D.; MASINI, E.; FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 21.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. 333 p.

FRIGOTTO, G.; MARTINS, J.; ANDRE, M.; NORONHA, O.; LUNA, S.; GAMBOA, S.(Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2010. 174 p.

LARROSA, J. Palavras desde o limbo. Notas para outra pesquisa na educação ou, talvez, para outra coisa que não a pesquisa na educação. **Revista Teias**, v.13, n.27, p.287-298, jan/abr. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24265/17244>.

MASCHLEIN, J. O aluno e a infância: a propósito do pedagógico, **Educ. Soc.**, Campinas, vol.24, n.82, p.281-288, abril 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a19v24n82.pdf>.

8.2 - UNIDADE CURRICULAR

CONSTRUÇÃO DA DOCÊNCIA E SUA PROFISSIONALIZAÇÃO

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Saberes docentes: as experiências; o conhecimento; as pesquisas e investigações didática; conhecimentos pedagógicos (reflexão sobre as práticas). Formação de professores: Políticas públicas, concepções e condições de efetivação. Construção da Profissionalidade docente: história das lutas e conquistas. Professor como pesquisador: investigações didáticas no/do cotidiano escolar. Escola como espaço de formação docente.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Por meio da análise de experiências formativas, possibilitar o desenvolvimento profissional e a construção da autonomia docente.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARROYO, M, G. **Ofício de Mestre: Imagens e Auto-Imagens**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2000.

CASTRO, M. M. B. Uma retrospectiva da formação de professores: histórias e questionamentos. **Movimento**: Revista de Educação. Ano 3, n.4, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32582/18717>.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2014.

NÓVOA, A. **Vidas de professores**. Porto, PT: Porto Editora, 2013. (33)

VAGULA, E. **A formação profissional e a prática docente**, 2005. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br>.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BASTOS, M. J. A Formação de Professores para a Educação Básica. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 02, Ed. 01, Vol. 14, pp. 82-97, Janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/artigo-cientifico/pdf/formacao-de-professores.pdf>.

CAMPOS, Flávio. (Org). **Inovações radicais na Educação**. Porto Alegre: Ed. Penso, 2019.

CARVALHO, A. M. P. de. **Formação de professores: múltiplos enfoques**. São Paulo: Sarandi, 2013.

DINIZ-PEREIRA, J. E.; ZEICHNER, K. M. (Org.). **Justiça social: desafio para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LIBANEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2011.

8.3 - UNIDADE CURRICULAR

MULTILETRAMENTOS: PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E O ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Problematizar e refletir sobre a relação entre memória, identidade e patrimônio histórico e cultural em suas diversas formas. Disputas de memórias, conflitos sociais e lutas por reconhecimento. Constituição de lugares de memória e a relação com a identidade social de um povo. Documentos oficiais e sua relação com a memória dos povos brasileiros. Contribuição dos diversos patrimônios para o Ensino de Ciências Humanas. As novas tecnologias e o acesso ao patrimônio mundial, nacional e regional. Compreensão da identidade local e disputas de memória. Relação entre documentos oficiais e realidade regional.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Pesquisa, planejamento e desenvolvimento de estudos envolvendo patrimônio e suas diversas formas de disputa. Relação entre teoria e prática na percepção de memória e identidade dos diversos povos que marcaram a história brasileira.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARSALADE, Flávio de Lemos. A preservação do patrimônio como construção cultural. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 139.03, Vitruvius, dez. 2011. <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.139/4166>. Acesso em 06/10/2019

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Políticas da memória e políticas do esquecimento. Aurora, 10: 2011, pp.102-118. www.pucsp.br/revistaaurora. Acesso em 06/10/2019

LÉVY, Pierre - **Cibercultura**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. São Paulo: 1990

MERCADO, L. P. **Formação continuada de professores e novas tecnologias**. Brasília, DF: Inep; Maceió: Edufal, 1999.

MELO, Alessandro e CARDOZO, Poliana Fabiola. Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial. In: Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 133, p. 1059-1075, out.-dez., 2015 Disponível em:<< <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-01059.pdf>>>

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa (Org.). **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 243 p. (PEARSON)

FREIRE, C. **Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. S.Paulo: AnnaBlume, FAPESP, SESC São Paulo, 1997.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.22, n.36, p.261-273, jul-dez.2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf> >. Acesso em 7 fev. 2012.

IPHAN: **Educação Patrimonial histórico, conceitos e processos**. http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.24, p.97-105, 1996. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\\drive_n\\Trbs\\RevIPHAN\\RevIPHAN.docpro > Acesso em 10 fev. 2012.

8.4 - UNIDADE CURRICULAR

NOVAS TECNOLOGIAS PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS (EAD)

Carga horária semanal: 3 aulas - Carga horária total: 60 horas

A. EMENTA

Recursos tecnológicos na área de Ciências Humanas como estratégia de intervenção e mediação nos processos de ensino e de aprendizagem. *Softwares, sites, applets* e vídeos na área de CH. Produção multimedia - editor de textos, imagem, apresentação, páginas, vídeos na área de CH. Experimentação de diferentes espaços *online* na educação, como possibilitadores da comunicação, interação e construção coletiva do conhecimento. Recursos educacionais digitais para ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) na área. As alterações que as formas de comunicação, as relações interpessoais e a linguagem sofreram e vêm sofrendo com o contínuo avanço das tecnologias nos últimos anos.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Experimentação de recursos tecnológicos na área de CH. Criação e compartilhamento de recursos educacionais digitais para ambientes virtuais de aprendizagem na área de CH. Análise de *softwares, sites, applets* e vídeos na área de Ciências Humanas. Análise da eficiência e eficácia dos recursos criados e compartilhados nos ambientes virtuais para aprendizagem. Análise e elaboração de planos de ensino em ambientes virtuais de aprendizagem. Experimentação de ambientes virtuais de aprendizagem como possibilitadores da comunicação, interação e construção coletiva do conhecimento.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. M. (Org.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

BARTON, D.; LEE, C. **Linguagem online: textos e práticas digitais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

RIBEIRO BATISTA, Hadinei (Org.). **Sujeitos em ambientes virtuais: Festschriften para Stella Maris Bortoni-Ricardo**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

Rodrigues, Eric Freitas. **Tecnologia, inovação e ensino de história: o ensino híbrido e suas possibilidades**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016. Disponível em: <<<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/4604/1/Tecnologia%2C%20Inova%C3%A7%C3%A>

3o%20e%20Ensino%20de%20Hist%C3%B3ria%20o%20Ensino%20H%C3%ADbrido%20e%20suas%20possibilidades.pdf>> acesso em 06/10/2019.

FERNANDES, Valdir e PACHECO, Roberto. **Ciência digital e democratização do conhecimento.**

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BALTAR, M. **Radio escolar**: uma experiência de letramento midiático. São Paulo: Cortez, 2012.

BORBA, M. de C. *et al.* **Educação a Distância *online***. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (PEARSON)

LEITE, L.S. **Tecnologia educacional**: descubra suas possibilidades na sala de aula: 2ª. edição. Editora: Vozes, 2004.

LIMA, Gabriella Araújo de Lima e CASTELÃO, Evandro de Melo. Infográfico: produção e possibilidades no uso educacional do ensino de Geografia. In: **Ens. Tecnol. R., Londrina**, v. 3, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2019.

MARQUES, Bárbara Romeika Rodrigues. O uso de podcast no ensino de Ciências Humanas. In: Revista do Seminário Mídias & Educação do Colégio Pedro II Edição Número 2 – Ano 2016.

8.5 - UNIDADE CURRICULAR

PRODUÇÃO, CONFLITO E TRANSFORMAÇÃO NO CAMPO

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Analisar a natureza e as contradições das relações de produção e de trabalho nas atividades agrárias. Compreender as diferenciações das estruturas agrárias face aos sistemas socioeconômicos. Enfatizar as transformações recentes no campo, especialmente no Brasil. Analisar a ocupação do espaço agrário brasileiro. A industrialização da agricultura. As transformações históricas nas relações de produção e de trabalho no campo brasileiro. A situação atual do campo no Brasil: a estrutura agrária, os conflitos sociais e a questão política. Compreender a proposta de educação do campo formulada para atender à especificidade desses grupos.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Analisar a partir de textos clássicos; elaboração de problemas e a linguagem cartográfica para compreender as mudanças na produção do campo.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. ; GONCALVES, E. C. . **Os usos da terra no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. v. 1. 109p.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed. - São Paulo: Edusp, 2007.

NEVES NETO, Carlos de Castro; HESPANHOL, Antonio Nivaldo; HESPANHOL, Rosangela A. de M. (Orgs.) **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil: os mercados institucionais de alimentos e os programas de microbacias**. São Paulo. Editora CRV, 2016.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** – vols. 28 nºs 1,2 3 e 29, nº1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999. (ON-LINE)

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Modernização da Agricultura e Desenvolvimento Territorial, 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – **ENGRUP**, São Paulo, pp. 370-392, 2010.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no Chão da Noite**. Hucitec, São Paulo, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura Camponesa no Brasil**. Contexto, São Paulo, 1991.

VALVERDE, Orlando. **Geografia Agrária do Brasil**. Rio de Janeiro, INEP-MEC, 1963.

BARBOSA, Daniele Cavichioli. Conflitos por terra entre indígenas e agricultores na região norte do Rio Grande do Sul. In: **Análise de conflitos e relações de poder em espaços rurais [recurso eletrônico]** / organizadora Patrícia Binkowski ; coordenado pela SEAD/UFRGS. — dados eletrônicos. — Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad600.pdf>>> Acesso em 03/10/2019

FONTES, Maria Oliveira e FILHO, José Luiz Alcantara. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. In: **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada** – Vol. 4 Nº 7 Jul-Dez 2009. Disponível em: <<
<http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/ESTRUTURA-FUNDI%C3%81RIA-ze-luispara-pdf.pdf>>> acesso em 03/10/2019

8.6 - UNIDADE CURRICULAR

FLUXOS TERRITORIAIS

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Compreensão do conceito de meio técnico, científico e informacional. Estudos dos tecnopólos e desenvolvimento dos polos científicos e tecnológicos, Análise da tecnologia e informação nos meios de transportes e circulação de mercadoria. Estudos sobre a distribuição territorial dos setores da economia. Discussão sobre relações econômicas na produção e no comércio entre países e empresas multinacionais no mundo e no Brasil. Compreender a dinâmica do capital financeiro e os fluxos de capitais, sistema financeiro. As crises econômicas e as redes do capital, a sociedade fordista e pós-fordista e a dinâmica das grandes cidades e metrópoles. Entender o processo de globalização e mundialização do capital.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Leitura e análise de textos clássicos e contemporâneos. Análise de mapas e imagens para discutir o fluxo de transporte e circulação de mercadorias.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRANCO, Adriano M. Política Energética e Crise de Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002. GOLDEMBERG, J. (Coordenador). **Energia e Desenvolvimento Sustentável** – Série Sustentabilidade. Editora Blucher. São Paulo, 2010.

TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M. C. M. de; FAIRCHILD, T. R.; TAIOLI, F. (Orgs.). – 2000 – **Decifrando a Terra**. São Paulo, Oficina de Textos.

TODD, D.K. - 1959 - **Hidrologia de águas subterrâneas**. Edgard Blücher, São Paulo – SP.

COELHO M.; MIRANDA E.; WANDERLEY L.J. GARCIA T.C. Questão energética na Amazônia: disputa em torno de um novo padrão de desenvolvimento econômico e social. In: **Novos Cadernos NAEA** v. 13, n. 2, 2010 Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/475> acesso em 28 Set.2019

Giesbrecht, M.D.; Di Giulio G.M.; Ferreira, L.C. Brasil e a questão energética no debate sobre mudanças ambientais globais (2015) Disponível em: <https://bdpi.usp.br/item/002733368> acesso 30 Set.2019

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Reynaldo. **Energia para um Novo Mundo**. Rio de Janeiro, CREA – RJ, 2007.

HEWITT, P. G. **Física Conceitual**. Editora Bookman. Porto Alegre, 11ª Edição. 2001.

MARTIN, Jan-Marie. **A Economia Mundial da Energia**. São Paulo, Editora Unesp, 1992.

MENDES J.N. A política energética no contexto das dinâmicas globais. In: **Relações Internacionais** n.28 Lisboa dez. 2010, Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000400010 acesso em 29 Set.2019

Josenildo da Silva Freitas y Josimar da Silva Freitas (2018): Matriz energética amazônica: convencional ou renovável?, **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, (diciembre 2018). Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/oel/2018/12/matriz-energetica-amazonica.html> acesso em 26 de Set. 2019

8.7 - UNIDADE CURRICULAR

FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

A pesquisa em Filosofia e teorias do conhecimento. Temas centrais da Filosofia Contemporânea: dialética, crítica à ideia de neutralidade em ciência, subjetividade,

multiplicidade, crítica à ideia de universais, crítica à razão instrumental; complexidade. Pensadores brasileiros contemporâneos.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A valorização do diálogo entre saberes elaborados pelos estudantes e saberes analisados no âmbito da formação inicial permanece no interior dessa unidade que pretende analisar a ruptura operada pelo pensamento contemporâneo em relação ao pensamento moderno. Possibilitar o contato com textos filosóficos de autores brasileiros da atualidade também é um dos focos centrais dessa unidade, sendo a leitura e o confronto de interpretações um dos procedimentos principais, assim como a pesquisa dos estudantes a respeito de temas da contemporaneidade.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABROMEIT, John. **A Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e a persistência do populismo autoritário nos Estados Unidos**. Revista de Filosofia da USP. In: file:///C:/Users/Instrutor/Downloads/133938-Texto%20do%20artigo-257555-1-10-20170623.pdf . Acesso em 10/09/2019.

ADORNO, Theodor W. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

CAUBET, Rosa Alice. **Existencialismo segundo Sartre**. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

NOBRE, Marcos (Org.). **Curso livre de teoria crítica**. Campinas, SP: Papirus, 2008. (PEARSON)

SARTRE, J. P. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução: Vergílio Ferreira. São Paulo: Abril S.A., 1973.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BIANCO, Giuseppe. **Gilles Deleuze Educador: sobre a pedagogia do conceito**. Revista Educação & Realidade (UFRGS). In: file:///C:/Users/Instrutor/Downloads/25927-98935-1-PB%20(1).pdf . Acesso em 10/09/2019.

DOREA, Guga. **Gilles Deleuze e Felix Guattari: heterogênesse e devir**. Revista da PUC – SP. MARGEM, SÃO PAULO, No 16, P. 91-106, DEZ. 2002. In: <http://www4.pucsp.br/margem/pdf/m16gd.pdf> . Acesso em 10/09/2019.

GUATTARI, Felix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro, 1993.

MATOS, Olgária. **Discretas esperanças. Reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo**. São Paulo: Nova Alexandria, 2006

PONTY-MERLEAU, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

1.10. Metodologia de Ensino

A proposta metodológica envolve docentes e futuros docentes num processo especificamente voltado para desenvolver os conhecimentos e saberes necessários para o ensino dos conteúdos específicos de Ciências Humanas nos últimos anos do Ensino Fundamental e no Ensino Médio de escolas públicas e privadas, com base nas diretrizes curriculares e em outros documentos oficiais.

Como vimos, essa perspectiva, que coloca as Ciências Humanas como uma área de conhecimento, exige um tratamento interdisciplinar dos conhecimentos específicos e didático-pedagógicos.

Assim, nossa proposta pressupõe uma prática pedagógica com diferentes atividades desafiadoras e que valoriza o desenvolvimento de projetos integradores que envolvam a pesquisa sobre os reais problemas enfrentados pelos docentes da Educação Básica e que resultem em propostas educacionais que colaborem na superação desses problemas.

Considerando a diversidade de contextos educacionais e a constante evolução dos conhecimentos, a metodologia proposta desenvolve também as competências necessárias para que os licenciandos possam se desenvolver profissionalmente no decorrer de sua atuação docente. Não há, portanto, a pretensão metodológica de esgotar

todos os conhecimentos específico e didático-pedagógicos, mas sim preparar o futuro professor para a constante formação a que se submeterá para o pleno exercício de sua profissão.

Por esses motivos, a investigação centrada nos processos de ensino, de aprendizagem, do acolhimento e do trato da diversidade existentes nas escolas de Educação Básica é o ponto de partida das atividades de formação docente. Essas atividades devem promover o enriquecimento cultural, propor a elaboração, desenvolvimento e avaliação de atividades didáticas e de projetos que envolvam o uso de tecnologias da informação e da comunicação, materiais de apoio inovadores e o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho no coletivo.

Dessa forma, os conteúdos específicos de cada unidade curricular, trabalhados de maneira interdisciplinar, são considerados meio e suporte para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao trabalho docente. Essas habilidades e competências devem aprimorar a qualidade dos projetos pedagógicos, do currículo, da avaliação, da organização institucional e da gestão, não só das Escolas da Educação Básica, mas também o do próprio curso de formação.

Assim, em conformidade com as referidas diretrizes de formação de professores (Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígenas, para a Educação em Direitos Humanos, para a Educação Ambiental e sobre a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista), o desenvolvimento dessas habilidades e competências pressupõe uma metodologia que supere o mero ensino descontextualizado da História, da Geografia, da Filosofia e da Sociologia e valorize um debate mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e ambientais.

A multireferencialidade⁸ também compõe as propostas dessas intervenções didáticas, ampliando as apropriações sobre linguagens, gênero, cultura e formas emergentes de produção do conhecimento, assim como o entendimento da complexidade da Educação e da formação de professores.

Em uma perspectiva de educação inclusiva, as abordagens metodológicas incorporam o princípio da diversidade humana, acolhedora de todas as diferenças, ao criar ambiente propício ao desenvolvimento das potencialidades individuais.

Neste sentido, o uso de tecnologias assistivas permitem a eliminação de barreiras para todas as pessoas, contribuindo para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais, promovendo autonomia e favorecendo a acessibilidade metodológica.

Nesse processo, a avaliação orienta os planos de trabalho dos formadores, bem como a apropriação da autoavaliação na perspectiva dos futuros docentes construir autonomia nos seus processos de aprendizagem, imprescindível num mundo onde, como observado anteriormente, o conhecimento é datado e provisório.

Nesse prisma, essa proposta de curso requer uma significativa diversidade de formas de ensinar para que sejam respeitadas as diversas formas de aprender nos mais distintos contextos educacionais existentes nas escolas e outros ambientes de educação não formal.

Esse projeto favorece o pensar e o planejar dos professores e futuros professores, em cada situação de aprendizagem, sobre a melhor forma para o ensino dos diferentes conteúdos teóricos e práticos.

A metodologia proposta nesse curso vai além de um conjunto de ações à disposição dos professores na tomada de decisão do "como" ensinar. Mediante a análise e reflexão sobre as práticas desenvolvidas, é

⁸ <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n26/n26a06.pdf>

também fonte de inspiração para a criação de meios que promovam o sucesso da aprendizagem dos estudantes.

A devida articulação das atividades leva a uma metodologia pluriarticulada com foco na elaboração de, pressupondo:

- a investigação dos saberes dos futuros professores;
- a resolução de problemas na forma individual e coletiva;
- a problematização;
- o uso de oficinas e laboratórios específicos;
- a interação por meio das tecnologias de informação e comunicação;
- a observação e participação em ações nas escolas públicas e privadas, em espaços de educação não formal e na comunidade;
- a vivência para a profissionalização docente, como fonte de experiência e investigação do ponto de partida e à chegada no processo de formação;
- o respeito ao rigor científico de cada uma das áreas;
- a autoria, individual e coletiva.

Cada vez mais o ambiente de vida e trabalho escolar configura-se como um contexto privilegiado de novas aprendizagens. Os desafios e problemas percebidos cotidianamente são estímulos para a produção de novos saberes e a constituição de novas competências. As interações, a imersão na prática, o uso de tecnologias e a busca de soluções para os desafios possibilitam uma relação educativa que ultrapassa, metodologicamente, os espaços e situações formais de aprendizagem.

Nesse sentido, a homologia dos processos no ensino e na aprendizagem é um pressuposto metodológico nuclear na orientação do curso, para que os licenciandos vivenciem durante o seu processo de formação justamente aquilo que se espera que ofereçam a seus futuros educandos.

Nesse contexto, as diferentes estratégias integram teoria e prática com foco no trabalho docente, de modo a estimular a interdisciplinaridade, a integração e a contextualização de informações, a apropriação de valores e saberes na construção de conhecimentos profissionais e pessoais. Nele, é valorizada a autonomia do docente responsável pela unidade curricular face ao conteúdo a ser ensinado e na interação com seus alunos, fortalecendo assim o compromisso com o sucesso na aprendizagem.

1.9.1. Fundamentos Técnicos e Pedagógicos

A formação interdisciplinar de professores para atuação na Educação Básica não é mais uma indicação, mas uma necessidade que se insere no contexto de uma sociedade complexa e em constante mudança. Nessa realidade, se reafirma a premência de um currículo de formação que promova a ruptura das fronteiras entre os conhecimentos das diferentes áreas do conhecimento.

A interdisciplinaridade permeia todo o curso de Licenciatura em Ciências Humanas, estabelecendo um diálogo entre os saberes organizados em unidades curriculares que ora se aproximam ora se integram, ampliando conhecimentos teóricos e práticos, em situações reais vivenciadas pelos licenciandos desde o início do curso quando ocorre sua inserção na escola.

Assim, o eixo orientador desse caminho interdisciplinar, em cada um dos oito semestres do curso, é a problematização das temáticas observadas e vivenciadas durante a Residência Educacional.

Como se verá adiante, no item Residência Educacional, tais temáticas, assim como a metodologia para a coleta e sistematização de elementos a serem problematizados, são analisadas durante o trabalho

de orientação de Residência, que posteriormente são usadas para pautar o curso em todas as unidades curriculares.

Princípios Metodológicos:

- I. desenvolvimento de projetos que visem à formação de docentes para a Educação Básica, em seu nível fundamental (anos finais) e médio;
- II. formação ampla em Educação, com conhecimento de conteúdos e metodologias em articulação com outros saberes necessários à construção da identidade profissional docente;
- III. interdisciplinaridade, contextualização, democratização, relevância social, ética, sensibilidade afetiva e estética como elementos básicos para consolidar, na prática, os conhecimentos conceituais, procedimentais e de valores, atitudes e normas;
- IV. valorização da importância do conhecimento da escola como uma organização complexa que tem a função social de promover, com equidade, a aprendizagem e educação para e na cidadania;
- V. indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de modo a garantir a qualidade social da formação inicial, introduzindo os licenciados nos processos investigativos em sua área específica e na prática docente;
- VI. desenvolvimento de competências sintonizadas com o conhecimento e a aplicação das tecnologias de informação e comunicação na escola e na relação dialógica com os estudantes.

1.11. Residência Educacional e Estágio Curricular Supervisionado.

A Residência Educacional constitui mais um aspecto inovador em nosso Projeto de Curso, uma vez que incorpora o conhecido Estágio Curricular Supervisionado, porém com modificações que garantem a presença do licenciando, futuro professor, em uma escola de Educação Básica ao longo dos 4 anos da Licenciatura.

Outras duas inovações são inerentes ao desenvolvimento da Residência Educacional:

- a carga horária semanal em escola básica desde o 1º semestre do curso, conforme Regulamento da Residência Educacional e Matriz Curricular;
- a orientação da Residência que ocorre semanalmente, em pequenos grupos de estudantes juntamente com o professor orientador, em que se realizam o acompanhamento, reflexões e sistematizações das atividades de Residência Educacional realizadas em cada semana.

Sendo assim, Estágio Curricular Supervisionado compõe parte do Programa de Residência Educacional, que está planejado de forma mais intensiva e rigorosa em termos, não apenas da carga horária para presença dos estudantes nas escolas básicas, como também no acompanhamento dos professores orientadores para o desenvolvimento de metodologia de ação-reflexão-ação, favorecendo a efetiva construção das relações entre teorias e práticas pedagógicas, assim como o envolvimento de qualquer professor do curso com a formação para a prática docente.

De fato, diferentes estudos (LIMA, 2006; PIMENTA e LIMA, 2008) a respeito de estágios curriculares supervisionados apontam a importância

de se ampliar o tempo de presença na escola ao longo dos cursos que formam professores, bem como a necessidade de fortalecimento da parceria entre licenciaturas e escolas de educação básica para efetivo acompanhamento formativo dos futuros professores.

A inovação presente neste Programa de Residência Educacional para a Licenciatura em Ciências Humanas da Faculdade Sesi-SP de Educação considera as diversas análises e recomendações publicadas por pesquisadores e educadores (CARVALHO, 2013; D'ÁVILA e ABREU, 2014; MOREIRA *et al*, 2018) para o aperfeiçoamento da formação desenvolvida em licenciaturas, com destaque para a superação dos problemas e limites identificados nos estágios curriculares supervisionados.

A cada semestre e/ou a cada ano a Residência Educacional será realizada em uma escola diferente, até mesmo pela necessidade de contemplar a legislação que exige que o Estágio Curricular Supervisionado seja realizado em diferentes níveis de ensino, em realidades escolares diversas e espaços educacionais diferenciados, inclusive em instituições educacionais não formais. O coordenador da Residência indicará, a cada semestre, a escola de referência em que o estudante vai atuar.

As orientações da Residência Educacional são organizadas de modo a que um professor orientador atenda os estudantes em grupos de até 14 residentes uma vez por semana, fora do horário de aulas. Além disso, no espaço de realização da Residência Educacional (escola ou instituição educacional não formal), há um educador de referência, orientando os residentes e atuando como formador em parceria com os professores do curso.

As atividades curriculares vinculadas ao desenvolvimento da Residência Educacional são:

- A atuação do estudante nas escolas de referência de Educação Básica e em instituições educacionais não formais;
- A frequência às reuniões semanais com o professor orientador, em que se realizam discussões, planejamentos, preparações, análises e sistematizações das atividades desenvolvidas nas escolas de referência ou instituições educacionais não formais;

Nessa perspectiva, o Programa de Residência Educacional (incluindo o Estágio Curricular Supervisionado) é entendido como uma etapa fundamental para a formação do futuro docente, pois permite a aprendizagem do exercício profissional em espaços investigativos propícios ao trabalho em situação real, sendo acompanhado por um educador de referência que cria condições para que o residente desenvolva competências próprias ao papel docente.

A avaliação do desempenho do licenciando na Residência Educacional é registrada e envolve três instrumentos:

- Avaliação do Residente preenchida pelo responsável do Local de Residência (Escola);
- Autoavaliação realizada pelo residente;
- Avaliação da Residência Educacional preenchida pelo orientador de residência.

As atividades de Residência Educacional observam a legislação específica para o Estágio Curricular Supervisionado (Lei Federal n. 11.788/2008) e são reguladas por documento específico da Faculdade Sesi-SP de Educação, o *Regulamento da Residência Educacional*.

Todas as documentações referentes à realização da Residência Educacional são encaminhadas à Coordenação de Residência, responsável pela validação das horas de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas.

1.11.1. Estágio Curricular Supervisionado relação com a rede de escolas da Educação Básica

Os cursos de licenciatura da FASESP foram desenhados, desde a sua concepção, a partir da perspectiva de que a formação do futuro docente deveria estar intimamente pautada pela **vivência da realidade escolar de forma integral**: o discente não participa somente como observador passivo de determinada realidade educacional, mas a proposta é que atue ativamente em diversas ações dentro da escola, como participação em reunião de professores, monitorias aos alunos, suporte aos docentes em sala, ou seja, que paulatinamente possa, através da prática, adquirir as competências necessárias para a atuação docente.

Para que o estágio possa oferecer aos discentes essas diversas realidades, a FASESP se vale, por um lado, das escolas da rede SESI-SP, e, por outro, de parcerias com escolas públicas. Assim, as horas do Estágio Curricular Supervisionado são divididas entre esses dois espaços, a partir da metade do curso. Entende-se que tal divisão pretende complementar a formação dos alunos, já que as escolas da rede SESI-SP, ainda que tenham autonomia para se adequar aos diversos contextos onde está presente, utiliza um mesmo sistema de ensino próprio, além de partilhar os mesmos valores, objetivos e missão. Essa realidade é distinta da escola pública, que apresenta uma diversidade de valores e objetivos que são próprios da realidade das comunidades em que estão inseridas.

O papel do Orientador de Residência nesse sentido é fundamental para que o estágio ou a residência sirvam de campo real de práticas das diversas reflexões teóricas discutidas dentro da faculdade, bem como as práticas, observações e reflexões advindas das escolas sejam discutidas semanalmente em grupos de até 14 alunos, cotejando e revisando a

teoria. Dessa forma, tal organização semanal, que prevê duas horas de acompanhamento e mediação do orientador, propõe que as discussões possam desenvolver o pensamento crítico e analítico dos alunos, e oferecer múltiplas experiências de realidades educacionais distintas.

Para que as parcerias possam se efetivar, o processo se realiza a partir dos seguintes fluxos:

- **Parceria com escolas da rede SESI-SP:** diretores manifestam, através de e-mail, a intenção de participar, naquele semestre, do Programa de Residência Educacional. Enviam também o horário das aulas para que os estagiários ou residentes possam fazer a escolha das aulas.
- **Parceria com a rede pública:**
 - a faculdade manifesta interesse em firmar parcerias, enviando os regulamentos e informações sobre o Programa de Residência. Assim com as escolas da rede SESI, o diretor da escola pública deve enviar o horário escolar para atribuição.
 - A escola manifesta interesse em firmar parceria e, a partir de uma reunião com a equipe gestora, delineiam-se as ações que serão propostas, além de questões dos **registros acadêmicos** que serão apontados durante a parceria, tanto pelos alunos, quanto pelos responsáveis pelo acompanhamento dentro da escola.

A necessidade de que a **gestão da parceria** ofereça subsídios - tanto para a faculdade, quanto principalmente para a escola, das observações, percepções, reflexões e resultados do estágio ou da Residência, - além da discussão das próprias parcerias e a maneira como está sendo gerida, faz com a faculdade proponha as seguintes ações:

- Construção de equipes de diretores das escolas públicas e da rede Sesi utilizando recursos de TIC, para compartilhamento de informações e reuniões bimestrais de alinhamento das parcerias.
- Encontros presenciais semestrais, para apresentação dos resultados e das ações das parcerias, com espaço para discussão de novos projetos.
- Nomeação de um observador, membro da CPA, que faz o relatório da gestão das parcerias.

Dessa forma, para que o Estágio ou a Residência possa acontecer de forma a ser campo de aprendizado e possibilidade de ações de melhoria das escolas parceiras, entende-se que a gestão da parceria deve buscar ferramentas e processos que possam transpor os elementos burocráticos e organizacionais e ser, ela mesma, espaço de diálogo entre faculdade e escolas.

1.11.2. Estágio Curricular Supervisionado - relação teoria e prática

A legislação vigente se propõe a explicar as circunstâncias da teoria e da prática. Depois da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 9394/96, foram propostos muitos esclarecimentos para os termos “prática de ensino”, “prática”, “estágio supervisionado” e “teoria”. Essa compreensão ou diferenciação tornou-se fundamental visto que cada um deles tem sua representatividade no universo curricular. No título VI da Lei 9394/96 que se refere aos profissionais da educação encontramos:

“Art. 61. A formação de profissionais da educação de modo a atender aos objetivos dos

diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I - a associação entre teorias e práticas inclusive mediante a capacitação em serviço;....

Art. 65. A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas”. (LEI 9394/96).

Podemos verificar que a colocação dos termos “teorias e práticas” e “prática de ensino” foi realizado em diferentes perspectivas. Com o objetivo de esclarecer o sentido, a Resolução CNE/CP Nº. 2, 2001 estabelece que:

Art. 1º. A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível Superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas nas quais a articulação teoria-prática garanta, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns: I- 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso; II- 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso; (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº. 2, 2002).

Nessa resolução aparecem a prática como componente curricular e o estágio curricular supervisionado. O que em alguns momentos foi marcado como sinônimo, por esse Parecer passa a ser diferenciado. Na perspectiva de avançar na compreensão da questão, tomamos os Pareceres CNE/CP Nºs 9 e 28/2001 que fundamentam a Resolução CNE/CP Nºs 01 e 02/2002. O Parecer CNE/CP Nº. 9/2001, no item 3.2.5, apresenta a concepção de prática no contexto da formação dos professores para a Educação Básica: Uma concepção de prática mais como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento que tanto está presente nos cursos de

formação, nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio, nos momentos em que se exercita a atividade profissional (PARECER CNE/CP Nº. 9/2001, p.23). De acordo com o Parecer CNE/CP Nº. 9/2001, é necessário entender a prática como dimensão do conhecimento. Ela extrapola os limites da experiência, pois, não está ligada exclusivamente a atividade, mas, à dimensão do conhecimento.

No Parecer CNE/CP Nº. 9/2001, item 3.6, encontramos a afirmação: Assim, a prática na matriz curricular dos cursos de formação não pode ficar reduzida a um espaço isolado, que a reduza ao estágio como algo fechado em si mesmo e desarticulado do restante do curso. (...) Nessa perspectiva, o planejamento dos cursos de formação deve prever situações didáticas em que os futuros professores coloquem em uso os conhecimentos que aprenderem, ao mesmo tempo em que possam mobilizar outros, de diferentes naturezas e oriundos de diferentes experiências, em diferentes tempos e espaços curriculares (...) (PARECER CNE/CP nº. 9/2001, p.57). A explicação contida nos Pareceres CNE/CP Nºs 9 e 28/2001, ainda não trouxeram a necessária clareza que o Parecer CNE/CES Nº. 15/2005 2 tratou de realizar: Portanto, a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático

relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento. (PARECER CNE/CES Nº. 15/2005).

Essas regulamentações que separam o estágio “ação docente” da prática “área curricular” tem o objetivo de dirimir as dúvidas quanto à diferença da “prática como área curricular” e a prática desenvolvida nos estágios. As orientações emanadas pela legislação não definem na realidade o trabalho a ser desenvolvido nessas instâncias de formação. A questão é mais ampla ainda porque abre espaço para entendimentos diferenciados. No entanto as orientações constantes na legislação não parecem dar conta do entendimento da questão. Nesse contexto entendemos que a discussão sobre o conceito de práxis torna-se bastante pertinente. A compreensão de que estamos inseridos em um contexto social e que as atividades que desenvolvemos implicam e são implicadas pelo que os outros fazem é uma das perspectivas necessárias ao entendimento da indissociabilidade entre teoria e prática. Ou seja, quando entendermos que a prática será tanto mais coerente e qualificada, quanto mais consistente e desenvolvida for a teoria que a embasa - e que tal prática será transformada à medida que exista uma elaboração teórica que justifique a necessidade de sua transformação e que proponha as formas da transformação, estamos pensando a prática a partir da teoria.

A teoria não está desvinculada da prática, nem esta da teoria. Considerado dessa maneira o sentido do conhecimento que é desenvolvido em sala de aula é teórico-prático à medida que para ensinar o professor estabelece relações necessárias para desenvolver os conceitos. Dessa maneira o conhecimento não acontece em um momento teórico e em outro prático. Ele é ao mesmo tempo teórico-

prático. Sánchez Vásquez (1968, p. 207) explicita ainda mais essa questão com a afirmação que a teoria em si não é capaz de mudar o mundo, mas contribui para sua transformação se assimilada por aqueles que por seus atos podem ocasionar a transformação: Entre a teoria e a atividade prática, transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização de meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais, efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação. Nessa direção é importante ressaltar a função do professor no processo de organização do Estágio. As expressões coletadas na pesquisa como justificativas ou explicações para o problema que os mesmos encontram em significar o estágio, mostram que não compreenderam a função de professor de Estágio.

É necessário o posicionamento do professor quanto ao Estágio. Se o estágio for considerado como “espaço de problematização das ciências gerais e específicas, em que a práxis educativa é tomada como objeto de estudo e de compreensão da transição dos conhecimentos puros para os conhecimentos tecnológicos aplicados à realidade educativa” (SILVA, 2003, p. 17) sua significação ficará mais clara. Isso quer dizer que o estágio não está isolado na formação do professor. Não faz “somente a prática”. O espaço do estágio suscita discussão, pesquisa, estudo, avaliação de teorias e conceitos formulados e estudados em todos os campos do conhecimento. Dessa forma, o Estágio Supervisionado passa a ter função fundamental que não é apenas levar os conhecimentos teóricos ao campo da prática, mas compreendê-los, elaborá-los, pensando a realidade vivida pelo

futuro professor. Quais as implicações que esse encaminhamento traz ao trabalho do professor de Estágio Supervisionado? De que maneira isso pode ser efetivado? Para tanto entendemos que o professor precisa considerar o trabalho como princípio educativo. Nesse sentido poderá organizar suas ações no processo de ensino tendo como referência que o trabalho é o centro da formação humana, ou seja, “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2005, p. 13).

Dessa forma, o Estágio Supervisionado não pode ser pensado apenas a partir da ação prática do estagiário. Precisa ser elaborado considerando os condicionantes que essa ação traz em seu contexto. Isso significa pensar o trabalho realizado no estágio como ação intencional. Saviani, (2005, p.11) especifica que: “[...] o trabalho instaura-se a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação. Consequentemente, o trabalho não é qualquer tipo de atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, pois, uma ação intencional.” Entendemos como ação intencional no Estágio Supervisionado aquela realizada tendo como referência estudo e pesquisa. Deve considerar o saber e o saber sobre o fazer, que devem estar integrados na formação dos alunos.

Isso quer dizer que o futuro professor precisa ter conhecimento para conduzir um processo de transposição didática acerca dos conhecimentos científicos. Requer também dos professores que trabalham com os futuros professores, comprometimento com o que ensinam e a maneira como o fazem. Somente assim teríamos a práxis como princípio curricular promovendo em primeiro momento, a compreensão que o estágio, não é o momento de realizar a aplicação prática dos conhecimentos teóricos. Não se trata de organizar a

aplicabilidade da ciência. A práxis pressupõe teoria e prática ao mesmo tempo. Sendo assim, as atividades do Estágio Supervisionado devem ser organizadas dialeticamente, ou seja, o saber e o saber sobre o fazer devem o tempo todo e ao mesmo tempo, estar em constante comunicação.

Nessa perspectiva devemos considerar [...] a práxis como uma prática fundamentada teoricamente. Se a teoria desvinculada da prática se configura como contemplação, a prática desvinculada da teoria é puro espontaneísmo. É o fazer pelo fazer (SAVIANI, 2005, p. 141). Isso quer dizer que não se pode partir da prática e permanecer nela. O processo de formação do professor precisa extrapolar esses limites. Isso implica dizer que não é possível separar a teoria da prática. Nesse caso, defender a ideia de que é necessário estudar a teoria para depois realizar a prática, implica situar teoria e prática em diferentes perspectivas. Entendemos que é necessário compreender o movimento dialético que fortalece a relação teoria e prática. Sánchez Vasquez (1968, p. 210) explica “[...] enquanto a atividade prática pressupõe uma ação efetiva sobre o mundo, que tem por resultado uma transformação real deste, a atividade teórica apenas transforma nossa consciência dos fatos, nossas ideias sobre as coisas, mas não as próprias coisas”. Conhecer teoricamente as concepções de avaliação, por exemplo, tomar consciência das mesmas, não garante a sua aplicação nas atividades que o estagiário ou o futuro professor irá desenvolver. Nessa situação é que constatamos a necessidade do professor de estágio como elemento mediador do processo de relação teoria-prática. Fazer com que o futuro professor possa, conforme nos indica Saviani (2007), transpor do senso comum à consciência filosófica. Se não acontecer a mediação do professor de estágio, possivelmente a ação docente via Estágio Supervisionado ou Prática

de Ensino, se efetivará no senso comum em que o futuro professor se pauta mais na maneira como foi ensinado (senso comum, prática) do que nas formas que ele aprendeu a ensinar (estudo teórico).

Consideramos, finalmente, com Saviani (2008, p. 128) que o que se opõe de modo excludente à teoria não é a prática, mas o ativismo; do mesmo modo que o que se opõe de modo excludente à prática é o verbalismo e não a teoria. Pois o ativismo é a ‘prática’ sem teoria e o verbalismo é a ‘teoria’ sem a prática. Isto é: o verbalismo é o falar por falar, o culto da palavra oca; e o ativismo é a ação pela ação, a prática cega, o agir sem rumo claro, a prática sem objetivo. O estágio deve ser compreendido enquanto espaço que oportunize a efetivação do conhecimento e dos saberes necessários à prática docente. É um lugar de produção do conhecimento. Por isso, é uma prática que precisa ser intencional e fundamentada. Somente desta forma é possível realizar a articulação teoria e prática. O professor que tem um trabalho intelectual, pensa sobre as ciências, sobre os instrumentos de ensino, sobre os recursos didáticos, elabora seu material e sabe selecionar o material já existente. Tem consciência do projeto educacional no qual está inserido e participa de sua elaboração. Formar esse professor poderá garantir o direito da criança ao saber que a escola deve socializar, no sentido da emancipação humana [...] (SILVA, 2003, p. 16).

Assim, essa prática não pode se dar de forma qualquer. Precisa ser supervisionada pelo professor da disciplina, com a colaboração de professores do Curso e dos professores que atuam no campo em que esse estágio acontecerá em forma de docência. A docência é entendida aqui como uma ação que envolve mais que regência de classe. É o conhecimento de todas as instâncias que envolvem o trabalho do professor. O conhecimento das questões que envolvem a

docência está articulado com todas as disciplinas que envolvem a formação do aluno. Portanto, deve existir um canal aberto entre o professor de Estágio com os demais professores do curso. Isso nos remete pensar que ao trabalhar com cada uma das disciplinas que compõem o currículo, os professores desenvolvem um trabalho que envolve teoria e prática.

Formar o professor com conhecimentos necessários para atuar em sala de aula requer além de um Projeto Pedagógico pensado e organizado, professores com sólida formação e conhecedores de sua função, bem como a escolha de formas e condições adequadas para instrumentalizar a ação pedagógica. Requer acima de tudo intencionalidade. Sendo assim, ainda segundo Saviani (2005), o professor precisa ter conhecimento para distinguir entre aquilo que é essencial e acidental, principal e secundário, fundamental e acessório na hora de definir os pressupostos de seu trabalho e os caminhos que seguirá. O autor chama atenção também que para poder fazer essa distinção é preciso ter noção de 'clássico' definindo-o como "aquilo que se firmou como fundamental, como essencial". Se quisermos que o Estágio Supervisionado deixe de ser apenas o cumprimento de tarefas e carga horária, precisamos nos posicionar quanto à sua função na formação do professor. O estágio é um dos momentos de formação do professor. Não é o único e nem o mais importante, entretanto é fundamental.

O estágio tem que ser pensado e planejado para que essa instância da formação do futuro professor, possa contribuir no sentido de possibilitar a integração do estagiário com seu campo e objeto de trabalho, superando a ideia de empirismo, prática pela prática, cumprimento de atividades e carga horária. Dessa forma, para que o Estágio ou a Residência possa acontecer de forma a ser campo de

aprendizado e possibilidade de ações de melhoria das escolas parceiras, entende-se que a gestão da parceria deve buscar ferramentas e processos que possam transpor os elementos burocráticos e organizacionais e ser, ela mesma, espaço de diálogo entre faculdade e escolas.

Em termos de organização prática para a relação entre teoria e prática acontecer sistematicamente a faculdade e os cursos propõe as seguintes ações:

- os alunos são acompanhados por um Orientador de Residência e Estágio, docente da faculdade com experiência comprovada no ensino básico, pelo professor responsável da escola, e discutem, semanalmente, com carga horária de 2 horas semanais, as experiências e reflexões ocorridas no espaço da escola.
- Os docentes são orientados e incentivados a trabalharem diversos produtos educacionais que possam ter aplicabilidade real e serem utilizados nas escolas parceiras.
- Os trabalhos de investigação científica, assim como propostas de extensão, devem estar intimamente ligados às questões próprias de formação de professores.
- A faculdade se propõe a realizar mostras dos trabalhos dos alunos, para público externo, como gestores e professores da escola básica, e para o “público interno”, alunos do Ensino Médio da Escola Associada, incentivando-os a entender a docência como práxis fundamental para a sociedade, e incentivá-los a considerá-la uma carreira essencial para a Nação.

A Residência Educacional é parte constituinte do currículo e seu objetivo está centrado no desenvolvimento de ação-reflexão-ação. Para que haja a reflexão da prática educativa é necessário que os residentes registrem suas impressões sobre o ambiente escolar de forma a fomentar discussões nas orientações em grupo realizadas pelo professor-orientador.

As atividades desenvolvidas pelos estudantes envolvem inserção no contexto de profissionalização docente, observando e acompanhando situações de sala de aula bem como vivências de situações concretas do trabalho docente ou escolar que contribuam para a sua formação.

A vivência e a experiência desenvolvida pelo residente nas escolas de educação básica contemplam diferentes níveis de ensino, desde o Ensino Fundamental I até o Ensino Médio, tanto em escolas públicas como particulares ou da própria rede SESI-SP, como forma de ampliação do conhecimento pedagógico dos estudantes. No que concerne ao acompanhamento do cotidiano escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, as práticas de ensino desenvolvidas pelos professores contribuem para a compreensão do ensino por área de conhecimento, além de promover conhecimento sobre o desenvolvimento da aprendizagem e o percurso formativo dos estudantes da Educação Básica. Também é previsto que o residente possa desenvolver atividades em outros ambientes não formais de ensino, além de monitorias na graduação.

No primeiro ano, a orientação da Residência Educacional possui foco central na escola, suas dinâmicas e complexidades. Os discentes são solicitados a observarem, registrarem e refletirem sobre o processo de ensino e aprendizagem, a gestão da sala de aula, da escola e das relações profissionais e a relação entre o ambiente escolar e as comunidades internas e externas à escola.

Como são alunos ingressantes no curso e em formação espera-se dos residentes uma atitude mais observadora do ambiente e das relações que nele se desenvolvem. Os alunos podem auxiliar o professor em atividades dentro e fora da sala de aula, mas sempre com orientação e supervisão de um professor ou gestor.

Assim, as expectativas para atuação do residente no primeiro ano são:

- Observação e registro do cotidiano escolar
- Auxílio ao professor em atividades dentro e fora da sala de aula
- Participação em reuniões pedagógicas, conselhos de classe, reuniões de responsáveis, formações in loco
- Organização do espaço para o desenvolvimento da rotina em dias comuns e em eventos

No segundo ano, a orientação da Residência Educacional possui como foco central a reflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem nas escolas, envolvendo o acesso aos planos de aula, critérios de avaliação dos alunos e estratégias e protocolos de comunicação com as famílias, promovendo uma ressignificação da prática docente e inserindo-o na dinâmica formativa de forma mais potente.

Neste sentido, espera-se que o residente comece a se tornar protagonista de algumas atividades, podendo acompanhar ou desenvolver projetos, plantões de dúvidas, assistências em aula aos professores, desenvolvimento de atividades experimentais e extracurriculares. Estas atividades podem ser realizadas pelo residente sob orientação e supervisão de um professor ou gestor do local de residência.

Assim, as expectativas para atuação do residente no segundo ano são:

- Acesso e análise dos Planos de aula

- Conhecimento dos instrumentos e critérios de avaliação
- Acompanhamento de diferentes projetos na escola
- Preparação ou desenvolvimento de atividades de ensino
- Auxílio em práticas docentes
- Auxílio em atividades dentro e fora da sala de aula

A orientação da Residência Educacional a partir do terceiro ano discute a construção da autonomia na proposição e no acompanhamento de atividades pedagógicas. Para isso, os alunos devem atuar na regência de aulas na educação básica e em outros espaços da escola, bem como atuação em instituições não formais.

O centro da discussão está no processo de ensino e aprendizagem planejado e realizado pelos residentes em conformidade com os documentos oficiais de currículo considerando as especificidades de cada escola. Nesse sentido, é importante que os residentes tenham espaço na escola para a proposição e regência de atividades em sala de aula, bem como acesso aos documentos oficiais da unidade (Projetos Pedagógicos, Plano de Desenvolvimento Institucional, Planejamentos bimestrais e anuais, livros ata e eventuais prontuários de alunos cujos casos forem discutidos em Conselho de Classe), que devem ser discutidos e refletidos em alinhamento tanto com o professor-orientador na faculdade quanto com o professor da educação básica que acompanha o residente na escola.

Assim, as expectativas para atuação do residente nos terceiro e quarto anos são:

- Análise do Projeto Político Pedagógico da escola
- Proposição e planejamento de práticas de ensino
- Desenvolvimento das práticas de ensino propostas
- Reflexão sobre a prática de ensino desenvolvida

- Atuação direta em atividades de monitoria na graduação ou na extensão

1.12. Núcleo de Estudos Integradores (Atividades Complementares)

O Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular, em conformidade com Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, tem por objetivo propiciar aos licenciandos a ampliação dos seus conhecimentos científicos, do seu universo cultural e o enriquecimento curricular de sua formação acadêmica e profissional. Assim, complementando a Residência Escolar, tais atividades possibilitam ainda a incorporação de dinâmicas, vivências e espaços formativos variados, no sentido de promover a articulação da base conceitual específica da Licenciatura em Ciências Humanas com a construção e aquisição das competências requeridas para a atuação profissional do egresso.

Com base nessa premissa, o Núcleo de Estudos Integradores permite aos alunos consolidar a sua formação acadêmica e científica, pelo aprofundamento de estudos e pela interligação entre ensino, pesquisa e extensão; constituir um repertório cultural diversificado, pelo contato com diferentes produções culturais e artísticas (cinema, jornal, literatura, teatro, exposições, espetáculos musicais, etc.) e construir um perfil profissional diferenciado, pelo enriquecimento da sua reflexão e prática docente e educativa. Dessa forma, os licenciandos podem, por esta ampliação do currículo, construir itinerários formativos próprios e flexíveis, em função de seus interesses, do projeto de curso da instituição e das necessidades científico-culturais inerentes à sua formação cidadã e à sua atuação profissional.

A diversidade de atividades do Núcleo de Estudos Integradores deve atingir o mínimo de 200h ao longo de todo o curso, e é sugerido que fique assim distribuída:

- 1º. semestre – 15 horas
- 2º. semestre – 15 horas
- 3º. semestre – 30 horas
- 4º. semestre – 30 horas
- 5º. semestre – 30 horas
- 6º. semestre – 30 horas
- 7º. semestre – 25 horas
- 8º. semestre – 25 horas

As atividades do Núcleo de Estudos Integradores (atividades acadêmico-científico-culturais) contam com regulamento próprio e compreendem ensino, pesquisa e extensão.

Ensino:

1. Visitas a museus, centros culturais, teatro, cinema, feiras culturais, bienal, monumentos, filmes etc;
2. Participação em atendimento à escola pública;
3. Participação em cursos ou oficinas promovidas pela Faculdade ou por outras instituições;
4. Participação, com frequência e aprovação, em cursos de idiomas e de informática;
5. Realização de monitoria na Faculdade por semestre de curso.

Extensão:

1. Participação em atividade de Extensão à Comunidade proposta e supervisionada pela Faculdade;
2. Participação em projetos comunitários, sociais, culturais, ambientais etc;
3. Participação em evento acadêmico da Faculdade Sesi-SP ou outra instituição;
4. Participação em congressos acadêmicos com apresentação de trabalho;
5. Premiação de trabalho acadêmico e tecnológico;
6. Organização de eventos artísticos, culturais e científicos;
7. Participação como membro titular ou suplente em órgão colegiado da faculdade ou de representação discente.

Pesquisa:

1. Produção de resenhas de livros literários, de divulgação científica, exposições e espetáculos, não vinculadas às unidades curriculares;
2. Participação como ouvinte em defesas de monografias, dissertações e teses; congressos, encontros e seminários; em estudo do meio ambiente etc;
3. Publicação em periódico científico, livro, capítulo de livro, relacionados aos objetivos do curso, como autor ou coautor;
4. Realização de pesquisa de Iniciação Científica.

1.13. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é atividade obrigatória para a obtenção do título de Licenciatura em Ciências Humanas da Faculdade Sesi-SP de Educação e consiste em uma produção acadêmica

desenvolvida pelos licenciandos sob a orientação de um professor do curso, que tem por objetivo fundamental estimular a reflexão sobre o ofício do professor da Educação Básica, com base em um processo de investigação sistemático de um problema teórico-prático de pesquisa.

Os objetivos gerais do Trabalho de Conclusão de Curso são:

- promover a reflexão sobre o ofício do professor na Educação Básica, com base em um processo de investigação sistemático de um problema de pesquisa;
- aplicar os conhecimentos apreendidos ao longo do curso na análise crítica e interpretativa de um objeto de pesquisa;
- incorporar a pesquisa como parte do processo de formação do professor;
- estimular a produção científica e a consulta de bibliografia especializada;
- despertar o espírito crítico e reflexivo no meio social onde está inserido;
- desenvolver autonomia para aprendizagem.

Dessa forma, o Trabalho de Conclusão de Curso é uma atividade de pesquisa intrinsecamente articulada com a prática e as atividades acadêmicas, colaborando para a formação da identidade do futuro professor como pesquisador e para o desenvolvimento de competências exigidas na prática profissional, especialmente quanto ao planejamento, organização, execução e avaliação do trabalho docente.

O desenvolvimento do TCC está vinculado às atividades das unidades curriculares *Trabalho de Conclusão de Curso I e II*, pois nelas o licenciando é orientado sobre procedimentos de pesquisa e elaboração

do TCC, conforme Manual próprio. Nos 7º e 8º semestres, tanto o grupo de estudantes quanto o professor orientador permanecem juntos por 1 ano, para a consolidação do TCC.

Desta forma, ao iniciar o último ano do curso, é possível ao estudante optar por temática relacionada a um dos Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa e Extensão – NIPE, assim como pelos professores que considera mais adequados para orientá-lo, por meio de um sistema em que o estudante indique pelo menos três opções de linhas de pesquisa e/ou temas e de professor orientador para que uma delas seja atendida.

O TCC consiste em pesquisa em grupo de um (1) a três (3) alunos, podendo envolver uma pesquisa de natureza *colaborativa* a ser desenvolvido a partir de produções individuais dos membros do grupo.

De fato, a pesquisa colaborativa em Educação tem sido apontada como forte tendência pelos mais recentes estudos da área. (JACQUES, 1992; HERON, 1987; GRÍGOLI, 2007; TICKS, 2010; MATTOS, 2011). Na prática, tal opção significa que o professor orientador de TCC vai conduzir os trabalhos de um grupo de tal forma que, embora fiquem preservados interesses, motivações, razões ou circunstâncias individuais para realizar uma determinada pesquisa, seja possível que o grupo encontre um *denominador comum* e trabalhe colaborativamente, de forma a chegar a um mesmo produto final.

O grupo deverá entregar o TCC em formato eletrônico e fazer uma apresentação pública do produto final a ser avaliada por uma banca composta de dois professores: o professor orientador e um segundo membro da banca que pode ser outro professor do Curso de Ciências Humanas ou de outros cursos de graduação da Faculdade Sesi-SP de Educação ou ainda de outras instituições. Pesquisadores colaboradores

vinculados ao NIPE poderão ser aceitos, formalmente, como coorientadores de TCC.

A avaliação parcial do TCC de cada estudante, a ser registrada na unidade curricular *Trabalho de Conclusão de Curso I*, será composta pela participação individual do estudante no processo de orientação no 7º semestre do curso, a ser atribuída pelo professor-orientador, conforme critérios por ele estabelecidos.

A avaliação final do TCC de cada estudante, a ser registrada na unidade curricular *Trabalho de Conclusão de Curso II*, será composta por 3 dimensões:

- a) participação individual do estudante no processo de orientação nos dois últimos semestres do curso, a ser atribuída pelo professor-orientador;
- b) O Trabalho de Conclusão de Curso a ser avaliado pelos professores da banca;
- c) A apresentação pública a ser avaliada pelos professores da banca.

Os registros de desempenho dos alunos no TCC, poderá ter as seguintes menções:

- a) Os alunos que cumpriram com todas as exigências terão registrado como resultado final a expressão “**APROVADO**”.
- b) Os alunos que deixaram de cumprir qualquer exigência terão registrado como resultado final a expressão “**REPROVADO**”.

Será reprovado o aluno que deixar de entregar seu trabalho em tempo hábil e/ou que deixar de comparecer à apresentação oral, sem justificativa formalizada e aceita pelo coordenador de curso. No caso de reprovação, o aluno deverá cumprir a Unidade Curricular novamente, na forma de Programa de Formação Individual (PIF).

Os trabalhos aprovados serão arquivados em repositório próprio da Instituição e disponível à consulta pública.

A responsabilidade pela elaboração do TCC é integralmente do licenciando, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas no *Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso* da Faculdade Sesi-SP de Educação, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

1.14. Apoio ao Discente

Visando o melhor aproveitamento do estudante nos cursos é oferecida orientação para sua adequada inserção no Ensino Superior, na Faculdade e nos seus métodos de ensino, especialmente quanto à perspectiva de sua autonomia no desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Nesse sentido, estão previstos programas que possibilitam a criação de rotas alternativas de aprendizagem de modo que os estudantes possam superar as dificuldades decorrentes de sua formação com programas específicos de estudo, aproveitando os recursos já existentes na faculdade, como, por exemplo, a sala de informática e a biblioteca.

Esse atendimento tem o propósito de orientar o desenvolvimento de uma metodologia de estudo que favoreça o bom desempenho no processo de ensino e aprendizagem e será monitorado pelo coordenador do Curso, com ajuda dos docentes, cuja incumbência é de acompanhar, e apoiar o estudante, visando a sua integração, permanência e aproveitamento.

1.14.1. Programas de Apoio Pedagógico

A Faculdade busca desenvolver políticas de apoio discente que contribuam para a permanência e a continuidade dos estudos dos discentes. Entendendo o aluno como sujeito ativo do processo educativo, tais políticas visam acompanhar e orientar todo o percurso dos estudantes no curso, valorizando seu papel como protagonista no próprio desempenho acadêmico e na formação profissional.

Nesse sentido, podem ser oferecidos aos estudantes programas, planos, projetos, auxílios e ações estruturantes de orientação e integração à vida acadêmica que, articuladas com outras políticas institucionais, possibilitem a criação de rotas alternativas de aprendizagem, de modo que os estudantes possam superar as dificuldades decorrentes de sua formação.

Além dessas possibilidades, a Faculdade Sesi-SP de Educação busca também: promover projetos e atividades de acolhimento, recepção e integração dos novos alunos; desenvolver planos de prospecção periódica dos alunos com desempenho acadêmico insatisfatório, propondo ações e estratégias pedagógicas que fortaleçam o processo de ensino e de aprendizagem; e, por fim, acompanhar e analisar os fatores de evasão para subsidiar projetos e ações estratégicas que garantam a permanência dos estudantes nessa instituição.

O conjunto dessas ações é monitorado pelo Coordenador de Curso e pelo Coordenador do Programa de Residência Educacional, sendo que os docentes têm a incumbência de acompanhar e apoiar o estudante, visando a sua integração, permanência e aproveitamento nas atividades curriculares.

Os alunos podem ainda participar dos serviços oferecidos no Centro de Atividades Gastão Vidigal do Sesi-SP, na Vila Leopoldina, local onde funciona a Faculdade Sesi-SP de Educação, tais como: Atividade

Física (academia e dança), Centro de Reabilitação e Espaços de Livre Utilização (piscina, quadras poliesportivas e espaços de convivência).

Todo o atendimento ao estudante visa orientar o aluno no desenvolvimento de uma metodologia de estudo, de forma a favorecer o bom desempenho no processo de ensino e de aprendizagem, utilizando-se de recursos humanos e técnicos disponíveis na Faculdade.

Com o intuito de contribuir para o apoio psicopedagógico dos alunos, constantemente, são promovidas ações pelas psicólogas da Rede Sesi-SP e convênios de cooperação técnica.

1.14.2. Programa de Nivelamento

O nivelamento é composto por programas e ações para apoiar estudantes que precisem de algum tipo de reforço educacional ao longo do curso, identificados pelos professores ou pela Coordenação do Curso.

Os programas de nivelamento ocorrem por meio de monitorias, concomitantemente ao desenvolvimento das Unidades Curriculares oferecidas pela Faculdade. Além disso, são desenvolvidas ações para promover a aprendizagem do estudante ao longo do semestre.

1.14.3. Programa de Monitoria

O Programa de Monitoria Institucional da Faculdade Sesi-SP de Educação tem por objetivo o aprimoramento da formação do discente, visando contribuir para o desenvolvimento de competências didático-pedagógicas e intensificando a colaboração entre professores e alunos em atividades ligadas ao ensino.

O programa de monitoria pode estar relacionado ao Programa de Nivelamento, ao Programa Individual de Formação (PIF), ou ainda a uma Unidade Curricular específica. É constituído por dois tipos de Monitoria de Ensino: Monitoria Semestral e Monitoria Especial.

Na modalidade Semestral, as atividades são consideradas como horas do Programa de Residência Educacional, no semestre correspondente, seguindo as diretrizes desse Programa.

As atividades desenvolvidas na Monitoria Especial podem ser validadas como horas para o Núcleo de Estudos Integradores. Essa monitoria pode ocorrer a qualquer momento dentro do semestre letivo, conforme solicitação do docente responsável.

O professor responsável elabora, em conjunto com o estudante-monitor, um Plano de Atividades, que contém os objetivos a serem alcançados, o cronograma de acompanhamento, as metodologias utilizadas, incluindo, quando necessário, as atividades em laboratórios.

O programa de monitoria é regido por regulamento próprio aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

1.14.4. Políticas de Educação Inclusiva

Como parte de seu compromisso social com a inclusão, a Faculdade reconhece e acolhe a diversidade de estudantes, sem preconceito ou discriminação de qualquer espécie.

Particularmente, partilha da preocupação do país com os interesses e necessidades dos portadores de deficiência, tendo adequadas suas instalações, com acessos garantidos para todos, para que possam participar com autonomia de todas as atividades acadêmicas, de acordo com as seguintes legislações:

- Direitos Humanos - Resolução CNE/CP nº 01/2012;
- Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista – Lei nº 12.764/2012;
- Condição de Acessibilidade – Lei nº 10.098/2000, Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, nº 7.611/2011 e Portaria nº 3.284/2003.

A Faculdade respeita as necessidades dos alunos, docentes e funcionários que apresentam necessidades especiais, promovendo campanhas e reflexões, além de incluir, nos currículos dos cursos e programas de formação de professores, conteúdos sobre a questão, bem como o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Decreto nº 5.626/2005).

A matriz curricular do curso permite o amplo debate sobre esses temas de forma transversal, visando a formação do egresso com consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica (Lei nº 9.795/1999 e Resolução CNE nº 02/2012), étnico-racial (Lei nº 11.645/2008, Resolução CNE/CP nº 01/ 2004), de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras.

1.14.5. Organização Estudantil

A Faculdade incentiva a organização estudantil, visando o protagonismo, a formação de cidadãos conscientes do seu papel social e participativos na comunidade em que estão inseridos.

Os representantes das turmas, eleitos por seus pares, participam de reuniões periódicas, entre si e com representantes da Gestão Acadêmica, com o objetivo de discutir questões pertinentes à vida estudantil, registradas em atas.

A FASESP incentiva, ainda, a participação do alunado nos diversos órgãos colegiados da Faculdade e do curso.

1.14.6. Acompanhamento dos Egressos

Será mantido banco de dados com informações dos ex-estudantes, para fins de relacionamento, intercâmbio, promoções socioculturais e divulgação de ações de formação continuada, com os seguintes objetivos:

- Mensurar o impacto da formação na vida dos egressos e direcionar ações de gestão;
- Obter informações quanto às tendências do mercado a fim de servir de base para manutenção da qualidade da formação que oferece;
- Possibilitar o alinhamento do perfil proposto para o egresso de cada curso com a realidade do mercado;
- Promover comunicação contínua com os egressos de forma a estabelecer e fortalecer vínculos;
- Identificar as demandas por cursos de especialização, extensão, pós-graduação e outros, de forma a contribuir com a formação continuada do egresso.

1.15. Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

A avaliação do Projeto Pedagógico de Curso é um importante recurso para a qualificação das ações de ensino, pesquisa e extensão,

pois além de identificar os processos e resultados, permite problematizar e buscar significados no trabalho desenvolvido no decorrer do curso.

Com esse enfoque, a avaliação assume um caráter formativo, pois não se limita à medição de resultados ou ao cumprimento dos objetivos. Possibilita também a reflexão sobre o processo e sobre as condições objetivas, subjetivas e intersubjetivas sob as quais as ações se desenvolvem.

A partir disto, temos como dimensões de qualidade a serem analisadas no curso:

- Corpo discente: estudantes, egressos e mercado de trabalho;
- Corpo docente: qualificação, dedicação, regime de trabalho e políticas de aperfeiçoamento;
- Gestão: gestão acadêmica, qualificação do coordenador, do pessoal técnico-administrativo;
- Currículo: estrutura curricular;
- Infraestrutura: infraestrutura física, instalações, biblioteca e acervo de referência, laboratórios e equipamentos.

Assim, na avaliação do curso é considerada a existência de pelo menos dois aspectos em que compreendemos passíveis de análise e os quais se desenvolvem concomitantemente: um que provoca ajustes cotidianos no trabalho desenvolvido e outro que requer dados avaliativos consolidados para subsidiar ações institucionais de maior envergadura, envolvendo os órgãos colegiados da Faculdade Sesi-SP de Educação.

O primeiro caminho desse processo avaliativo é desenvolvido cotidianamente por alunos, professores, coordenadores e demais profissionais envolvidos. Nesse aspecto, a avaliação é usada para orientar, por meio do diálogo, ações que estão dentro dos limites da

competência de cada um desses atores institucionais. Esse diálogo é fundamentado em processos de autoavaliação que, em instâncias individuais e coletivas, considera as informações obtidas por um olhar externo.

Assim, os professores, coordenadores de curso e de residência fazem constantemente avaliações diagnósticas e formativas no decorrer do semestre, orientando suas atividades. Os feedbacks e autoavaliações nesta dinâmica são permanentes, já que permitem ajustes no processo e clareza nos objetivos e nas formas de avaliar. Neste espectro, o coordenador do curso utiliza-se das reuniões pedagógicas junto aos docentes para constantemente propor momentos de avaliação do trabalho realizado.

O segundo aspecto trabalha com as propostas de melhoria que requer um envolvimento institucional por meio de ações e decisões dos órgãos colegiados da instituição. Para fundamentar a elaboração dos planos de melhoria, é necessária a sistematização dos resultados encontrados durante o processo de avaliação desse curso. Os instrumentos para a coleta de dados e sua aplicação são sempre construídos e discutidos junto à CPA.

Essa sistematização e produção de dados é realizada semestralmente por meio das avaliações das unidades curriculares e da Residência Educacional e uma vez por ano na própria Avaliação Institucional. Ao final de cada semestre, os professores recebem relatórios individuais referentes às unidades curriculares que lecionam e produzem uma autoavaliação baseada em sua experiência no decorrer das aulas e nas avaliações dos discentes, através de critérios estabelecidos conjuntamente. Esse processo ocorre tanto no Núcleo Docente Estruturante como no Colegiado de Curso, onde há representação estudantil.

A avaliação da Residência ocorre em três instâncias: os alunos realizam semestralmente a avaliação do processo de Residência, os professores orientadores fazem uma avaliação junto aos seus orientandos e os responsáveis pelo local de Residência também fazem uma avaliação do processo.

Esta documentação serve como fundamento para a reflexão sobre o Projeto Pedagógico do Curso, avaliando a necessidade de continuidades e aprimoramentos. Todos esses processos e resultados, assim como os planos de ação elaborados, devem ser inseridos nos Relatórios Parciais e no Relatório Integral da Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme Nota Técnica nº.65 do INEP/DAES/CONAES.

Complementando o processo de avaliação, as avaliações externas ao curso e à instituição, tais como Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que integra o Sistema Nacional do Ensino Superior (SINAES), relatórios das Comissões de Avaliação ad hoc nomeadas pelo Ministério da Educação (MEC) e outros relatórios pertinentes, trazem informações que visam colaborar para a melhoria dos processos pedagógicos e administrativos da instituição. Os registros desses processos avaliativos são sistematizados pela CPA.

Nestes diversos caminhos que percorrem os processos de avaliação – ensino, infraestrutura, perfil de egressos e matriz curricular - a avaliação do trabalho docente e do coletivo subsidiam as ações na busca da formação de um profissional qualificado. Essas características da avaliação do curso buscam contemplar o contexto complexo, plural e polissêmico no qual se insere, consolidando o caráter social do processo avaliativo.

Diante disto, a proposta metodológica é que a avaliação se torne parâmetro e tenha um efeito multiplicador. Ou seja, o discente que hoje é avaliado em uma perspectiva formativa, tenderá um dia a utilizar destas

mesmas premissas para a avaliação de seus futuros alunos. O propósito é criar uma avaliação que não tenha um fim em si mesma, mas que seja percebida dentro de um processo maior que vise a qualidade da educação.

Assim, a Faculdade Sesi-SP de Educação, notadamente, por meio da CPA em sua estrutura, orienta-se pelas recomendações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e objetiva, no Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, a melhoria contínua de seus processos e excelente desempenho em todos os critérios propostos pela Lei nº 10.861/2004, bem como da Portaria do Ministério da Educação nº 2.051/2004.

Utilizando como referência o SINAES nos seus critérios e procedimentos, a Faculdade Sesi-SP de Educação não se exime de desenvolver critérios específicos, bem como de definir e implementar procedimentos próprios de avaliação. Eles são pautados na participação de todos os seus agentes, orientando criticamente para seu melhor desempenho.

Assim, a avaliação do Projeto Pedagógico do Curso se constitui numa ferramenta essencial para garantir padrões adequados de qualidade acadêmico-científica, indispensável para o planejamento e definição das políticas estratégicas e para a gestão. Ao mesmo tempo, esta ferramenta permite uma prestação de contas à sociedade sobre o desempenho do Ensino Superior como um todo.

1.16. Ambiente virtual de aprendizagem e atividades de tutoria

A atividade de EAD entende que a aprendizagem é um processo subjetivo de construção que se efetiva em diferentes contextos, no acesso às diferentes mídias (texto, áudio, vídeo) de forma individual ou coletiva, com materiais e objetos diversos, numa relação de reciprocidade, na inter-relação, na interação e no diálogo com o mundo, em um movimento constante e permanente.

É importante que os professores (tutores e conteudistas) entendam o processo de ensino e aprendizagem nessa modalidade, portanto, todos os envolvidos na educação a distância são capacitados com o objetivo de que haja a experimentação da metodologia adotada.

A metodologia utilizada visa promover o autodesenvolvimento e a aprendizagem colaborativo, como também articular conhecimentos e estimular a interação entre professor e alunos. Nesse sentido, busca-se uma metodologia pautada na autonomia que promova a constante revisão e atualização nos papéis do professor e do aluno, visando o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias ao desenvolvimento profissional e pessoal do cidadão. Além disso, o acompanhamento dos alunos é realizado pelo próprio professor conteudista das unidades curriculares (mesmo aquelas essencialmente EAD).

Parte da carga horária das unidades curriculares são ministradas a distância por meio da plataforma *open source* Moodle (moodle.org). Esse ambiente virtual de aprendizagem (AVA) baseia-se no princípio de comunicação educativa, no qual se emprega o uso de meios didáticos que permitam aos professores-tutores e aos alunos obterem diferentes experiências de comunicação, tanto em momentos SÍNCRONOS (encontros simultâneos), como em momentos ASSÍNCRONOS (não simultâneos).

Assim, são utilizados, para as comunicações ASSÍNCRONAS, os seguintes recursos:

- fórum, ferramenta destinada ao debate sobre temáticas de relevância para a disciplina, promovendo o intercâmbio de informações e experiências, além da reflexão sobre os conceitos fundamentais que merecem ser assimilados pelos alunos;
- Correio eletrônico (*e-mail*);
- Área de conteúdo, no qual são disponibilizadas as aulas, os objetos virtuais de aprendizagem, além de exercícios para revisão e fixação e atividades com finalidade de avaliar a aprendizagem.
- Ambiente virtual de aprendizagem, que disponibiliza conteúdo de cada uma das aulas, objetos virtuais de aprendizagem, além de exercícios para revisão e atividades com finalidade de avaliar a aprendizagem.

Para as comunicações SÍNCRONAS, serão empregados os seguintes recursos:

- *Chat*, destinado ao esclarecimento de dúvidas e consequente aproximação entre alunos e professor-tutor.
- Encontros presenciais, conforme Calendário (disponibilizado na Agenda do ambiente virtual de aprendizagem);

Atualmente a Faculdade Sesi SP de Educação conta com a ampla ferramenta da Microsoft 365, que garante os encontros síncronos com ótima qualidade e a plataforma Moodle, para interação não presencial com os estudantes.

1.17. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

A política de avaliação do processo de ensino e de aprendizagem, que permeia este curso de licenciatura é entendida como um processo contínuo de obtenção de informações, de análise e de interpretação da ação educativa, devendo estimular reflexões que orientem as ações docentes e subsidiem a Faculdade na melhoria de suas ações educacionais. Nessa concepção, o processo avaliativo está comprometido com a aprendizagem dos estudantes. Logo, a avaliação é assumida como um procedimento pedagógico, eminentemente formativo, que rompe com a lógica meramente classificatória e seletiva da avaliação. Ou seja, a avaliação é praticada cotidianamente pelos professores, tendo como pano de fundo o projeto de desenvolvimento institucional e este projeto pedagógico de curso.

Diante do exposto, a avaliação do processo de ensino e de aprendizagem tem por objetivo:

- I. Mapear os avanços e dificuldades do aluno no processo de apropriação, de construção e de recriação do conhecimento, em função do trabalho desenvolvido;
- II. Possibilitar ao aluno tomar consciência de seus avanços e dificuldades, visando ao seu envolvimento no processo ensino-aprendizagem;
- III. Fornecer aos professores elementos para uma reflexão sobre o trabalho realizado, tendo em vista o redirecionamento do planejamento da unidade curricular.

Cada estudante é avaliado individualmente pelo docente de cada unidade curricular, mediante critérios e instrumentos constantes no seu Plano de Ensino, obedecidas as normas regimentais.

A avaliação é um processo de análise contínua da formação do estudante e da prática docente nos vários aspectos das experiências. Assim:

- I. Realiza-se mediante o emprego de instrumentos diversificados, em conformidade com a natureza dos objetivos da avaliação;
- II. Efetua-se com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- III. Incide sobre cada um dos componentes curriculares.

Diante da diversidade de instrumentos de avaliação, o estudante tem a oportunidade de expor seus conhecimentos e habilidades, de confirmar seus saberes, de demonstrar suas dúvidas, dificuldades ou necessidades de aprendizagem. Por meio da autoavaliação, também tem a oportunidade de regular gradativamente suas próprias aprendizagens.

No início do processo formativo poderá ser usada a avaliação diagnóstica que busca investigar os saberes e as características do estudante e encontrar subsídios para a escolha da melhor sequência de formação. Trata-se de articular as características da formação ao perfil dos estudantes durante o desenvolvimento dessa sequência. Além disso, a avaliação formativa poderá favorecer o ajuste do ritmo do ensino ao ritmo da aprendizagem, subsidiando a seleção das atividades a serem trabalhadas. Portanto é um processo avaliativo contínuo e processual, pois está integrado na ação de formação. Desta forma é dada ao estudante a possibilidade de “recuperação” contínua em seu processo de aprendizagem, rompendo com a ideia de exames finais.

Ao final do processo formativo, a avaliação somativa (HADJI, 1994) será utilizada para representar o desempenho do estudante ao final de distintos momentos do processo educacional (ano letivo, semestre, semana, atividade). A nota atribuída deve ser usada como um indicador sintético da aprendizagem e assim orientar ações formativas para o processo educacional do estudante e da instituição.

Diante da proposta metodológica apresentada nesse Projeto Pedagógico de Curso, a avaliação, vista como parte indissociável do processo de ensino e de aprendizagem, colabora para uma abordagem integradora, envolvendo um ou mais componentes curriculares, abarcando os mais diversos conhecimentos e saberes necessário para o exercício docente. Ou seja, quando se deseja um desenvolvimento de ensino com boa qualidade, “saber avaliá-lo é imprescindível. A dupla ação se amplia quando se entende o que se ensina avaliando e se avalia ensinando” (FAZENDA, 2009, p. 51).

Concluída cada etapa do processo educacional, visando o cumprimento da avaliação somativa, mas mantendo as preocupações com a avaliação formativa, cada docente, segundo seus critérios, atribui uma nota, expressa em números inteiros em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez), que sintetiza o desempenho do estudante na etapa avaliada. Destacamos a palavra sintetiza para explicitar que essa nota não deve ser apenas o resultado de cálculos aritméticos de notas obtidas pelos estudantes nos mais diversos instrumentos avaliativos, mas sim um valor que representa o parecer do professor em relação ao desempenho do estudante.

Os critérios qualitativos ou quantitativos usados para a atribuição das notas devem estar explícitos nos Planos de Ensino de cada uma das unidades curriculares e nas orientações às diferentes atividades curriculares passíveis de avaliação. Tais critérios devem ser explicitados previamente e negociados com os estudantes. É considerado promovido

ou concluinte o estudante que obtiver em cada unidade curricular, nota final igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência mínima de 75% das aulas e atividades acadêmicas obrigatórias.

Aos estudantes que não alcançarem o mínimo exigido para aprovação são oferecidas oportunidades de recuperação como parte integrante do processo de ensino, pela participação no Programa Individual de Formação (PIF), entendido como orientação contínua de estudos e criação de novas situações de aprendizagem na unidade curricular na qual foi retido, a ser desenvolvido nos semestres seguintes àquele no qual a reprovação ocorreu.

É considerado retido ao término de cada período letivo, o estudante que não apresentar frequência mínima de 75% em cada componente curricular ou não obtiver nota final igual ou superior a 7,0 (sete) em mais do que 3 (três) componentes curriculares.

O aluno retido poderá cursar apenas o(s) componente(s) curricular(es) objeto da retenção, por meio do Projeto Individual de Formação (PIF), valendo-se do recurso de aproveitamento de estudos em relação aos componentes curriculares nos quais foi aprovado.

O aluno que acumular, ao longo do curso, 5 (cinco) reprovações em diferentes Componentes Curriculares ficará retido até que curse pelo menos, 2 (duas) das unidades curriculares que ficou retido e seja aprovado em ambas.

O controle de frequência é de responsabilidade da Secretaria Acadêmica, a partir do registro feito pelos docentes, não havendo abono de faltas; a aceitação de dispensa de frequência é permitida se prevista em dispositivo legal específico.

As datas de divulgação dos resultados de avaliação são definidas no Calendário Acadêmico. A revisão da avaliação poderá ser requerida pelo aluno mediante protocolo na Secretaria Acadêmica, justificando os

motivos de seu pedido, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de sua divulgação.

1.18. Atividades práticas de ensino para licenciaturas

O rompimento entre teoria e prática é um dos aspectos cruciais presentes nos cursos de licenciatura da Faculdade Sesi de Educação. Para o êxito dessa perspectiva, pautamo-nos no seguinte tripé: a) Residência Educacional – que permite o aprofundamento dos aprendizados do futuro professor por contemplar presença em tempo maior na Educação Básica. b) as unidades curriculares dos eixos específicos de cada área – as quais congregam aspectos *teóricospráticos* de ensino e caracterizam-se por seu caráter interdisciplinar e, c) as unidades curriculares do eixo educação e profissionalização docente - que buscam ampliar os olhares sobre as pesquisas relacionadas à educação, tanto em seu aspecto geral como ligadas à cada realidade escolar, as quais os estudantes encontram na residência educacional.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (art. 65) fica explícito que a prática de ensino deve ser um espaço de excelência vinculando teoria e vivência profissional supervisionada pela instituição formadora. No entanto, em geral, muito dessa prática acontece apenas nos semestres finais dos cursos de graduação. Já para o aluno que faz o seu curso na Faculdade Sesi-SP de Educação esta prática de ensino ocorre desde o primeiro semestre, participando de forma observadora e ativa do cotidiano escolar. Durante sua experiência na Residência Educacional, o estudante

tem o apoio do orientador de residência⁹. Assim, a cada semestre no final do período há um levantamento das problemáticas analisadas, estudadas durante as orientações e posteriormente sistematizadas para que o aluno encaminhe proposições e reflexões em relação a sua própria formação.

Já nas unidades curriculares dos eixos específicos de cada área, o objetivo é unir teoria e prática, daí a expressão por nós utilizada *teoriaprática*, evidenciando uma formação que estabelece como eixo norteador, os conhecimentos atualizados de cada unidade curricular e ao mesmo tempo, reflete sobre a *práxis* em sala de aula. Exemplos da Residência Educacional e de como os conhecimentos formam a interface entre o que é produzido na academia e nas escolas pelo país são elementos de constante reflexão nas unidades curriculares. Os questionamentos, anseios e vivências dos alunos são constantes temas de discussão nas diversas unidades curriculares ao longo do curso. Tendo o espaço para essa reflexão na própria carga horária das unidades curriculares há um rompimento com a ideia de teoria e prática como algo dissociado.

A intenção é que por meio dessas reflexões desenvolvidas em aula, os alunos se tornem partes ativas na Residência, contribuindo para a ampliação dos conhecimentos e metodologias. O ciclo assim se fecha, já que os estudantes trazem para as aulas seus aprendizados, percepções, inquietações e discutem em conjunto com os professores possibilidades pedagógicas, as quais poderão retornar como novas formas de atuação na sala de aula da Educação Básica.

Já as unidades curriculares do eixo educação e profissionalização docente são ministradas durante todos os semestres dos cursos e os

⁹ Professor do quadro efetivo da faculdade, que dedica parte de sua carga horária para orientar os estudantes a partir da experiência vivenciada por estes na escola, contribuindo assim, para diferentes reflexões e produção de trocas de experiências com seus colegas e docentes.

professores que a ministram envolvem-se nas reuniões pedagógicas e nas orientações de residência. Isso faz com que as discussões sobre currículo, teorias da aprendizagem, sobre avaliações entre outros aspectos, não sejam alheias ao que se pretende na graduação, demonstrando a relação entre os saberes da área e a sua contínua interface com o que acontece na escola.

Entrelaçando o tripé apresentado, podemos afirmar que a prática de ensino se faz presente por meio de espaços educacionais não escolares, como museus, casas de cultura, centros de ciências, saídas técnicas e ambientais etc. Aqui a intenção é perceber esses espaços como pedagógicos, os quais integram a sala de aula e permitem uma ampliação dos conhecimentos, de compreensão de conceitos, produzindo debates que possibilitem uma visão mais ampliada do papel cultural da educação. Esses espaços não formais de educação ampliam expectativas e atendem às exigências de um mundo que se transforma a todo instante.

2 CORPO DOCENTE E TUTORIAL

2.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE

O NDE, conforme define a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, é um órgão com função consultiva, propositiva e de assessoramento da coordenação de curso, responsável pelo processo de concepção, consolidação, e contínua atualização do Projeto Pedagógico do curso, tendo as seguintes atribuições:

- I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III. Indicar linhas de pesquisa e extensão consoantes à política da Instituição, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e de acordo com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- V. Avaliar, constantemente, a adequação do perfil profissional do egresso do curso;
- VI. Elaborar plano de ação a partir de resultados obtidos na Autoavaliação Institucional e em avaliações externas;
- VII. Convidar consultores ad hoc para auxiliar nas discussões do projeto pedagógico do curso;
- VIII. Levantar dificuldades na atuação do corpo docente do curso, que interfiram na formação do perfil profissional do egresso;

- IX. Verificar o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante;
- X. Propor programas ou outras formas de capacitação docente, visando a sua formação continuada;
- XI. Estabelecer perfil do corpo docente do curso;
- XII. Elaborar relatório de adequação referente à bibliografia básica e complementar do curso.

O NDE é composto pela Coordenação do curso e mais cinco professores, sendo que pelo menos 60% deles possuem titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; pelo menos 20% contratados em regime de trabalho de tempo integral e os demais em tempo parcial.

Os membros do NDE são eleitos por seus pares, preferencialmente garantindo-se a representatividade das áreas do curso. A renovação de seus membros ocorre de forma parcial, sempre inferior ou igual a 50% de seus membros, de modo a haver continuidade no pensar do curso.

As reuniões acontecem ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente, quando necessário; todas as reuniões são registradas por meio de ata assinada por seus membros.

As sugestões e deliberações do NDE são encaminhadas ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) para análise, validação e encaminhamento ao Conselho Superior e de Gestão (CSG), se for o caso.

2.2 Equipe Multidisciplinar

A equipe responsável pelas disciplinas a distância é composta de profissionais de diferentes áreas de conhecimento, que são responsáveis

pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação a distância.

Esta equipe é composta pelo professor responsável pela Unidade Curricular ofertada à distância que produz seu conteúdo, pelos profissionais de apoio técnico local e do departamento de Tecnologia da Informação da Rede Sesi-SP, responsável por toda a parte técnica do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Os conteúdos, metodologias e recursos educacionais destas Unidades Curriculares são discutidos nas reuniões pedagógicas do curso com todos os professores que também contribuem para sua elaboração, garantindo assim a articulação com as demais Unidades Curriculares.

2.3 Atuação do Coordenador

A administração acadêmica do curso é realizada pelo Coordenador que conta com o apoio do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante. O Coordenador do Curso é nomeado pelo Diretor e possui as seguintes atribuições:

- I. Implementar a Proposta Pedagógica constante no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) junto com sua equipe;
- II. Cumprir e fazer cumprir as normas legais pertinentes e as disposições regimentais;
- III. Assinar documentos referentes à vida escolar dos estudantes, juntamente com a Secretaria Acadêmica;
- IV. Propor e coordenar o aperfeiçoamento do pessoal docente e o desenvolvimento do pessoal técnico-administrativo diretamente ligados ao curso;

- V. Participar do processo de admissão, bem como propor a demissão de docentes e do pessoal técnico-administrativo de sua área de atuação;
- VI. Zelar pela manutenção da ordem e da disciplina dos estudantes;
- VII. Avaliar o processo de ensino e de aprendizagem, garantindo sua qualidade;
- VIII. Acompanhar a elaboração e supervisionar a execução dos currículos dos cursos e programas, e dos planos de ensino dos docentes;
- IX. Elaborar calendário para o desenvolvimento de cursos, programas e demais atividades;
- X. Coordenar a elaboração de projetos e cursos especiais;
- XI. Praticar as demais atribuições de sua competência, conferidas pela Direção.

O Coordenador do curso possui participação efetiva nos processos de planejamento e gestão sendo membro integrante no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e tendo participação representativa no Conselho Superior e de Gestão (CSG) e na Comissão Própria de Avaliação (CPA).

O coordenador possui regime de trabalho integral, o que lhe permite atender adequadamente as demandas do curso, além de articular as atividades de ensino com a pesquisa para produção de conhecimentos e desenvolvimento de tecnologias, socializando-os em benefício da coletividade, mediante ações diversificadas de Extensão.

O coordenador também se reúne semanalmente com os docentes nas reuniões pedagógicas, onde são discutidos aspectos referentes ao andamento do curso, considerando as potencialidades de cada docente,

favorecendo a integração da equipe e garantindo a interdisciplinaridade entre as Unidades Curriculares.

O acompanhamento das atividades do curso é realizado pelo coordenador através de vários recursos tais como: os planos de ensino, os registros feitos nos diários de classe e de orientação, as produções realizadas pelos alunos, a observação das aulas, as conversas com os discentes e docentes, as produções acadêmicas dos docentes e discentes, as reuniões pedagógicas, as reuniões dos órgãos colegiados e instrumentos formais que coletam dados avaliativos.

Todo esse acompanhamento não tem como meta a fiscalização, mas a identificação dos elementos necessários para o constante aprimoramento do ensino. Dessa identificação resultam ações que podem ser resumidas em demandas de natureza administrativa, demandas de natureza pedagógica para com discentes e docentes, orientações e estabelecimento de diretrizes e em processos formativos junto ao corpo docente. Essas ações são cotidianas e constantes.

Além disso, os coordenadores das licenciaturas da Faculdade se reúnem também semanalmente com o objetivo de traçar macro estratégias de gestão, alinhando ações comuns aos cursos e atividades de integração.

O Plano de Ação do Coordenador é realizado anualmente e compartilhado com a comunidade acadêmica. O desempenho do Coordenador é avaliado segundo os indicadores do Plano de Remuneração e Evolução Profissional – PREP – do SESI-SP:

- Compromisso Profissional
- Foco no Cliente Interno e Externo
- Melhoria Contínua
- Relacionamento Interpessoal

- Valorização do Conhecimento
- Análise e interpretação de informações
- Atualização técnica
- Cumprimento dos prazos e qualidade de seu trabalho
- Diagnóstico Escolar
- Direcionamento e Desenvolvimento da equipe
- Estabelecimento de Parcerias
- Foco no resultado
- Planejamento
- Processo Pedagógico e Qualidade do Ensino
- Tomada de decisão

2.4 Regime de trabalho do coordenador do Curso

O Coordenador do Curso é contratado em regime de trabalho integral, o que permite o atendimento aos alunos, professores, tutores e equipe multidisciplinar, promovendo integração entre eles e a administração da potencialidade do corpo docente.

O tempo dedicado à Coordenação do Curso permite o cumprimento do Plano de Ação do Coordenador, visando a melhoria contínua do curso e de sua atuação.

2.5 Titulação do Corpo Docente do Curso

A formação dos professores e suas áreas de estudo e pesquisa estão diretamente relacionadas às necessidades das Unidades Curriculares as quais eles são responsáveis.

Os professores participam semanalmente de reuniões pedagógicas junto ao coordenador de curso para alinhamento

Os professores constantemente analisam os conteúdos dos Componentes Curriculares durante a elaboração de seus planos de ensino e nas reuniões pedagógicas periódicas, abordando a sua relevância para a formação do discente.

A atuação dos professores em suas áreas proporciona aos alunos acesso a conteúdo de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso, fomentando o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta.

O incentivo à produção do conhecimento é realizado por meio dos Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa (NIPE), no qual professores e alunos, de forma colaborativa, constroem conhecimento a partir da linha de estudo escolhida.

É incentivada pela instituição a participação frequente dos docentes em eventos, como congressos, seminários, workshops etc., bem como a publicação em periódicos, livros entre outros, com vistas a divulgação dos trabalhos realizados e atualização constante no que concerne aos conhecimentos da área de Ciências Humanas e da Educação.

2.6 Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso

Os professores são, em sua maioria, contratados em regime de trabalho parcial ou integral, sendo assim distribuídos: 90% em tempo parcial e 10% horistas.

As atividades dos professores são registradas no Plano de Atividades Docente, o qual contém a distribuição da carga horária do professor, segundo as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão

descritas no próprio documento, além de carga horária de planejamento para que os professores possam planejar suas aulas e atividades, preparar e corrigir as avaliações de aprendizagem.

Para a definição da carga horária de cada professor é considerada, além da sua disponibilidade e aderências às Unidades Curriculares, a necessidade do curso para atendimento integral da demanda existente.

As participações dos professores nas reuniões pedagógicas, do NDE, do Colegiado do Curso e dos Colegiados da IES (CSG, CEPE e CPA), também são consideradas na definição do regime de trabalho docente e registradas no Plano de Atividades Docente no início de cada semestre letivo.

Ao término de cada semestre, os professores fazem uma autoavaliação, que compõe ata de reunião de Colegiado de Curso, na qual avaliam sua atuação em cada uma de suas atividades. Esta autoavaliação é discutida na reunião de Colegiado de Curso e compõe a base de planejamento do semestre posterior e da gestão para melhoria contínua.

2.7 Experiência no exercício da docência na Educação Básica

O tempo médio de experiência na Educação Básica dos professores da instituição é de 12 anos, o que os permite apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos Componentes Curriculares, adequar a exposição do conteúdo em linguagem aderente às características da turma, além de exercer liderança em sala de aula e ser reconhecido por sua produção técnica e acadêmica.

São realizadas avaliações diagnósticas, formativas e somativas ao longo do semestre letivo, de forma contínua, cujos resultados são utilizados para redefinição de sua prática docente no período.

A identificação das dificuldades dos alunos é percebida nas aulas e atividades, assim como nos resultados das avaliações. Elas são discutidas pelos professores nas reuniões pedagógicas e são elaboradas atividades específicas para a promoção da aprendizagem desses alunos.

2.8 Experiência de Magistério Superior do Corpo Docente

Os professores da instituição possuem experiência média em magistério no Ensino Superior de 10 anos e são atuantes em suas respectivas áreas de pesquisa, proporcionando reconhecimento pela sua produção.

A prática docente permite que os professores possam adequar as atividades e utilizar linguagem aderente às características de cada turma, valendo-se de atividades elaboradas conforme a necessidade de cada Unidade Curricular. Essa diversidade de metodologia utilizada pelos professores permite identificar eventuais dificuldades dos estudantes e adaptar as atividades conforme as necessidades de cada um.

A avaliação contínua é composta de diferentes instrumentos de avaliação diagnóstica, formativa e somativa, sendo os resultados discutidos nas reuniões pedagógicas e utilizados para adequar das ações docentes quando necessário.

2.9 Experiência no exercício da docência na educação a distância

Os Conteúdos Curriculares que utilizam a modalidade de Educação a Distância tratam exatamente do ensino e da elaboração de material didático para essa modalidade. Dessa forma, a metodologia de ensino está alinhada ao conteúdo a ser aprendido pelos estudantes.

As atividades síncronas e assíncronas permitem ao docente verificar a aprendizagem do aluno e perceber suas dificuldades na

aprendizagem. Essas dificuldades são discutidas nas reuniões pedagógicas e as atividades, quando necessário, são adaptadas.

Os docentes responsáveis por essas Unidades Curricular têm experiência docente na Educação a Distância superior a 03 anos.

2.10 Atuação do Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é órgão consultivo, normativo, de planejamento acadêmico e executivo, que é constituído para cada um dos cursos de Licenciatura, visando os assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com as diretrizes da instituição, exercendo suas atribuições, definidas em seu Regulamento. São elas:

- I. Definir a política para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão no âmbito de cada curso em conformidade com o planejamento estratégico da instituição;
- II. Avaliar, sempre que houver necessidade, e devidamente articulada à Comissão Própria de Avaliação (CPA) o desenvolvimento do Projeto Pedagógico de Curso - PPC, em todos os seus aspectos, e encaminhar os resultados ao NDE;
- III. Analisar e emitir pareceres sobre os projetos de pesquisa e extensão relacionados à área de cada curso de licenciatura de acordo com o Plano Institucional de Pesquisa;
- IV. Analisar e aprovar os Planos de Ensino das unidades curriculares de licenciatura, propondo alterações, quando necessário;
- V. Propor Plano para Formação Continuada dos docentes de acordo com os regulamentos aprovados no CEPE e encaminhar ao CSG;

- VI. Analisar e propor adequações ao calendário acadêmico, encaminhando para o CEPE;
- VII. Avaliar semestralmente, em reunião específica, a execução dos Planos de Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, enviando relatório ao CEPE;
- VIII. Examinar e responder quando possível as questões suscitadas pelos docentes e discentes, ou encaminhar ao setor competente, cuja solução transcenda as suas atribuições;
- IX. Apresentar ao CEPE regulamentos específicos do Curso referentes aos Núcleos de Estudos Integradores, Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório, Residência Educacional e Trabalhos de Conclusão de Curso;
- X. Avaliar e promover a integração das unidades curriculares do curso, assim como a de outros cursos, visando garantir a qualidade didático-pedagógica, a integração dos diferentes conteúdos e a interdisciplinaridade;

O Colegiado de curso possui representatividade dos segmentos da Comunidade Acadêmica, sendo composto por:

- I – Coordenador do Curso, como presidente;
- II – 03 (três) professores representantes titulares do corpo docente do curso, e seus respectivos suplentes, eleitos por seus pares, permitida a recondução;
- III – 01 (um) representante discente e seu suplente, por turma do curso, eleitos por seus pares, permitida a recondução.

O colegiado do curso reúne-se ordinariamente no início e no final de cada período letivo, registrando suas reuniões e decisões em ata. Reuniões extraordinárias podem ser convocadas pelo seu Presidente, por iniciativa própria, ou por requerimento de um terço de seus membros.

As decisões e sugestões aprovadas, por maioria simples, nas reuniões de colegiado são encaminhadas ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE e ao Conselho Superior e de Gestão – CSG.

É realizada avaliação periódica do desempenho do Colegiado do Curso, possibilitando acompanhamento e ajuste de práticas de gestão.

3 INFRAESTRUTURA

3.1 Espaço de trabalho para professores Tempo Integral – TI

Os professores em tempo integral possuem espaço de trabalho distribuídos em 3 salas que viabilizam ações acadêmicas, como planejamento didático-pedagógico, garantindo a privacidade para uso dos recursos, para o atendimento a discentes e orientandos.

Esses espaços contam com recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados; são 17 computadores conectados à internet distribuídas nas salas, além do sistema wireless de acesso à internet sem fio.

Em cada sala há armários para a guarda de material e equipamentos pessoais dos professores, com segurança.

As salas dos professores são excelentes quanto a dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade, além de serem devidamente equipadas para que as atividades acadêmicas sejam plenamente desenvolvidas com qualidade, atendendo às necessidades institucionais.

3.2 Espaço de trabalho para a Coordenação do Curso

A coordenação do curso atende docentes e discentes em sala específica, onde conta com estação de trabalho individual e infraestrutura tecnológica que possibilita formas distintas de trabalho. A sala atende às necessidades institucionais, viabilizando as ações acadêmico-administrativas.

O atendimento aos alunos, individual ou em grupo, com privacidade pode ser realizada na sala de Coordenação ou na sala de reuniões, localizada logo em frente, que também possui infraestrutura tecnológica que possibilita formas distintas de trabalho.

3.3 Sala coletiva de professores

As salas dos professores são excelentes quanto a dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade, além de serem devidamente equipadas para que as atividades acadêmicas sejam plenamente desenvolvidas com qualidade, atendendo às necessidades institucionais.

Na Faculdade, há espaços que permitem o descanso, realização de atividades de lazer e de saúde, assim como a integração dos professores.

O apoio técnico administrativo dos professores fica na Secretaria da Faculdade, onde estão concentradas as atividades administrativas. Há ainda técnicos de laboratórios didáticos e de informática que auxiliam os professores em suas atividades.

3.4 Salas de aula

A FASESP possui 16 salas de aula, somando 944 m², adequadas ao número de alunos do curso (40 por turma), devidamente iluminadas, com acústica, ventilação, conservação e comodidade, atendendo às condições de salubridade. A limpeza e conservação das salas são feitas diariamente por equipe própria.

Todas as salas estão equipadas com quadro branco, data show e pontos para conexão de internet e notebooks, ventiladores e janelas. O docente fica alocado em mesa própria.

Em função das metodologias de ensino utilizadas nos cursos, as salas de aula contam com mesas de trabalho coletivo e cadeiras, que podem ser arranjadas de diferentes configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino e aprendizagem.

Os professores contam também com dois carrinhos de notebooks, com 40 máquinas em cada um, que podem ser utilizados nas salas de aula pelos alunos, possibilitando formas diferenciadas do uso da tecnologia.

3.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

A infraestrutura tecnológica e internet são atualizados e em quantidade adequada às demandas da Faculdade. Os alunos podem ter acesso aos 129 equipamentos de informática nos laboratórios: de Informática (40), na Biblioteca (9) ou nos dois Laboratórios Móveis - carrinhos com notebooks (80).

As máquinas possuem a seguinte configuração e softwares: processador Intel® Core i5 3330, memória RAM de 8GB, HD de 500GB, Microsoft Office 2016 (Word, Excel, PowerPoint, Access, Outlook e Onedrive), RStudio, R Project, Arduino, Gimp.

Há disponibilizado em todo o prédio acesso à internet por meio do WiFi, com velocidade de 200 mbps, após a autenticação feita com o CPF e senha cadastrada no Portal do Aluno. O acesso dos funcionários é realizada por meio da identidade funcional.

O laboratório de informática fica disponível para utilização livre de segunda à sexta das 14h30 às 18h30; após esse horário, o laboratório fica disponível para utilização dos alunos, caso não esteja sendo utilizado para aulas. As normas de funcionamento estão afixadas no Laboratório.

Os computadores educacionais possuem scripts de limpeza e softwares para restauração do Sistema Operacional após reinício, a fim de reduzir a quantidade de manutenção preventiva no software; os laboratórios possuem ar condicionado e as janelas são fechadas a fim de evitar poeira no interior das máquinas; todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva são feitos por empresa terceirizada contratada pelo Sesi-SP.

3.6 Bibliografias básica e complementar por Unidade Curricular

A Biblioteca dispõe de instalações que incorporam concepções arquitetônicas, tecnológicas e de acessibilidade; atende plenamente aos requisitos de: dimensão, sinalização, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação, conforto e horários de atendimento.

A Biblioteca oferece acesso às principais fontes bibliográficas e de informação na área da Educação, prestando apoio de pesquisa e mantendo intercâmbio com redes de informação.

Tem, entre suas atribuições, o apoio ao desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, e a prestação de assistência na identificação das indicações bibliográficas e na sua aquisição.

A Biblioteca desenvolve suas coleções, com a inclusão de lançamentos de editoriais nas áreas do conhecimento que contribuem para a atuação do corpo docente e para formação dos estudantes. Mantém o acervo sempre atualizado, adquirindo, também, novos suportes informacionais com conteúdos pertinentes à atuação da Faculdade.

Em relação à informatização, os computadores, aplicativos, e programas são de tecnologia atual e em quantidade que atende plenamente às demandas previstas para a utilização do acervo,

permitindo diversas formas de pesquisa, reserva e renovação de livros on-line e acesso via Internet.

O acervo da biblioteca considera as bibliografias básica e complementar das unidades curriculares dos cursos, além de obras de autores clássicos de cada área e bibliografia em áreas correlatas para apoiar o desenvolvimento das pesquisas realizadas na Instituição.

Ainda sobre o acervo, a coleção da biblioteca é composta por obras de referências (dicionários, enciclopédias, guias, entre outros de caráter geral e específico), além de materiais para a acessibilidade de público PNE, como livros em braile e táteis.

A Biblioteca conta ainda com a assinatura da **Biblioteca Virtual da Pearson** que reúne mais de 30 editoras e oferece aproximadamente 8.000 títulos distribuídos em 40 áreas do conhecimento e conteúdos multidisciplinares.

O acesso é ilimitado e pode ser realizado em computadores, tablets ou smartphones. Dispõe de recursos como anotações, marcações e leitura online e/ou off-line. Também pode ser acessada por deficientes visuais e auditivos por meio de integração com softwares de acessibilidade. Há ainda o Plano de Contingência para a garantia do acesso e do serviço.

Com relação aos periódicos, estão presentes os principais títulos existentes na(s) área(s) de formação dos cursos, além de disponibilizar acesso a portais on-line que possuem periódicos científicos das diversas áreas (CAPES, SCIELO, entre outros) e assinatura de bases específicas (JSTOR). Jornais diários e revistas semanais de grande circulação também fazem parte do acervo.

Todo o acervo da biblioteca está tombado e registrado no sistema Pergamum e encontra-se disponível para consulta online.

As Bibliografias Básica e Complementar foram analisadas e adequadas pelos professores do curso, sendo, posteriormente, aprovada pelo NDE, após análise de compatibilidade de cada bibliografia da UC, entre o número de vagas autorizadas, do próprio curso e de outros que utilizem os títulos, e a quantidade de exemplares por título ou assinatura de acesso disponível no acervo.

3.7 Laboratórios didáticos de formação específica

O curso de Licenciatura em Ciências Humanas possui, além das atividades de prática de ensino que ocorrem nas Unidades Curriculares, atividades de prática em laboratórios didáticos equipados de acordo com a sua finalidade e planejado de modo a atender as vagas autorizadas e ao espaço físico existente.

Os laboratórios atendem grupos de até 40 alunos, equipado com projetor multimídia, um computador, lousa, e espaço de trabalho para discentes e para o docente. Diariamente são feitas vistorias preventivas; havendo necessidade, é realizada manutenção pelo setor responsável mediante solicitação de ordem de serviço.

Professores e alunos assistem a uma palestra que orienta sobre a segurança e a utilização dos laboratórios; os professores assinam um formulário de responsabilidade e os alunos a lista de presença na palestra. Além disso, as normas de utilização, funcionamento e segurança dos laboratórios estão disponíveis aos usuários em local visível e acessível.

Para a utilização do laboratório escolhido, o professor faz o agendamento ao técnico responsável, descrevendo os materiais e procedimentos que serão realizados em aula, segundo formulário de

solicitação de uso. Os materiais são separados pelo técnico, utilizados e lavados pelos alunos; após a vistoria técnica, estando tudo em ordem, são guardados novamente.

Para o curso de Licenciatura em Ciências Humanas, os laboratórios do curso são:

Ambiente	Quantidade	Área (m²)
Terreiro das Artes	1	110
Laboratório de Informática	1	58,97
Laboratório de Multimídia	1	58,97
Estúdio	1	30,3
FAB-LAB	1	126

Os insumos, materiais e equipamentos possuem em quantidades condizentes com os espaços físicos e o número de vagas, segundo a finalidade de cada laboratório.

Os laboratórios são avaliados periodicamente quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios; os resultados obtidos são utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas neles.

3.8 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, com a finalidade de salvaguardar os direitos e a dignidade dos sujeitos de pesquisa. Além disso, o CEP contribui para a qualidade das pesquisas e para a discussão do papel da pesquisa no desenvolvimento institucional e no desenvolvimento social da

comunidade. Contribui ainda para a valorização do pesquisador que recebe o reconhecimento de que sua proposta é eticamente adequada.

Finalmente, o CEP exerce papel consultivo e, em especial, papel educativo para assegurar a formação continuada dos pesquisadores da instituição e promover a discussão dos aspectos éticos das pesquisas em seres humanos na comunidade.

De acordo com a Res. CNS 196/96, “toda pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa”.

3.9 Ambientes profissionais vinculados ao curso

Além dos laboratórios de formação específica, há outros laboratórios na Faculdade que, apesar de estarem vinculados aos outros cursos, deverão ser utilizados, dada a valorização do trabalho interdisciplinar. São eles: Laboratório de Biologia, Laboratório de Física, Laboratório de Química e Laboratórios de Matemática I e II.

Toda a infraestrutura atende as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida para que utilizem as instalações e serviços educacionais, conforme a legislação que dispõe sobre a prioridade e as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. Oferece, deste modo, acessibilidade arquitetônica (rampa, elevadores, banheiros etc.) e de comunicação (interpretação em Libras), visando a frequência do estudante, o convívio acadêmico e o aprendizado.

A *Biblioteca da Faculdade SESI-SP de Educação* tem por objetivo apoiar as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. O acervo atende aos discentes, docentes, pesquisadores, demais pessoas vinculadas a Faculdade e aos Centros Educacionais da Rede SESI-SP de Ensino, para

consulta local e empréstimos. A coleção da Biblioteca é composta por livros, recursos audiovisuais (DVDs, CD-ROMs), softwares.

Além da Biblioteca da Faculdade, os estudantes, professores e equipes técnicas têm acesso livre à *Biblioteca e Gibiteca SESI*, do Centro de Atividades Gastão Vidigal do SESI-SP, na Vila Leopoldina, local onde funciona a Faculdade. Esta biblioteca reúne títulos sobre o atual universo da literatura, quadrinhos, cinema e música. Com a curadoria do professor Álvaro de Moya, um dos maiores especialistas mundiais em histórias em quadrinhos, a Gibiteca do Sesi incorpora em seu acervo desde as publicações mais populares, como os heróis da Marvel e da DC Comics, passando por Will Eisner, Neil Gaiman e Frank Miller, até títulos raros, como as coleções da Ebal dos anos 1950, quadrinhos de Alan Moore, edições italianas de *Tex* e *Dylan Dog*, entre outros. Os visitantes podem acessar à internet, livros, gibis, *graphic novels*, filmes em DVD, música e jornais nacionais e internacionais.

Além desses espaços, a Faculdade dispõe de um teatro localizado no pavimento térreo, equipado com 100 lugares, inclusive para deficientes físicos, e de um miniauditório, com capacidade para 60 lugares.

Possui ainda um FAB LAB (abreviação do termo em inglês *fabrication laboratory*), que é uma plataforma de prototipagem rápida de objetos físicos, inserida em uma rede mundial de quase oito centenas de laboratórios: dos Estados Unidos ao Afeganistão, da Noruega a Gana, de Costa Rica a Holanda. Tem como base o empoderamento do aluno e da comunidade local e é apoiado por uma realidade global, que é a rede internacional. O objetivo destes laboratórios é ser um ponto de encontro e conexão de ideias, as quais são materializadas através da fabricação digital, eletrônica e programação.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES N. 280/2007** Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Artes Visuais, Bacharelado e Licenciatura.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1 de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP N. 4/2010**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Fundamentada no Parecer CNE/CP n.º 03/2004, de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em abril de 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Terceira versão revista. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP Nº: 11, de 30 de junho de 2009**. Proposta de experiência curricular inovadora do Ensino Médio. Publicado no Diário Oficial da União, 25 de ago. 2009, Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/parecer_11_30062009.pdf> Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 02, de 26 de junho de 1998**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pceb015_98.pdf>. Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 01,**

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 01, de 05 de julho de 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 11/2000, de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, e Resolução CNE/CEB nº 03/2010, baseada no Parecer CNE/CEB nº 06/2010, de Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC/CNE, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>>. Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Fundamentada no Parecer CNE/CEB

17/2001, de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, complementadas pelas Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (Resolução CNE/CEB nº 04/2009 e Parecer CNE/CEB nº 13/2009), para implementação do Decreto nº 6.571/2008, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Brasília: MEC/CNE, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 01, de 14 de janeiro de 2010.** Define Diretrizes Operacionais para a implantação do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 22/2009, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15541-rceb001-10-pdf&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 07 de dezembro de 2010.** Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 07/2010, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf>. Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 02, de 30 de janeiro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Baseada no Parecer CNE/CEB nº 05/2011, de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2012. Disponível em:

<http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_ceb_002_30012012.pdf>. Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Fundamentado no Parecer CNE/CP nº 8/2012, de Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Fundamentado no Parecer CNE/CP nº 14/2012, de Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>> Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira – Inep. Comissão nacional de avaliação da educação superior – CONAES. Diretoria de avaliação da educação superior – **DAES. NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES No065**. Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.anaceu.org.br/wp-content/uploads/2014/11/Nota-T%C3%A9cnica-no-65-2014-Relat%C3%B3rio-CPA.pdf>>. Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098,

de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/ss1032406/Downloads/decreto_n_5626_2005.pdf>. Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm>. Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto Nº 7.746, 5 de junho de 2012**. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7746.htm>. Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.788, de 25 setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências., sobre o estágio de estudantes. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999.

CARVALHO, A.M. P. **Os Estágios nos cursos de licenciatura**. São Paulo: Cengage Learning BR, 2013.

D' ÁVILA, C. M.; ABREU, R. M. (Org.). **O estágio curricular supervisionado na formação de professores e pedagogos**. São Paulo: Editora CRV, 2014.

FAZENDA, I. C.A. **Interdisciplinaridade na Formação de Professores: da teoria à prática**. Canoas: Ed.ULBRA, 2006.

GATTI, B. In: CAPUCHINHO, C. Licenciatura não formam professores profissionais, afirma pesquisadora. São Paulo: **UOL notícias: educação**. 23 de abril de 2014. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/04/23/licenciaturas-nao-formam-professores-profissionais-afirma-pesquisadora.htm>>. Acesso em abril de 2017.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em abril de 2017.

GRÍGOLI, J. A. G. et al. A formação do professor investigador na escola e as possibilidades da pesquisa colaborativa: um retrato sem retoques. **Rev. Lusófona de Educação**, 2007, no.10, p.81-95.

HADJI, C. **Avaliação, regras de jogo**: das intenções aos instrumentos. 4ª. edição. Porto Editora, 1994.

HERON, J. **Co-operative inquiry**. Londres: Sage, 1987.

JACQUES, D. **Learning in groups**. Londres: Kogan Page, 1992.

LIMA, M. G. S. B. Sujeitos e saberes, movimento de autorreforma da escola. In: Mendes Sobrinho, José Augusto de Carvalho; Carvalho, Marlene Araújo de

(Orgs.). **Formação de professores e práticas docentes:** olhares contemporâneos. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 31-39.

MATTOS, C. L. G. A pesquisa em colaboração com o professor: vivências de campo em etnografia crítica de sala de aula. In MATTOS, C. L. G., & CASTRO, P. A. (orgs.) **Etnografia e educação:** conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 85-100.

MOREIRA, A. L.; COSTA, I. M.; ASSIS, L. F. As bases legais do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura: entre o vigente e o novo. **Pedagogia em foco**. V. 13, n.10, 2018. Disponível em:

<http://revista.facfama.edu.br/index.php/PedF/article/view/403>.

NÓVOA, A. (Org.) **Profissão Professor**. 2. ed. Porto, Portugal: Porto, 1995.

PEREIRA, J. E. D. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 68, p.109-125 dez. 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73301999000300006>.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. São Paulo/BRA: Cortez, 2008.

SCHÖN, Donald. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (Coord.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995. p. 77-92.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI-SP). **Eixo Integrador Interáreas:** Ensino Fundamental e Médio. Divisão de Educação. São Paulo: Sesi, 2017.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI-SP). **Eixos Integradores -** Linguagens. Ensino Fundamental e Médio. Divisão de Educação. São Paulo: Sesi, 2017.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI-SP). **Referencial Curricular do Sistema Sesi-SP de Ensino** – Ensino Fundamental. São Paulo: Sesi-SP Editora, 2016.

TICKS, Luciane Kirchhof. O desenvolvimento de uma metaconsciência, no professor, acerca da importância de vivenciar a linguagem como prática social na sala de aula de língua inglesa por meio da pesquisa colaborativa. **Ling. (dis)curso (Impr.)**, Ago 2010, vol.10, no.2, p.339-368.